

Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

O MORGADIO como modelo de organização agrícola e da Paisagem do Algarve

O MORGADIO

como modelo de organização agrícola e da Paisagem do Algarve

Autor **Joana Cândido**
Orientador Professor, Doutor **João Soares**
Évora 2010

Esta versão contém as críticas e sugestões do júri

// Joana Cândido



Agradecimentos

ao professor João Soares, pela forma e entusiasmo como orientou este trabalho, cuja clara e valiosa percepção do território Algarvio permitiu levar este trabalho a bom termo,

aos meus pais, à minha irmã e ao
Cristiano Gregório, pelo carinho e apoio,
à Filomena Dâmaso pela ajuda,
ao Paulo Neves e ao Luís Ferro pela amizade e apoio,
à Teresa Coelho pela ajuda no Design gráfico,
à Câmara Municipal de Portimão pelos dados fornecidos,
e a todos os que possibilitaram a elaboração da presente dissertação.

ÍNDICE

Resumo // Abstract	6
--------------------------	---

Introdução	7
-------------------------	----------

// PARTE I

1.0 Conceitos de Paisagem e Património	13
--	----

1.1 A Paisagem	15
----------------------	----

1.2 O Património vernáculo e rural	21
--	----

1.3 A Paisagem como Património	25
--------------------------------------	----

1.4 Enquadramento da Paisagem / Património no âmbito da União Europeia	29
--	----

2.0 Enquadramento territorial do Algarve	33
--	----

2.1 Enquadramento geográfico e morfológico	35
--	----

2.2 Clima e Vegetação	43
-----------------------------	----

2.3 Estruturação viária	47
-------------------------------	----

3.0 Estrutura Fundiária de Morgadio	51
---	----

3.1 Imagens sociais e historiografia	53
--	----

3.2 Modelo de estrutura fundiária e organização da propriedade rural	59
--	----

3.3 Usos do solo e evolução da Paisagem	69
---	----

Conclusão, parte I	77
--------------------------	----

Referências bibliográficas	82
----------------------------------	----

// PARTE II

1.0 Caso de estudo: Morgadio no concelho de Portimão	87
1.1 Localização e enquadramento territorial	89
1.2 Historiografia	91
1.3 O Morgadio como unidade de Paisagem	95
Ortofotomapa Estrutura vegetal e agrícola	96
Cadastro	96
Caminhos e muros	97
Linhas de água	97
Edificações	98
2.0 Arquitecturas produtivas e elementos singulares	101
Prólogo	103
O Moinho de Vento	107
O Moinho de Água	111
O Poço	115
A Nora	119
O Forno de Cal	123
O Forno do Pão	127
O Eirado e a Cisterna	131
O Silo	135
A Eira	139
Grelha de elementos	140
Conclusões finais	143
Referências bibliográficas	146
Bibliografia geral	148
Bibliotecas, Arquivos e Locais visitados	154

// Resumo

A presente dissertação encontra-se fundamentada no estudo da Propriedade Rural do Morgadio na Região Algarve, bem como na análise e identificação dos elementos arquitectónicos e singulares que faziam parte destes territórios, e que constituem parte da identidade da região. O caso de estudo é o Morgadio no Concelho de Portimão, apoiando-se numa análise detalhada dos principais elementos que compõem esta unidade de Paisagem onde se insere a grande propriedade rural.

O objectivo deste estudo é reconhecer, de que forma a grande propriedade agrícola do Morgadio, contribuiu para a transformação da Paisagem rural no Algarve, nomeadamente do Barrocal, assim como identificar e entender como alguns dos elementos arquitectónicos ligados à produção que compunham esta Paisagem, podem futuramente ser novamente integrados no contexto actual, em que o turismo é o grande factor de transformação.

Palavras-chave: Morgadio, Unidade de Paisagem, Património Rural, Evolução Territorial.

// Abstract

The present master investigation is centred on the rural property of Morgadio in Algarve region, as well as in the analysis and identification of the architectural elements, most of them unique, which belonged to that territory, contributing to the identity of the region. The case study is the Morgado from the Portimão Municipality, and the investigation has as support a detailed analysis of the main elements that compose and unify the Landscape where the property is inserted.

The aim of this study is to recognize how this agricultural property contributed to the transformation of the Algarve Landscape, specially the Barrocal, as well as identify and understand how some of the architectural elements connected to the agricultural production, composed this Landscape, and be used in the future, inserted in the actual context, where the tourism is the major transformation cause.

Key-words: Morgadio, Unit of Landscape, Rural Heritage, Evolution Territory.

INTRODUÇÃO

O envolvimento da minha família materna, desde há várias gerações, com a propriedade fundiária do “Morgadio do Reguengo”, através da prestação de serviços e por possuírem terrenos nos limites da área do Morgadio, constituiu, desde a minha infância, a base de relatos que me acompanharam ao longo do meu desenvolvimento. A formação enquanto estudante de arquitectura, potenciou uma vez mais o interesse pelo tema, apontando uma forma diferente de ver e entender este tipo de Paisagem enquanto elemento identitário e fundador da morfologia actual do restante território.

As ferramentas que a arquitectura fornece, pela sua abrangência multidisciplinar, podem constituir um importante contributo na análise destes territórios que correm o risco de a curto prazo caírem em esquecimento.

Qual a origem das estruturas fundiárias de Morgadio no Algarve? Quais as razões que levaram à formação de tão vastos territórios? De que forma se organizaram e como se alteraram ao longo do tempo? Que elementos deles faziam parte e que relação tinham com o lugar e com a identidade da região? São as questões fundamentais a que me proponho responder no presente estudo, assim como “demonstrar” como estas unidades de Paisagem, pela sua vasta dimensão, constituíram outrora a génese da Paisagem, de grande parte do território do Algarve, nomeadamente da Beira Serra e do Baixo Algarve.

O Morgadio (ou Morgado) constitui um fenómeno histórico, que tem origem na Legislação Castelhana e, embora seja adoptado por Portugal anos antes, só entra na Legislação Portuguesa com as Ordenações Filipinas de 1603.

É sobretudo uma forma de organização familiar que cria uma linhagem, bem como um código para designar os seus sucessores, estatutos e comportamentos. O modelo do Morgadio está intrinsecamente relacionado

“Salvaguardar a identidade patrimonial de um lugar, é identificar os elementos que o compõem”¹

1) CHOAY, Françoise, (2005)

com o papel dos grupos, ou seja, “antepassado e descendente”. Em que o pai, instituidor do Morgadio, transita para o filho mais velho (o Morgado), um vínculo de terras, rendas ou utensílios provenientes de uma determinada profissão, formada pelo instituidor. Os bens por este instituídos só podiam ser vendidos ou trocados mediante autorização real, cabendo ao morgado (filho mais velho) o cumprimento das determinações do instituidor.

A instituição do Morgadio em Portugal teve uma rápida expansão social e geográfica, como forma de contrariar o empobrecimento das famílias devido às sucessivas partilhas.

Os Morgadios foram extintos em Portugal no reinado de D. Luís I por Carta de Lei de 19 de Maio de 1863.

Após a extinção dos grandes Morgadios, muitos dos seus proprietários continuaram a conservar no seu domínio as terras, encarregando um feitor do arrendamento da propriedade em pequenas courelas.

A divisão dessas propriedades agrícolas deram origem à Paisagem que hoje se reconhece como característica da região algarvia, morfologicamente mais retalhada e com áreas de exploração agrícola substancialmente menores.

Num período em que os processos de globalização contribuem para a homogeneidade de culturas e identidades, o Algarve, pela sua posição geográfica e clima favorável, face ao restante território nacional, impulsionou, sobretudo a partir da década de 60, um amplo desenvolvimento turístico que crescentemente tem levado a uma perda do carácter identitário, seja em termos culturais, sociais ou arquitectónicos.

A ambição imobiliária tem gerado impulsos de desenvolvimento comercial e habitacional como resposta a um turismo de massas, o que desencadeou um profundo processo da alteração das lógicas tradicionais de construção da Paisagem algarvia. Assim sendo, e em função dos processos que contribuíram para a descaracterização da Paisagem, existe uma necessidade de identificar modelos e práticas associadas à implantação de alguns elementos arquitectónicos, assim como da Paisagem em que estes se inserem, com o objectivo de entender como se poderá actuar nestes lugares assegurando a salvaguarda dos aspectos estruturais e simbólicos do território e da Paisagem de forma sustentável e integrada.

Fortemente associados a recursos naturais, como a água, o vento, a morfologia do território e à estrutura vegetal, os elementos arquitectónicos singulares que compõem a Paisagem, eram tendencialmente implantados em locais onde se maximizasse a sua eficiência, em franca harmonia com a envolvente, minimizando sempre qualquer tipo de esforço desnecessário.

O resgate destes elementos arquitectónicos, poderá contribuir como peça fundamental de vínculo ao passado e de encontro a uma identidade territorial, social, cultural e histórica, que crescentemente tem vindo a desaparecer, e consequentemente reeducar mentalidades futuras de que “o Património histórico constitui uma acumulação continua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado”.²

Os Morgadios que constituíram as grandes explorações agrícolas no

Algarve, e outrora fonte substancial do desenvolvimento económico da região, assumem-se como uma unidade de Paisagem, correspondendo a um conjunto de elementos, - seja de carácter ambiental ou arquitectónico - que caracterizam a Paisagem rural da região, definida por estruturas arquitectónicas de pequena escala, associadas à agricultura, e que com o declínio desta actividade tornaram-se obsoletas. À escala do território, juntamente com a vegetação característica da região, e com os recursos naturais, este tipo de estruturas formam um todo em que “o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais”.³

Relacionados sobretudo com a produção, os elementos arquitectónicos singulares, actualmente em avançado estado de ruína e praticamente imperceptíveis, implantam-se no território com grande sensibilidade, que deriva de uma economia de esforços, face aos recursos naturais, dos quais tiram partido, estando ainda intrinsecamente ligados às formas tradicionais e vernáculas de ocupação e usos do solo. Este tipo de elementos surge na forma de moinhos de vento, moinhos de água, poços, noras, silos, fornos de cal, fornos de pão, eiras ou eirados e cisternas.

Os processos de desertificação das paisagens rurais, a par do abandono dos campos e da agricultura, têm sido crescentes nas últimas décadas, provocando diversas e acentuadas assimetrias entre o litoral e o interior algarvio. Por consequência, a prática agrícola desenquadra-se, na actualidade, das lógicas económicas e comerciais, onde o sector do turismo ganhou o estatuto de exploração económica dominante na região algarvia.

O avanço da construção nas últimas três décadas, quase exclusivamente no litoral algarvio “preservou”, pelo esquecimento, muitas das Paisagens rurais e do Património vernáculo do Algarve, nomeadamente na Serra, Beira Serra e Baixo Algarve, não evitando contudo a sua negligência, o que levou a um avançado estado de ruína desse Património, face ao abandono, falta de manutenção e desuso de muitos destes elementos arquitectónicos.

Os territórios nos quais se inscreveram outrora os grandes Morgadios, com largas centenas de hectares, estavam situados genericamente entre o litoral e a serra, sendo que, os que resistiram ao parcelamento por via de transmissões geracionais e arroteamentos, mantiveram-se praticamente intactos até aos dias de hoje.

Com a densificação da construção no litoral, houve uma necessidade recente de procura de novos espaços de construção para um novo tipo de turismo, baseado na prática do golfe e dirigido a um público que se instala por períodos mais longos em “Resorts” de luxo, necessitando de vastas áreas para a construção destas macro estruturas.

Os Morgadios que não foram arroteados, ou vendidos e se mantiveram como grandes “vazios” livres da construção massificada e de uma estratégia colonizadora, alheia à identidade do lugar, constituem agora os locais preferenciais para esta nova e insensível estratégia colonizadora, que recria uma nova Paisagem completamente descaracterizada e artificializada, daquilo que realmente caracteriza e faz parte da Paisagem do Algarve. Este

3) CHOAY, Françoise (2006), p.12

fenómeno constitui assim uma relação contraditória, entre o inevitável crescimento económico e a necessidade de identidade urbana.

A dissertação está assim organizada em duas partes: Uma primeira pretende contextualizar uma série de conceitos que serão recorrentes ao longo da dissertação, bem como uma aproximação ao tema de estudo, através do enquadramento do território do Algarve, seguido da contextualização da estrutura fundiária de Morgadio.

A segunda parte enquadra a análise mais detalhada do caso de estudo, o Morgadio no Concelho de Portimão, numa pesquisa bastante mais gráfica através da cartografia militar, cadastral e fotografias aéreas existente em diversos períodos, onde são analisados os diferentes elementos constituintes da Paisagem do Morgadio, nomeadamente arquitecturas e elementos singulares, associadas à produção. Num segundo momento desta parte, é ainda desenvolvida uma reflexão acerca das transformações da Paisagem característica do Barrocal algarvio, e de que forma o turismo surge como o principal factor dessa transformação.

Embora num esforço geográficamente limitado, à escala de um Morgadio, esta dissertação tem como objectivo a identificação e o estudo de uma unidade de Paisagem, que através dos seus elementos, caracteriza a génese da Paisagem rural algarvia. O Morgadio, enquanto propriedade agrícola, pela sua dimensão e riqueza paisagística, caracteriza a identidade territorial vernacular do Algarve, e que surge tantas vezes materializada no conceito do “very typical” atribuído a algumas aldeias e centros históricos da região.

Esta dissertação não tem como objectivo apresentar uma resposta de projecto, mas sobretudo entender as dinâmicas que estão associadas à identidade dos territórios, daí a importância da contextualização histórica e análise dos mesmos. Quanto maior a consciência histórica destas Paisagens, mais acertada e sustentável será a estratégia adoptada ao intervir sobre os mesmos.



1 //

Conceitos de Paisagem e Património

1.1 A Paisagem // 1.2 O Património vernáculo e rural // 1.3 A Paisagem como Património // 1.4 Enquadramento da Paisagem / Património no âmbito da União Europeia



1.1 A Paisagem

A Paisagem como conceito sofreu ao longo dos tempos várias leituras, repletas de implicações culturais, encontrando-se intimamente relacionado com a História da Arte.

Desde a Pré-história que a Paisagem constitui motivo de apropriação. Ao longo do tempo e, após várias épocas e civilizações, as primeiras designações de Paisagem, surgiram em manuscritos datados da Idade Média, encontrando-se esta palavra, ligada à tradução da palavra latina *regio*, tida por área, território envolvendo um cariz administrativo, que permitia a identificação da posse.²

No Renascimento, incrementado pelos novos pensamentos humanistas e científicos, surge uma nova abordagem, antropocêntrica, promovida pela curiosidade do indivíduo pelo meio que o envolve, fazendo com que desde então a Paisagem seja valorizada de forma crescente.

Enquanto reflexo de uma ideia de natureza, a Paisagem assume no Romantismo a categoria de objecto de fruição estética, surgindo pela primeira vez na Literatura. A Paisagem, encontra a sua exaltação no espírito romântico, cuja representação é reconhecida, tal como é, com uma reduzida intervenção do homem.

Em ambos os movimentos - Renascimento e Romantismo - a ideia de Paisagem é construída a partir do olhar, em que no espírito romântico o carácter pictórico da Paisagem funde-se com uma série de sentimentos, revelando-se sobretudo uma personificação da Paisagem.

A Paisagem, tal como a reconhecemos actualmente, encontra-se desdobrada em plurais formas de realidade, sendo objecto de sucessivas mutações e deslocações. Esta é claramente uma reunião de valores, tais como o movimento, a imaterialidade, o tempo, valores que transportam consigo a mudança e a velocidade, não sendo apenas uma cena.

A Paisagem é, assim um termo polissémico, que implica actualmente diversidade, complexidade, flexibilidade e uma maior ambiguidade. Embora

“Paisagem (s.f.): Extensão de território que o olhar alcança num lance; vista; panorama. Conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar. Espaço geográfico de um determinado tipo(...)”¹

1) HOUAISS, António, (2005), “Dicionário Houaiss da língua portuguesa”, p. 6022.

2) HENRIQUES, Magda (2005), in “Escrita na Paisagem – Festival de Performance e Artes da Terra”, p.13.

seja uma palavra utilizada de forma corrente, o seu significado depende do contexto e da disciplina da qual é objecto de estudo, sendo o olhar e a abordagem necessariamente diferentes.

O conceito de Paisagem implica sempre a participação directa ou indirecta do individuo resultado da interacção espacial e temporal deste com o território. Na Paisagem o homem modela e contempla a natureza, como faz com qualquer outra obra de arte.

Entender a Paisagem e o território é o meio mais apropriado, com vista a salvaguardar a sustentabilidade de um determinado espaço e cultura.

A Paisagem – imagem de um território humanizado – constitui, para além de uma unidade estética, um sistema ecológico complexo, suporte da sociedade.

A Paisagem desenvolve-se e transforma-se constantemente, através de processos naturais em simultâneo com a acção humana, constituindo unidades espaciais e sistemas dinâmicos em constante mutação. *“A Paisagem é uma escrita que se inventa e reinventa sobre um texto anterior a partir do qual se escreve outro texto.”*³

Conhecer uma Paisagem, implica o conhecimento do ecossistema, do contexto cultural e social onde o homem actua e os factores que afectam a construção da mesma. A Paisagem é assim entendida tendo em conta as mudanças no espaço e no tempo, que resultam da acção humana, incluindo as componentes culturais, históricas e de uso dos solos.

Caldeira Cabral, amplia assim a definição do conceito, definindo a Paisagem como uma figuração da biosfera que resulta da acção complexa do homem e, de todos os seres vivos em equilíbrio com os factores do ambiente.⁴

O interesse crescente pela Paisagem está intimamente relacionado com as diversas funções que estão associadas ao território e com o seu desenvolvimento sustentável.

A *“Convenção Europeia da Paisagem”*, cuja carta foi assinada em Florença no ano 2000, define a Paisagem como parte do território tal como é apreendida pela população e cujo carácter resulta da acção de factores naturais e humanos e das suas inter-relações. A definição declara a multiplicidade de significados que podem ser atribuídos à Paisagem, como a materialidade, a territorialidade, a dimensão e a perspectiva cultural, assim como a diversidade de funções que cada Paisagem pode assumir. A Paisagem é assim elemento unificador do território, conjugando os aspectos emocionais com a morfologia resultante do clima, geologia, vegetação e organização social.

O conceito de Paisagem é assim entendido de forma global, interligando Paisagem urbana e rural, em detrimento de uma visão sectorial, perde então o sentido a divisão entre ambas. O espaço rural e o espaço urbano são duas faces de características diferentes, pertencentes ao mesmo todo, consideradas como uma unidade de planeamento.

Ribeiro Telles, amplia a definição de Caldeira Cabral, ao defender a introdução do conceito de Paisagem Global. Este conceito vem quantificar a Paisagem como um todo, em que cada elemento constituinte é influenciado

3) CARAPINHA, Aurora (2005), in *“Escrita na Paisagem – Festival de Performance e Artes da Terra”*, p.9.

4) CABRAL, F. C. (1993).

e influência os restantes, desvanecendo-se tendencialmente a diferença entre o espaço urbano e o espaço rural. Permanece assim uma complementaridade e ligação entre os espaços, que interagem de forma dinâmica sem perderem as suas características próprias e nunca deixando de servir os interesses comuns da sociedade.⁵

A Paisagem rural, integrada no conceito de Paisagem global, reflecte de forma clara a relação entre o homem e a natureza, devido à constante necessidade de adaptação do homem ao território ao longo dos tempos. Essa Paisagem, resultante na sua grande maioria da actividade agrícola exercida pelo homem, tem sofrido ao longo dos tempos fortes transformações abruptas a par de mudanças lentas, seja pelo abandono ou pela substituição das mesmas. O que parece de alguma forma estável, tem sofrido ao longo do tempo alterações, algumas mais constantes a par de outras mais profundas que nem sempre transparecem.

Ao espaço rural composto por ecossistemas modificados pela acção do homem, através da prática agrícola podemos designar por agro-ecossistemas. Os sistemas agrícolas, outrora específicos dos espaços rurais caracterizavam-se por um equilíbrio na utilização dos recursos naturais. A Paisagem rural em Portugal apresenta-se com grande variedade, o que contribuiu para o acentuar de contrastes no território e a extrema diversidade de mosaicos de cultura.

A Paisagem, não traduz apenas a organização humana do território, tem um carácter dinâmico e está continuamente em mudança, é único para cada lugar e tem um papel preponderante no estabelecimento de uma identidade.

“A palavra Paisagem revela-nos uma relação de intimidade, de afectividade enquanto elementos definidores da ideia de Paisagem. O termo latino pagus, com o termo holandês antigo landschaft que define Paisagem, significam mais do que uma mera organização de espaço, expressam relações que os habitantes têm com o lugar, entre as suas obrigações para com a comunidade e com a terra.”⁶

Segundo o olhar do geógrafo, Orlando Ribeiro, a Paisagem constitui o produto do passado e o registo da memória colectiva, que traduz a história do povoamento e a forma de aproveitamento dos solos de um determinado espaço geográfico.⁷

A identidade da Paisagem tem por base a existência de traços característicos, que contribuem para o seu reconhecimento. São elementos naturais e humanizados estruturantes da Paisagem e do uso dos solos, que constituem referências fundamentais para a individualização e identificação das paisagens.

O papel da Paisagem na identidade e na vida das populações é reconhecido em diversos documentos internacionais, como a já referida carta, a qual tem como objectivo a criação de instrumentos que permitam conhecer e gerir a Paisagem, de forma integrada, promovendo o desenvolvimento da consciência de quem a utiliza, quanto à sua importância, potencialidades e fragilidades.⁸

5) TELLES, Gonçalo, Ribeiro (2003), p.184.

6) CARAPINHA, Aurora (2005), in “Escrita na Paisagem – Festival de Performance e Artes da Terra”, p.10.

7) RIBEIRO, O. LAUTENSACH e DAUVEAU S. (1988)

8) CONCELHO DA EUROPA (2000). “Convention Européenne du Paysage et Rapport”.

A conseqüente descaracterização da Paisagem, impulsionada pela crescente globalização e padronização das sociedades, leva a uma perda de identidade do lugar (*genius locci*), e conseqüentemente da sua história natural e cultural. Compreender o carácter da Paisagem é fundamental para a sua leitura, pois uma Paisagem em constante evolução assume um carácter preponderante na identidade local. A identidade de uma comunidade traduz-se nas raízes históricas, sociais, geográficas e culturais que revelam um comportamento semelhante a um conjunto de pessoas.

A Paisagem natural que foi sendo sucessivamente alvo da intervenção humana, que inscreveu na Paisagem a sua cultura, deu origem a uma Paisagem cultural.

Consideradas, a partir de 1992, como parte integrante do Património Mundial da Unesco, as paisagens culturais caracterizam-se como áreas, espaços, característicos o suficiente para serem objecto de uma delimitação topográfica, onde existem elementos do Património cultural e natural, com valor do ponto de vista histórico, científico, estético, antropológico, de conservação e beleza natural.⁹

Em oposição ao conceito de Paisagem natural, surge o conceito de Paisagem humanizada resultante da actividade contínua ou em períodos, do homem sobre a natureza, através da sua apropriação e modificação com o objectivo de a adaptar às suas necessidades. A humanização de uma Paisagem só faz sentido e terá benefícios caso permita o equilíbrio da actividade biológica, nunca deixando de garantir o funcionamento dos sistemas ecológicos fundamentais. A humanização da Paisagem pode entender-se como a projecção geográfica da evolução cultural do homem, originando Paisagens mais estruturadas, pelas intervenções que desencadeia e pela diversidade de elementos que a Paisagem introduz. O saber do homem está impresso na Paisagem e funde-se na estrutura actual, como uma interpretação da cultura humana.¹⁰

Hoje em dia, a Paisagem transforma-se a um ritmo alucinante, de tal forma que as transformações realizadas tornam a Paisagem do meio rural vulnerável, que a curto prazo perderá tendencialmente o seu carácter e os valores culturais que a caracterizam.

Em Portugal, a Paisagem humanizada deve-se sobretudo ao final da ocupação romana que fixou as directrizes e transformações significativas. No Sul do país - nomeadamente no território em estudo - num período que compreende sobretudo o final da época romana até ao início da Idade Média, a Paisagem era formada por reduzidos núcleos populacionais junto dos campos cultivados. O *ager* correspondia aos campos cultivados, sector de produção localizado junto dos núcleos populacionais, a *silva* correspondia às matas sujeitas a exploração, sendo este um sector com carácter de protecção e o *saltus* que desempenhava as funções de pastagem, embora fosse comum a existência de arbustos.¹¹

As paisagens contínuas sem grandes intervenções continuaram a persistir, apesar das grandes arroteias realizadas para a obtenção de espaço cultivável. O aumento das pressões demográficas, culturais e tecnológicas

9) Cartas e Convenções Internacionais. (1996)

10) MENDONÇA, N. (1989)

11) SANTOS, Rui Miguel Terremoto. (2008)



contribuiu igualmente para a progressão das áreas agrícolas, fazendo com que a matriz da Paisagem natural desse origem a uma Paisagem cultural. O reconhecimento da gradual degradação das Paisagens, e do seu empobrecimento levou à necessidade de criação de uma legislação específica a nível nacional e internacional.

Hoje, sabe-se claramente que a Paisagem é simultaneamente a materialidade concreta de um território em constante mudança e movimento, é o contexto de modalidades de representação de que ela é objecto, sejam elas a fotografia, o vídeo, a pintura, a arquitectura ou mesmo a memória do lugar em que conceitos como “matéria”, “espaço”, “tempo” e “cultura” estão intrinsecamente presentes estruturando-se de forma diversa e indistinta.

A Paisagem é a “natureza vista através de uma cultura”¹², é mais do que aquilo que se vê em redor, materialmente, é o resultado efectivo de vários processos biológicos, ecológicos e culturais que operam, (ou operaram) num determinado território ao longo do tempo, em que culturalmente, é ainda resultado de uma constante negociação entre o olhar e as relações atribuídas ao território que nos rodeia.

12) FERREIRA, José Alberto (2005), in “Escrita na Paisagem – Festival de Performance e Artes da Terra”, p.5.



1.2 O Património vernáculo e rural

Reduzido inicialmente a uma importância atribuída às antiguidades, e mais tarde estendido ao conceito de monumento, o conceito de Património, impulsionado pelos ideais da Revolução Francesa sofre algumas alterações rompendo com a visão anterior, passando então a uma visão mais alargada e abrangente.

Ao longo do tempo, o conceito de Património adquiriu novos valores, confundindo-se com um sentimento de posse, vulgarmente associado aos bens materiais e tão antigo como a própria civilização. Preservamos e conservamos aquilo a que atribuímos valor e a que reconhecemos características e estatuto de “portador de significados inalienáveis, de pertença pessoal, comunitária ou universal”¹⁴. O conceito de Património está hoje ligado, globalmente ao âmbito cultural, em que “o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais”¹⁵.

Desde a construção da noção de Património, pelo seu estatuto global e abrangente enquanto conceito, verificaram-se diversas acepções a que aqui interessa salientar a noção de Património construído, mais especificamente a de Património vernáculo.

“É assim que o termo Património vernáculo, correspondente a manifestações do engenho humano outrora consideradas menores, ou nem sequer consideradas”, entra no vocabulário de todos os que se interessam pela conservação em geral, tornando-se cada vez mais importante com o aumento da globalização e da homogeneidade das culturas, o seu reconhecimento de forma a reverter essa perda.”¹⁶

Limitado inicialmente aos bens culturais com algum valor material efectivo, ao conceito de Património foram agregados todos os valores patrimoniais que identificam e caracterizam uma comunidade ou civilização. Ao Património produzido pelo homem, foi associado o Património natural, no qual estão incluídas paisagens e territórios com valor ecológico, estético, simbólico e material. Ultrapassa-se desta forma o restrito conceito monumentalista de Património.

O conceito de Património refere-se a todas as coisas herdadas,

Património (s.m.):
“herança familiar; conjunto de bens familiares; FIG. grande abundância, riqueza, profusão; bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade que passa(m) por um processo de arrolamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s). JUR. conjunto de bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa. (...)”¹³

13) HOUAISS, António, (2005), “Dicionário Houaiss da língua portuguesa”, p.6153.

14) ALVES, João Emílio (2005), p.42.

15) CHOAY, Françoise (2006), p. 12.

16) RIBEIRO, Vítor, “Património rural: origens e âmbito do conceito”, in AA.VV (2008), p.14

tangíveis ou intangíveis, sejam elas monumentos, obras de arte ou áreas de elevado valor natural. Está-se perante uma ideia de Património como recurso disponível ao conhecimento de todos, um termo com uma vasta abrangência e amplitude de significados, acentuado pela cada vez maior regressão da perspectiva centrada no carácter monumental, e a uma recente valorização do seu carácter pedagógico.

A necessidade de potenciar territórios que de algum modo revelam riqueza patrimonial, é uma preocupação recente, tal como o reconhecimento e orgulho pelo Património local e nacional, numa perspectiva histórica.

De uma forma geral, considera-se o Património como uma construção sociocultural, determinada pela capacidade de representar simbolicamente uma identidade. Na Paisagem, essa noção encontra-se claramente na identidade das comunidades que a ocuparam e modelaram ao longo do tempo.

Actualmente, a patrimonialização refere-se a diferentes entidades materiais e imateriais: paisagens, monumentos, artesanato, gastronomia, ou seja, valores que permitem expressar a identidade de territórios e de comunidades.¹⁷ São cada vez mais comuns acções com vista a salvaguardar e valorizar o Património rural, que contempla pequenos elementos de arquitectura vernácula, como poços, moinhos, fornos, entre outros elementos ignorados até há bem pouco tempo.

A percepção do Património no que respeita às actividades produtivas e agrícolas, mudou muito nos últimos anos, em Portugal, contribuindo para um importante processo de consciencialização. O estudo do Património rural e a avaliação das condições objectivas de intervenção patrimonial deve conter um estudo da estrutura fundiária e produtiva, a sua relação com os núcleos urbanos, os recursos e a transformação da Paisagem.

A noção de Património, estabelecendo uma ligação com o passado e revelando a identidade cultural de um povo, representa um apoio para o desenvolvimento futuro.¹⁸

Na sequência de movimentos que desencadearam reflexões acerca das transformações nos modos de vida e produção, e que propiciavam uma alteração acelerada da Paisagem, surgiram na segunda metade do século XX, conceitos ligados com a problemática da arquitectura rural e da Paisagem rural, ou seja, de uma forma geral a noção de Património rural.

Em 1977, o Apelo de Granada, sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território, constituiu-se no primeiro documento a referir de forma específica, a necessidade de salvaguardar a singularidade do Património rural. O documento apela a uma conservação e salvaguarda dos valores estéticos mas também ao seu carácter de testemunho de uma sabedoria secular englobando, “todas as construções isoladas ou agrupadas que estejam ligadas às actividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como à pesca; que apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico e pitoresco; e se integrem na Paisagem de um modo coerente”, cuja importância a Declaração de Tlaxcala, em 1882 virá reafirmar.¹⁹

17) PRATS, L. (1997)

18) CASTELLS, M. (2003)

19) ICOMOS (1982), “Declaração de Tlaxcala sobre a revitalização a revitalização de pequenas aglomerações”.

Impulsionado pelo alargamento do conceito de Cultura ao conjunto dos “traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social”²⁰ e dando destaque ao “Património imaterial”²¹, surge em 1999, a “Carta do Património Vernáculo Construído”, onde se vê consagrada a singularidade da expressão de uma comunidade e identidade, na relação de um povo com um determinado território, demonstrando a diversidade cultural existente no mundo e a forma como cada comunidade cria o seu habitat, resultado de um processo evolutivo e de adaptação social constante ao ambiente.²²

“O Património rural caracteriza-se assim pela diversidade de formas, de objectos, de elementos e escalas de observação, e pela homogeneidade dos elementos que o constituem, que vão desde os modos de existência materiais dos elementos naturais dominados e designados pelo homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção às maneiras de comunicar e ao imaginário social” integrando fauna e flora, paisagens naturais ou humanizadas apresentando diversas formas arquitectónicas e históricas, na forma de edifícios e elementos designados de Património vernáculo e referidos anteriormente. É uma arquitectura popular com raízes, intimamente ligada à natureza “sem mais experiência do que a tradição nem mais ajuda do que a da própria comunidade.”²³

O conceito de Património cultural é assim, inclusivo da “arquitectura da Paisagem”, sustentada pela natureza biofísica do território. A forma de analisar e avaliar o Património paisagístico deve ser entendida de uma forma ampla, compreendendo todas as componentes da Paisagem. Esse tipo de abordagem reduz subjectivamente as falsas leituras que poderão conduzir a conclusões erradas, que podem repercutir-se negativamente em perdas irreparáveis.²⁴

A conservação e salvaguarda do Património deve compreender as questões subjacentes ao conceito de Património, como identidade, estrutura e significado, que representam a importância de determinados elementos do passado para o homem. A conservação do Património deve ser efectuada através da conservação dos territórios e assim sendo a compreensão da temática do Património assume um papel fundamental no desenvolvimento das paisagens e das populações.²⁵

Hoje em dia pode falar-se de uma consciência patrimonial, baseada no reconhecimento de um “Património de proximidade”²⁶, composto por lugares de memória e antigas estruturas produtivas que se vão perdendo e caindo em esquecimento, às quais é, por vezes, associado o termo de “Património difuso”²⁷ atribuído a pequenas edificações de arquitectura vernácula, como poços, noras, moinhos, fornos de pão, fornos de cal, muros e caminhos.

20) ICOMOS (1985), “Declaração do México”.

21) UNESCO (2003), “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”.

22) RIBEIRO, Vitor, “Património rural: origens e âmbito do conceito”, in AA.VV (2008), p.15

23) LLANO, Pedro de, citado por RIBEIRO, Vitor (2008), p.16.

24) BARATA, F. T. e MASCARANHAS, J. M. (2002)

25) CASTELLS, M. (2003), citado por SANTOS, Rui Miguel Terremoto. (2008)

26) SANTOS, Rui Miguel Terremoto. (2008)

27) Idem.



1.3 A Paisagem como Património

A tendência para a patrimonialização, encontra-se hoje largamente associada à expansão da área do que é entendido como Património. Tanto no que diz respeito ao Património edificado, como a outros valores culturais, significativos e representativos de uma população ou cultura, que acabam por estar associados e integrados à categoria de Património.

No início do século XX, a noção de Património, surge associada cada vez mais a maiores parcelas de território e Paisagem. Este fenómeno deve-se sobretudo à existência de um paralelismo entre as noções de território e Património.

A essa similitude conceptual, está associado todo o processo de patrimonialização de um determinado espaço físico, uma vez que um espaço à escala do território, absorve os atributos do Património. À transformação do espaço em Património associa-se a transformação do espaço em Paisagem.²⁸

Relacionado com o aumento de consciencialização da importância do ordenamento do território e da Arqueologia, surge o entendimento de que grande parte do que se pode considerar Património, só pode ser entendido e preservado no contexto da Paisagem ou sítio em que foi produzido. Existe uma ligação efectiva entre Património natural e cultural, em que a Paisagem estabelece o ponto de ligação entre os elementos.

Actualmente, Paisagem é mais do que simples aspectos de componente estética, dela também fazem parte os componentes biológicos, físicos e históricos da sua evolução, mas é sobretudo reflexo das culturas e sociedades que a transformam.

Além de ser imagem do espaço físico e biológico, a Paisagem, é também, resultado da vida e cultura de uma comunidade no território.²⁹

Segundo o Arq. Gonçalo Ribeiro Telles, a Paisagem é obra do homem, realizada com o permanente apoio da natureza, é o mais importante Património cultural de uma região ou comunidade.³⁰ É na Paisagem que se desenvolve a vida de um povo, aliado à complexidade ou diversidade de um

28) SILVANO, F. (2003)

29) BARATA, F. T. e MASCARANHAS, J. M. (2002)

30) TELLES, Gonçalo, Ribeiro (2003)

território, sendo por isso evidente que o conceito de Património cultural contemple além de múltiplos aspectos, a arquitectura da Paisagem.

No caso concreto em estudo, os Morgadios, o conceito de Paisagem como Património assume diversas valências relacionadas essencialmente com factores de produção. A vasta dimensão das paisagens em que se inscrevem os mesmos, fazem dos morgadios unidades territoriais compostas, resultado de uma organização agrícola, económica e social próprias. São identitários da região em que se inscrevem, e parte constituinte do Património que a partir de um espaço limite, caracteriza a Paisagem do Algarve.

A Paisagem recebeu desde sempre a acção continuada das comunidades que souberam utilizar a sua estrutura biofísica, da qual tiraram o máximo partido, assegurando a continuidade de uma população ao longo de gerações. Nesse espaço inscreveram a sua cultura e deram origem à Paisagem cultural, que constitui a expressão mais completa e, no entanto, a mais vulnerável do nosso Património. A cultura é assim Património, imagem e expressão da evolução da Paisagem com base na intervenção humana.

Outrora, os estudos de Paisagem realizados, eram essencialmente focados apenas numa descrição das formas físicas de um território, sucessivamente houve uma necessidade de incorporar dados de transformação humana do território no tempo, devido à crescente individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais. As paisagens apresentam assim, ao mesmo tempo, uma dimensão cultural e natural.

Em Portugal, à imagem do que acontece no resto da Europa, a Paisagem é uma Paisagem cultural, expressão dos diversos recursos naturais e da acção do homem sobre os mesmos. A par das características intrínsecas de uma Paisagem, surge também associada uma componente emotiva, que revela a sua importância na construção de uma identidade local. A Paisagem é uma modalidade cultural da relação humana como o ambiente, na qual a sua história se reflecte com o uso que um povo faz da mesma. É esse uso atribuído à Paisagem que proporciona a relação entre uma comunidade e um ambiente.

Consequentemente, as paisagens são hoje reconhecidas como parte fundamental do Património, seja ele natural, cultural ou científico, são a base da identidade territorial.

Segundo Ribeiro Telles, a perpetuação do valor de uma Paisagem depende da salvaguarda de elementos físicos, que permitem a interpretação histórica e cultural da mesma, e que contribuem para a identidade cultural a nível local, regional e nacional. Reconhecer o conceito de Paisagem cultural não é recente, contudo é novo o reconhecimento da Paisagem como entidade patrimonial.

O Património é um sistema orgânico com uma estreita relação entre todas as partes, é construído por elementos que tem em comum relações múltiplas e diversificadas, não se limitando a um somatório de edifícios históricos e de valores arqueológicos.

31) MAGALHÃES, M. R. (2001)

32) SALGUEIRO, T. B. (2001), p. 37-55

33) SANTOS, Rui Miguel Terremoto. (2008), p.29

34) TELLES, Gonçalo, Ribeiro (1982), p.128

A Paisagem cultural é, ao longo do tempo, resultado de um imenso processo de humanização da Paisagem natural. A humanização da Paisagem é verificada por mudanças constantes, resultantes da apropriação da Paisagem, adaptando-a às necessidades de um homem com valores sociais, culturais, étnicos e económicos diversos, que dão origem a uma mistura mais ou menos diversificada.³⁵

É a relação entre o sistema cultural e o sistema natural que conferem a uma Paisagem a sua dimensão territorial e cultural, porque a forma de apropriação das paisagens por um povo muda consoante o sistema natural, assim como os valores da comunidade que nela actuam. Foram diversos os organismos internacionais responsáveis pelo Património, como a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) e a IUCN (International Union for Conservation of Nature), que a partir da década de 90, concluíram que toda a estrutura de enquadramento do Património era a própria Paisagem, ou seja, a inicial preocupação apenas com paisagens culturais e naturais com relevante interesse, foi alargado para todo o tipo de paisagens.³⁶

Em Portugal, a Lei nº 11/87 de 7 de Abril (Lei de Bases do Ambiente), define alguns instrumentos de gestão de paisagens, como ilustra o artigo 19º: “a protecção e valorização das paisagens, caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sócio-cultural que criaram, revelam-se importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural.”

A associação mais objectiva do conceito de Paisagem como Património, após algumas referências em encontros internacionais e monografias, surge na “*Convenção Europeia da Paisagem*”, em 2000. A convenção, além de considerar que a Paisagem integra o Património natural e cultural europeu, e contribui para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia, alerta para o acelerado processo de transformação das paisagens europeias, ficando os países assinantes do acordo comprometidos a reconhecer a Paisagem como expressão da diversidade de um Património comum, tanto cultural como natural, logo parte importante da sua identidade.³⁷

O valor mais importante de uma Paisagem, por ser seu elemento estruturante, é o Património que ela encerra. Assim sendo, a Paisagem ao adaptar-se às transformações impostas pela acção humana, deve respeitar o Património que compreende, independentemente da sua natureza.

Hoje, de uma forma geral, as paisagens em Portugal, são resultado do trabalho de diversas gerações, em que além do valor cultural que encerram são o reflexo de um profundo conhecimento dos sistemas ecológicos de um determinado território e das formas de exploração que melhor tiram partido das condições ecológicas em benefício do homem.

35) CARVALHO, M. A. Cruz de (1994)

36) UNESCO (1996), “Rapport de la Réunion d’Experts sur les Paysages Européens de Valeur Universelle Exceptionnelle Culturel et Naturel”.

37) SANTOS, Rui Miguel Terremoto. (2008), p.31.



VENDE-SE
917 810 753

1.4 Enquadramento da Paisagem | Património no âmbito da União Europeia

O Concelho Europeu e a União Europeia, além das Jornadas Europeias do Património, desenvolveu nos últimos anos diversas medidas e legislação específica com vista a salvaguardar a Paisagem, o Património e a herança cultural de cada país.

O reconhecimento gradual que tem vindo a ser dado a estas temáticas deve-se sobretudo à crescente degradação da Paisagem e a relação directa que esse tipo de perda tem no empobrecimento da população.

A ideia base das Jornadas Europeias do Património é promover o acesso aos monumentos e sítios, convidando à participação activa na descoberta de uma herança cultural comum, implicando o envolvimento dos cidadãos europeus com o Património cultural. Os objectivos principais são reforçar os sentimentos de identidade cultural, de memória colectiva e de afirmação de um Património comum cuja riqueza reside na sua diversidade. As Jornadas representam, por isso, uma celebração da solidariedade internacional, do diálogo e da diversidade culturais, constituindo momentos de reapropriação dos vestígios culturais do passado.

Em 11 de Dezembro de 1962, na Conferência Geral da 12ª Sessão da UNESCO, em Paris, resultaram diversos princípios com vista a salvaguarda, protecção e recuperação da beleza e do carácter das paisagens naturais. Rurais ou urbanas, com ou sem intervenção humana, estas paisagens teriam de conter interesse estético, cultural ou um contexto natural característico. Esta convenção visou essencialmente uma chamada de atenção para os perigos a que muitas vezes são expostas as Paisagem ou os sítios com interesse histórico. A conservação da Paisagem, intrinsecamente relacionada com a salvaguarda da biodiversidade, está actualmente bastante ameaçada com a crescente globalização e destruição das paisagens naturais, o que vai ter implicações obvias em termos ecológicos e um forte impacto social e económico. À redução da biodiversidade está relacionada a acção humana, pela incapacidade de promover uma utilização sustentável dos recursos, das

38][consulta11/2009]
<http://www.igespar.pt/patrimonio/projectos/divulgacao>

formas de agricultura utilizadas, o desenvolvimento urbano, o turismo e uma série de outros factores que têm contribuído para a destruição da Paisagem e dos habitats naturais.³⁹

A Convenção sobre a Diversidade Biológica, que surgiu na Conferência do Rio, em 1992, como resposta à crescente destruição da Paisagem, é o primeiro acordo global sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Esta convenção surge tendo por base o reconhecimento da necessidade de uma acção conjunta e internacional, cujo objectivo além da conservação da diversidade biológica, reside na utilização sustentável dos seus componentes e na partilha dos benefícios que provêm da utilização dos recursos. O acordo foi homologado em Portugal, em 1993, no decreto 21/93 de 21 de Junho.⁴⁰

A ideia de uma cooperação internacional, à escala regional, fez caminho na Europa antes ainda da “*Conferência do Rio*”. Com efeito, em Setembro de 1990, sob a égide do Concelho da Europa, a “*6.ª Conferência Ministerial Europeia sobre o Ambiente*” aprovou a Estratégia de Conservação para a Europa, estratégia essa que enuncia objectivos e princípios tendo em vista, essencialmente, a salvaguarda das espécies, dos ecossistemas e dos processos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável e a ideia de co-responsabilização de todos os sectores pela conservação da Natureza.

Mais tarde, já em 1996, a adopção da “*Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística*”, preparada pelo PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), pelo “*Concelho da Europa*” e pelo “*European Center for Nature Conservation*”, permitiu o desenvolvimento de um fórum para a coordenação regional na execução das decisões relevantes das Conferências das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica. A “*Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística*”, adoptada pelos países membros do Concelho da Europa, salienta a necessidade da política de conservação ter o dever de se preocupar também com a diversidade da Paisagem, em que a diversidade da Paisagem é a expressão formal das relações existentes num determinado período entre a sociedade e o território. A estratégia defende a necessidade de uma política para as Paisagens, tendo em conta a especificidade e os tipos de Paisagem que constituem a Europa. A referida Estratégia Pan-Europeia foi, depois, tida em conta na elaboração da presente Estratégia.⁴¹

No que diz respeito à legislação mais recente, foi assinado em Florença, a 20 Outubro de 2000, o tratado mais vasto até então sobre a Paisagem, denominado de “*Convenção Europeia da Paisagem*”, que entrou em vigor a 1 de Março de 2004.

Em Portugal o tratado foi assinado a 20 de Outubro de 2000, juntamente com outros estados membros, sendo homologada pelo decreto de lei nº 4/2005 de 14 de Fevereiro.

No preâmbulo da Convenção, entre outros aspectos refere que uma das directrizes para os membros signatários é alcançar uma maior unidade a fim de salvaguardar e promover os ideais e os princípios que constituem o seu Património comum e de reconhecer juridicamente a Paisagem como uma

39) Cartas e Convenções Internacionais (1996).

40) [consulta 11/2009] <http://www.inga.min-agricultura.pt>

41) “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.”

componente essencial do ambiente, uma expressão da diversidade do seu Património cultural, natural e a base da sua identidade.

A Convenção refere ainda a preocupação em alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente. A Paisagem contribui, assim para a formação de culturas locais, e representa uma componente fundamental do Património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia. Verifica-se ainda que as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infra-estruturas, do turismo, do lazer e de modo mais geral, as alterações na economia mundial estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens.⁴²

No seguimento deste reconhecimento devem integrar-se nas políticas do ordenamento do território estratégias de defesa dos valores culturais, de herança e de Paisagem que devem assentar num reconhecimento da diversidade das paisagens europeias, pela sua qualidade e diversidade ecológica, económica e cultural. Tendo em conta as transformações impulsionadas pelas actividades produtivas, especialmente em áreas rurais, valores de Paisagem na gestão das áreas peri-urbanas, a análise e avaliação das políticas públicas para a conservação, gestão e recuperação das múltiplas funções da Paisagem.

“Os textos jurídicos existentes a nível internacional, que se prendem com os domínios da protecção e gestão do Património natural e cultural, no ordenamento do território, na autonomia local e cooperação transfronteiriça, são nomeadamente a Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Berna, 19 de Setembro de 1979), a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Granada, 3 de Outubro de 1985), a Convenção para a Protecção do Património Arqueológico da Europa (revista) (Valletta, 16 de Janeiro de 1992), a Convenção Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades e Autoridades Territoriais (Madrid, 21 de Maio de 1980) e seus protocolos adicionais, a Carta Europeia da Autonomia Local (Estrasburgo, 15 de Outubro de 1985), a Convenção sobre Diversidade Biológica (Rio, 5 de Junho de 1992), a Convenção relativa à Protecção do Património Mundial Cultural e Natural (Paris, 16 de Novembro de 1972), e a Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Århus, 25 de Junho de 1998).”⁴³

42) CONCELHO DA EUROPA (2000).
“Convenção Europeia da Paisagem”.

43) [consulta11/2009]
<http://www.coe.int/t/dg4/culture/heritage/heritage/Landscape>

2 //

Enquadramento territorial do Algarve

2.1 Enquadramento geográfico e morfológico // 2.2 Clima e Vegetação // 1.3 Estruturação viária



2.1 Enquadramento geográfico e morfológico

O Algarve, de contexto peninsular inscreve-se numa região excêntrica em relação ao todo geográfico em que se insere “a *bacia do mediterrâneo*”.⁴⁴ Englobando-se numa vasta região a que o geógrafo Orlando Ribeiro designou de “*Portugal mediterrâneo*”⁴⁵, o Algarve é uma região bem definida, com características específicas, que não se confunde com a terra andaluzia próxima, nem com a província alentejana contígua. A este vasto território e paisagem com características mediterrânicas, o geógrafo denominou como a “*última Riviera mediterrânea*”⁴⁶, talvez pela sua privilegiada exposição a sul e proximidade ao mar.

Ainda que periférico na sua posição geográfica, o Algarve partilha há muito os caracteres dominantes da cultura mediterrânica, pelo seu extenso litoral, em boa parte baixo e acessível, mas também pela sua marcada orografia, em “*anfiteatro descendo sobre o mar*”.⁴⁷

Orlando Ribeiro, defende a existência de uma unidade entre o litoral Algarvio, a Andaluzia e o Norte de África, “*toda a faixa costeira que se estende desde o estreito de Gibraltar, até à costa Norte Africana*”⁴⁸, delimitando as duas margens de um espaço que o geógrafo designou de “*pré-mediterrâneo*”⁴⁹, de fáceis ligações marítimas e com grandes afinidades culturais.

A sua situação geográfica meridional e a tardia integração no reino de Portugal, só no século XIII, conferiu-lhe ao longo de anos autonomia em relação ao restante território, propiciando as ligações do Algarve com o mundo mediterrânico, sendo quase sempre preferenciais em relação ao restante território Português.

A sua exposição a Sul de “*terraço aberto*”⁵⁰ e a proximidade com o mar, a par de uma franca e peculiar orografia costeira permitiu ao Algarve possuir desde cedo e até ao século XVI, um número de portos incomparável com o restante Litoral português.

De acordo com a geografia e as condições naturais do território algarvio,

44) MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p.19

45) RIBEIRO, Orlando (1987), p.39

46) Idem p.163

47) CAVACO, Carminda (1976), Volume 1, p.14

48) MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p.21

49) Idem, p.21

50) CAVACO, Carminda (1992), p.122

nomeadamente a diferenciação biofísica, tipos de utilização agrícola do solo, povoamento e modos de vida das populações, o Algarve constitui uma unidade geográfica claramente individualizada do restante território português, nomeadamente com a região do Alentejo, caracterizando-se segundo a geógrafa Carminda Cavaco como a *“única região do país que se apresenta geográfica e fisicamente bem definida e limitada, graças à cordilheira constituída pelas serras do Caldeirão a nordeste, e Monchique a noroeste, as quais, descendo suavemente pelo Barrocal até à faixa litoral, edificam uma espécie de anfiteatro exposto a sul”*.⁵¹

Segundo estes aspectos, o Algarve apresenta uma clara divisão em três regiões ou sub-regiões distintas, devido às suas diferentes características geológicas, climáticas e florestais, possíveis de identificar no sentido norte-sul: Serra, Barrocal (faixa de transição que se prolonga de Sagres a Conceição de Tavira) e Litoral. Orlando Ribeiro, acrescenta à divisão norte-sul uma identificação que considera mais *“recente e erudita”*, composta por duas unidades geográficas, denominadas *“Sotavento”* e *“Barlavento”* no sentido este/oeste. Esta divisão refere-se sobretudo à zona litoral, diferenciando-se das outras regiões pelas características da Paisagem, ambiente e modo de vida das populações.⁵²

Com relevo bastante ondulado e declive acentuado, sulcada por uma rede hidrográfica densa e vales de erosão profundos e estreitos, a região da Serra, apresenta acidentes topográficos entre os 100 e os 902m de altitude. *“A Serra xistenta”* apresenta-se como uma *“depressão periférica escavada, embora incompletamente”*, ocupando uma área de 2939,67 km², ou seja 58,9% da área total da região do Algarve, sendo formada, essencialmente por rochas xistosas, constituída por cordilheiras posteriormente mencionadas.⁵³

Situada a oeste, a Serra de Monchique, a mais alta da região, com 902m de altitude, de origem vulcânica é constituída por um maciço de sienite. A Serra do Espinhaço de Cão, de origem xistosa, surge localizada a sudoeste com a altitude máxima de 250m.

Apresentando uma maior extensão, expandindo-se para nascente desde a serra de Monchique, passando pela serra de Silves e planalto nordeste, abrangendo o Sotavento e a região oriental, a Serra do Caldeirão, faz a fronteira entre o litoral, o Barrocal e o Baixo Alentejo, onde se localiza o seu ponto mais alto atingindo os 508m de altitude. A Serra do Caldeirão constitui o grande maciço xistoso da região do Algarve e é sobretudo dotada de solos pobres e delgados. Pouco férteis, bastante pedregosos, argilosos e ácidos, os solos de Serra, revelam um reduzido teor de matéria orgânica, condicionando muitas vezes um coberto vegetal onde prevalece o sobreiro, a azinheira, e um manto arbustivo composto por matos de constituição lenhosa, onde se destaca o medronheiro, o rosmaninho e a esteva.

O solo das serras, é de forma geral, constituído por formações metamórficas e sedimentares pertencentes ao *“período geológico Carbónico – Marinho (Paleozóico – formações metamórficas e sedimentares)”*⁵⁴, existindo uma grande predominância de solos magros, de xistos argilosos de

51) CAVACO, Carminda (1976), Volume 1, p.14

52) RIBEIRO, Orlando (1987), p.162

53) Idem, p.162

54) RIBEIRO, Vítor, “Enquadramento territorial”, in AA.VV (2008), p.20



características laminares e grauvaques (mais compactos) apresentando-se bastante susceptíveis à erosão e pouco permeáveis. Porém, o maciço eruptivo da Serra de Monchique, constituído por “*afloramentos rochosos de sienitos nefelínicos, que associados com a altitude,*”⁵⁵ diferenciam esta zona do restante contexto das serras da região algarvia.

Compreendido na Orla litoral, constituindo uma estreita faixa longitudinal que atravessa todo o Algarve, de Este a Oeste, o Barrocal é “*constituído por uma série de planaltos calcários*” de relevo suave e com poucas oscilações altimétricas, situado a meia altitude, situado na transição entre a serra e o litoral. O Barrocal constitui assim a sub-região mais característica do Algarve, ocupando uma área de 98 000ha, em que os solos de características “*violeta-avermelhadas*”, são formados sobretudo por rochas calcárias e alguns xistos.⁵⁶

Revelando solos com elevado teor de argila, podendo encontrar-se barro em grandes quantidades, facto que influenciou claramente a denominação da região. Este facto propiciou outrora o aparecimento de uma série de indústrias – os telheiros – que utilizavam o barro como matéria-prima, produzindo telhas, ladrilhos e tijolos maciços, que posteriormente serviam de matéria-prima à arquitectura e à construção da região.⁵⁷

A paisagem do Barrocal Algarvio, contrariamente, ao Litoral ou à Serra, é tipicamente mediterrânica, resultado do clima, da geologia, de vegetação e da acção do homem. A conjugação destes factores resultou, especificamente nesta região, numa forma própria de agricultura, nomeadamente o pomar de sequeiro (alfarrobeira, figueira e amendoeira) intercalado com culturas cerealíferas, hortas e pomares de citrinos. À custa de uma intervenção contínua de “*despedrega*”⁵⁸, cultivo do solo e enxerto das árvores espontâneas, a paisagem foi fortemente humanizada. O relevo suave e os

55) PESSOA, Fernando, PINTO, José, ALEXANDRE, José (2004), p.18

56) RIBEIRO, Orlando (1987), p.162

57) RIBEIRO, Vitor, “Enquadramento territorial”, in AA.VV (2008), p.21

58) *despedrega*- remoção de pedras da camada superficial do solo, como o objectivo de o tornar apto para o cultivo.

solos de fácil manipulação, permitiram diversas formas de ocupação desta paisagem, assim como o fácil estabelecimento de vias de comunicação com o Litoral, facilitando o escoamento dos produtos agrícolas.

Abrangendo inúmeras vezes “cerca de 50% da área de alguns concelhos, os solos agrícolas foram profundamente devastados pela intensa actividade cerealífera, subsequente à Lei dos Cereais de 1899 e posteriormente à Campanha Nacional do Trigo da década de 30 do século XX, que acentuou o seu processo erosivo.”⁵⁹

“O Litoral, de arriba até Quarteira”⁶⁰, a partir da qual, para Este, surgem “restingas arenosas que deixam atrás de si lagunas e canais”⁶¹, constituem solos na sua grande maioria de aluvião, resultantes dos arrastamentos das maiores altitudes, formando uma Paisagem de costa muito diversificada, variando entre costas abruptas, areais extensos, rias, sapais e outras formações dunares.

As rochas predominantes são essencialmente do tipo sedimentar (arenitos e conglomerados). Apresentando morfologicamente uma baixa altitude, reúnem na sua maioria, relevos aplanados, dispostos em campinas muitas destas aproveitadas para regadio. O clima subtropical mediterrâneo, fortemente influenciado pelo mar levou a que outrora houvesse uma maior fixação humana nas principais áreas ribeirinhas, onde surgiram os primeiros núcleos populacionais com características eminentemente urbanas.

As cidades localizadas na orla costeira ou na foz dos rios permitiram sempre uma ligação franca ao interior, por via fluvial, escolhendo sempre para lugar de implantação um local preferencialmente elevado, devido a condições de defesa e de domínio visual sobre os amplos territórios bem como entradas e saídas por via marítima – subsistem até hoje como áreas dominantes, Tavira, Faro, Portimão, Lagos, outrora a par de Castro Marim, Silves e Aljezur – tendo sido criadas estreitas relações e contactos regulares com mercadores por todo o mediterrâneo a partir do primeiro milénio a.C., influenciando e determinando usos e costumes, bem como a identidade e individualidade do território do Algarve em relação ao restante.

O Algarve com 4.995Km² é hoje uma área com uma população residente de cerca 395.218 habitantes, distribuídos por 16 concelhos, tendo uma densidade populacional média de cerca de 80 habitantes por Km² e uma costa com cerca de 150Km. Concentrando-se no litoral cerca de 60% da população total da região, o interior serrano tem assistido nas últimas décadas a uma acentuada diminuição da população, contrariamente à Orla que vem apresentando valores positivos de variação populacional, em grande parte impulsionados pelo sector turístico. O interior é hoje composto por um povoamento disperso e raro, apenas “lugares de casas juntas e de raras aldeias grandes”, implantadas de forma geral em promontórios e cumeadas, “tirando partido da exposição solar e libertando os solos férteis das várzeas” nas margens das ribeiras e linhas de água mais propícios ao cultivo.⁶²

Embora durante “o Período entre as grandes arroteias dos finais de século XIX e da Campanha Nacional do Trigo na década de 30 do século passado” se tenha verificado uma afluência ao interior de uma “significativa

59) RIBEIRO, Vitor, “Enquadramento territorial”, in AA.VV (2008), p.20

60) RIBEIRO, Orlando (1987), p.162

61) Idem, p.162

62) RIBEIRO, Vitor, “Enquadramento territorial”, in AA.VV (2008), p.21



massa populacional” em busca de melhores condições de trabalho e de terras para trabalhar, o interior algarvio surgiu sempre associado a um forte fenómeno de desertificação pelas próprias características do território que nunca favoreceram um povoamento significativo.⁶³

No final do século XIX com a mecanização agrária, quando a cultura do regadio se difundiu pelo Barrocal Algarvio e permitiu uma maior estabilidade de trabalho, o registo de diversos movimentos cíclicos de migrações de homens e de mulheres para o trabalho nas searas do Alentejo foi recorrente, o que revela um conjunto de circunstâncias precisas e a precariedade das condições de trabalho no território do Algarve.

*“Aos solos de diversas naturezas, à cultura seca ou regada, aos múltiplos regimes de exploração, corresponde, na paisagem cultural, as mais variadas manchas.”*⁶⁴ No Algarve, actualmente, o desenho da carta cadastral é, salvo algumas planícies e propriedades de maiores dimensões - onde se enquadram as propriedades de Morgadio em estudo - em que se arrotearam apenas alguns pedaços, *“um puzzle”*⁶⁵ complicado de fragmentos das mais variadas formas, fruto de uma exploração parcelada e propriedade dividida, em que a expressão geográfica deste individualismo se traduz na extrema das propriedades, com sebes de *“plantas gordas e com espinhos, como as piteiras e figueiras de índia”*⁶⁶ ou em valados de pouca altura, compostos pelas pedras extraídas dos terrenos agrícolas.

A forma simples como as populações da serra algarvia identificam o território, permite distinguir com clareza a dicotomia existente entre a paisagem, do interior serrano, a *“Serra”* e a do Litoral o *“Algarve”*, subentende-se de forma clara a diferença física, mas sobretudo social e económica que caracteriza a região.

63) RIBEIRO, Vitor, “Enquadramento territorial”, in AA.VV (2008), p.22

64) RIBEIRO, Orlando (1987), p.11

65) Idem, p.11

66) Idem, p.6



2.2 Clima e Vegetação

A influência do clima no ambiente físico do território em estudo, assume um papel relevante ao desencadear diversos processos erosivos que vão interferir directamente na modelação do relevo, nas características dos solos, na vegetação e nos cursos de água. Consequentemente é imprescindível a análise das principais características da região de forma a entender a evolução do território e a sua dinâmica.

As condições climáticas do tipo mediterrânico predominam em grande parte por toda a Península Ibérica, no Algarve, pela sua localização meridional de confluência entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico é ainda mais evidente.

A posição geográfica em que se encontra confere-lhe particularidades bio-climáticas especiais, face ao restante território continental, revelando um clima temperado de características mediterrânicas, apresentando por vezes a Litoral aspectos de subtropicalidade. A particularidade deste tipo de clima reside nomeadamente na fraca precipitação média anual, concentrando-se quase exclusivamente na estação fria, contrariamente a verões quentes e secos, com grande insolação e forte luminosidade. A pouca abundância de chuvas é recorrente durante todo o ano, podendo surgir situações de torrencialidade nos períodos mais frescos do ano.

“O clima na região algarvia é: quanto à temperatura – temperado (temperatura média anual do ar entre 16 e 18°C) e moderado (amplitude média da variação anual da temperatura do ar entre 11 e 14,8°C); quanto à humidade do ar – seco (humidade relativa anual média do ar às 9 horas inferior a 75%); quanto à precipitação – moderadamente chuvoso (precipitação anual média entre 500 e 1000mm).”⁶⁷

Relativamente aos ventos, a faixa ao longo da qual se desenvolve o Barrocal, exposta principalmente a ventos de sul goza de protecção a Norte da cordilheira montanhosa formada pelas serras de Monchique e Caldeirão, constituindo uma barreira natural para ventos vindos de norte, criando um

67) FARIA, J. (1981), citado por SANTOS, Rui Miguel Terremoto. (2008)



abrigo a sul. As características de clima mediterrânico, nomeadamente a temperatura e a pluviosidade, são intensificadas, embora se registre um regime de brisas de vários rumos. A ocorrência do vento de Levante - ventos de Este e Sueste, que ocorrem principalmente na Primavera e no Outono - é outra condição que influencia bastante o clima da região.

*“No Barrocal a precipitação varia entre 600 e 900mm anuais (o valor médio da precipitação anual média na zona do Algarve é de 756mm). O Litoral Algarvio é a região mais seca: ronda os 400 a 600mm anuais. Na região da Serra, as precipitações são muito superiores, atingindo valores na ordem dos 800 a 1200mm anuais.”*⁶⁸

O índice de insolação é elevado por todo o Algarve, principalmente no Litoral e Barrocal, apresentando valores de radiação solar e de insolação, superiores a todo o território nacional, entre as 3000-3200 horas anuais.⁶⁹

A orografia, a temperatura, a pluviosidade, a humidade relativa e a insolação, a par de outros factores, fazem da região do Algarve palco de uma diversidade extraordinária de espécies e formas vegetais algumas das quais únicas, ou provenientes de outros locais do mundo que hoje são parte integrante da Paisagem. A estas condições podemos acrescentar a forte influência humana em alguns períodos, que ditam mudanças irreversíveis na paisagem, através de cortes, queimadas e arroteias, que conseqüentemente propiciaram a perda dos solos, da fertilidade e a aridez.

Assim sendo, a vegetação que outrora cobria a região do Algarve foi sendo alterada ao longo dos tempos. A Serra do Algarve, principalmente na região oriental, era constituída predominantemente por *“florestas xerofíticas de quercíneas com folha perene, como a azinheira, o sobreiro, a nogueira, o castanheiro e de forma residual o carvalho cerquinho”*⁷⁰, verificado devido à existência de alguns elementos construtivos nas construções. Hoje pouco resta da flora mediterrânica antiga, próxima do que seria o original, “a

68) MENDES, J. C. e M. R. GUERREIRO (1990), citado por SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008).

69) SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008).

70) RIBEIRO, Vitor, “Enquadramento territorial”, in AA.VV (2008), p.20

palmeira-das-vassouras (palmito) ficou, como a última relíquia, em povoamentos descontínuos, largamente desbastados pelo homem, ou em raros indivíduos isolados."⁷¹ De porte anão, hoje só pode ser encontrada no Algarve, onde caracteriza o clima quente e próximo do mar. A par das duas espécies primeiramente referidas a Oliveira e a Alfarrobeira assumem hoje relevante importância na economia local.

A região do Algarve *"apresenta uma vasta rede de drenagem superficial que vai dar origem a inúmeros cursos de água que a serpenteiam, a maioria de regime temporário e torrencial, secando durante uma boa parte do ano, à beira dos quais, crescem loendros e caniçais."*⁷²

Na base dos solos calcários, da zona do Barrocal onde se localiza grande parte dos terrenos agrícolas, o subsolo é rico em água o que propiciou a abertura de inúmeros poços para fazer face aos períodos estivais em que a água escasseava. Nesses períodos a água era tirada por meio de noras para um tanque reservatório, que alimentava as culturas de regadio.

Existentes por todo o Algarve, as plantas carnudas ou *"plantas gordas e com espinhos, como as piteiras e as figueiras de índia (opúncias), são exóticas e foram introduzidas pelo homem, ambas originárias dos planaltos do México, donde foram trazidas talvez no século XVI, e levaram à borda dos caminhos ou ao limite dos campos a sua folhagem grossa, extravagante e hostil"*⁷³ como demarcação de territórios e propriedades, a par dos valados construídos com a pedra extraída dos terrenos, propagando-se de tal modo que se tornaram parte integrante da vegetação e paisagem da região.

Actualmente, entre as plantas mais importantes na fisionomia da vegetação, figuram as árvores e arbustos de folha sempre verde, as Querci de folha perene, entre as quais o sobreiro, a azinheira, o carrasco, o medronheiro, o loureiro e a aroeira. Pela importância e extensão de povoamentos quase exclusivos em determinadas zonas sobressai ainda a esteva, o alecrim, a alfazema e o rosmarinho. Mas a *"tríade algarvia"*⁷⁴ é formada pela amendoeira, figueira e alfarrobeira, o tradicional pomar de sequeiro que melhor identifica a paisagem da região. *"Ao longo dos séculos valorizaram-se mais umas que outras, mas foram estas árvores que individualizaram os campos meridionais"*⁷⁵ mesmo que muitas vezes a sua distribuição não apresentasse a mesma densidade e porte por todo o Algarve.

71) RIBEIRO, Orlando (1987), p.6

72) RIBEIRO, Vítor, "Enquadramento territorial", in AA.VV (2008), p.20

73) RIBEIRO, Orlando (1987), p.6

74) Idem, p.48

75) CAVACO, Carminda (1992), p.123



2.3 Estruturação viária

Das vias que outrora faziam parte do traçado do Algarve, pouco se pode verificar, e a informação disponível é bastante deficiente e pouco precisa. Conhecemos, através dos itinerários antigos algumas das vias principais, que estabeleciam a comunicação entre os mais relevantes centros urbanos. O facto de herdarmos uma tradição literária bastante recente, no que respeita a registos e levantamentos, torna por romanas grande parte de calçadas e pontes antigas, como se outrora os homens não tivessem usado caminhos e limitando uma rede viária preexistente ao domínio romano.

Os registos oficiais disponíveis, do período romano, assinalam dois itinerários antigos, que ligavam o Algarve a *“Beja, partindo de Faro, passando por Mértola, Castro Marim e T. de Aires”*, passando pela Serra, por São Brás de Alportel, Barranco do Velho e Ameixial.⁷⁶

Por outro lado devido ao *“carácter sagrado da área do Cabo de São Vicente”*, supõe-se a *“existência de um extenso eixo longitudinal”*, assentando igualmente em caminhos pré- romanos, partindo da cidade de Faro, que *“estabelecia ligação com os principais centros urbanos”* do litoral, ligando-os ao *“Sacrum”*, situado no extremo oeste do território.⁷⁷

Ao longo dos tempos, as ligações entre o interior e o exterior, estabeleciam-se através dos terrenos situados na Orla, devido à fácil proximidade com o litoral, a par das características do solo para a agricultura e a disponibilidade de recursos hídricos. A localização intersticial do Barrocal Algarvio, possibilitou a criação de inúmeros pontos de contacto com o Litoral por via terrestre e fluvial, e o relevo suave tornou mais fácil o traçado de vias com as áreas urbanas localizadas junto da costa, onde por via marítima, os produtos agrícolas produzidos no interior eram escoados para o resto do mundo.

O desenho que permitiu a ligação entre os povoamentos rurais do Algarve fazia-se outrora por caminhos de almocreves em que *“Loulé assumia o principal nó das estradas da província”*, longitudinalmente uma via

76) FABIÃO, Carlos, “O Algarve Romano - As vias”, in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p.45.

77) Idem, p.46

provavelmente do período pré-romano, que coincide hoje com parte do traçado de alguns troços da actual estrada nacional 125 e que liga os dois extremos do território.⁷⁸

Actualmente, a ligação entre os dois extremos do Algarve faz-se por dois eixos viários. A estrada nacional 125, que atravessa longitudinalmente 12 dos 16 concelhos da região do Algarve, ligando Sagres a Vila Real de Santo António, ao longo da qual grande parte do sistema urbano actual foi crescendo, absorvendo-a e transfigurando-a como parte integrante do seu percurso urbano e paisagem. A A22 ou Via do Infante, a mais recentemente construída, entre 1990 e 2003, tem uma extensão de 129km e atravessa todo o Algarve no mesmo sentido transversal e paralelo à EN125, embora numa localização mais a Norte. A via do infante é uma auto-estrada sem portagem que circula na periferia dos principais centros urbanos do litoral e que permitiu ligações para Norte/Lisboa e para Nascente/Espanha, cujo traçado desta acompanha ainda a linha de caminho-de-ferro, construída no início do século XX, que liga todo o Algarve.

78) RIBEIRO, Orlando (1987), p.164

3 //

Estrutura fundiária de Morgadio

3.1 Imagens sociais e historiografia // 3.2 Modelo de estrutura fundiária e organização da propriedade rural // 3.3 Usos do solo e evolução da Paisagem



3.1 Imagens sociais e historiografia

O Morgadio constitui um fenómeno histórico, cujo período cronológico inicial em Portugal data dos séculos XIV e XV. Ao Morgadio era normalmente atribuídas duas classificações, ora como “*instituição jurídica*”, ora como “*mecanismo social*” o que deixa transparecer a complexidade da instituição e do acto complicado e integrado que era instituir e gerir um Morgadio ao longo de gerações. Impera assim a ideia de que por detrás do Morgadio estavam, em complementaridade, uma estrutura social e uma forma de percepção da realidade específicas, que o possibilitavam e eram por ele reforçadas.⁷⁹

Ao Morgadio em Portugal está inerente um conjunto de modelos e práticas de comportamento que possibilitaram aos grupos sociais que o adoptaram, uma forma particular de vinculação de bens.⁸⁰

O modelo do Morgadio, está intrinsecamente relacionado com o papel dos grupos, ou seja, “*antepassado e descendente*” ou “*fundador e administradores*”, num modelo entre pai e filho. O pai, instituidor do Morgadio, transita para o filho mais velho, herdeiro e gestor em relação ao resto dos herdeiros, um vínculo de terras, rendas ou outros utensílios provenientes de uma determinada profissão, formado pelo instituidor.⁸¹

O filho é assim também fruto de uma construção por parte do pai, que lhe impõe modelos de conduta, construindo este também as imposições em função da defesa do seu lugar e da tradição que representa. O instituidor recria o passado familiar que o antecedia, de forma a impor a sua noção de como deveria ser o futuro dos seus herdeiros.⁸²

Os bens vinculados não podiam ser vendidos nem de outra forma alienados, cabendo ao Morgado, ou seja, ao filho mais velho o cumprimento das determinações do instituidor. O usufruto do Morgadio e dos seus rendimentos, proporcionados pelos bens vinculados, só poderiam ser vendidos ou trocados através de autorização real, assim como a própria extinção do Morgadio, embora houvesse a possibilidade de os acrescentar o que era muitas vezes instituído à partida.

79) ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.19

80) *Idem*, p.19

81) *Idem*, p.20

82) *Idem*, p.21

Segundo Maria de Lourdes Rosa, “o Morgadio pode ser definido como um acto de regulamentação administrativo-jurídica de um património, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionado tanto na posse dos bens como na chefia da linhagem”.⁸³ Assim sendo entende-se a instituição deste modelo a uma sociedade completamente à margem de um pensamento liberal e fortemente vinculada a um regime autoritário e absolutista, baseado na tirania do instituidor, bem diferente da qual hoje integramos.

Esta instituição vincular tem origem na legislação Castelhana, onde no século XVI foram registados os primeiros tratados jurídicos sobre o tema da vinculação, aqui denominado de “*mayorazgo*”, fazendo parte das leis desse reino até à “*ley Desvinculadora*” no ano de 1820.⁸⁴ Em Portugal, os Morgadios tiveram uma rápida expansão, tanto em termos sociais como geográficos.

Embora a prática de vinculação, no país seja do início do século XIV, nos dois séculos seguintes não se verificou quaisquer registos sobre essa forma de vinculação, entrando apenas na legislação portuguesa com as Ordenações Filipinas em 1603, ano em que são publicadas as primeiras ordens dadas nos tribunais relativas a Morgadios. Segundo as Ordenações Filipinas a instituição do Morgadio deve-se sobretudo a um acto de “*conservar e aumentar o nome e a memória das suas casas através de um código de conduta imposto pelos descendentes*”,⁸⁵ este modelo difundiu-se como forma de contrariar o empobrecimento das famílias devido às sucessivas partilhas, mantendo no ramo principal o estatuto económico e social da família.

O tratado que sintetiza a vinculação aparece um pouco mais tarde em 1685, por Manuel Álvares Pegas, denominado de “*Tractatus de exclusione, inclusione, successione et eractione maioratus*”.⁸⁶ Este tratado tinha como objectivo a classificação e ordenação segundo leis internas, revelando um carácter de apresentação e não de decisão de um determinado objecto, “*salvaguardando sempre a vontade do instituidor como lei última dos Morgadios*”.⁸⁷ Em 3 de Agosto de 1770 é inaugurada na legislação pombalina, uma nova leitura, radical e bastante diferente sobre os Morgadios.⁸⁸ No prólogo desta lei explica-se que houve um estudo “*do modo, forma e fins com que se estabeleceram os Morgadios em Portugal*”⁸⁹, bem como “*as alterações e abusos que se estabeleceram com o tempo*”.⁹⁰

A nova forma de afirmação desta lei passa por mostrar o Morgadio como uma estrutura desadaptada, surgindo a necessidade de afirmar o seu carácter ultrapassado. O surgimento de uma nova lei tão antagónica em relação à anterior na forma de entender o Morgadio, só foi possível pela diferente natureza da sociedade em que se integrava, desencadeando a partir desta, que em qualquer referência ou escrito que se fizesse em relação ao Morgadio, este teria de assumir uma posição política em defesa do carácter liberal ou tradicional.⁹¹

A lei de 1770, permite assim segundo alguns autores, um debruçar sobre a história e a essência da formação dos Morgados em Portugal, um acto que

83) ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.21

84) [consulta 01/2010] www.wikipedia.org

85) Cif. Os textos integrais, na epigrafe do capítulo II, citado por ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.20

86) Lisboa, Miguel Deslandes, 1685, citado por ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.23

87) ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.24

88) Os principais estudos são os de Joaquim de Oliveira Martins, “A Legislação Pombalina”, O Marquês de Pombal. Obra comemorativa do centenário da sua morte, pp. 161-173, Rio de Janeiro — Lisboa, Clube de Regatas Guanabarensis — Imprensa Nacional, 1885, citado por ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.25.

89) Collecção das leis, decretos e alvarás que comprehende o feliz reinado del Rei Fidelíssimo D. José o I, t. 3, p. 1-11, Lisboa, Of. De António Rodrigues Galhardo, 1797, citado por ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.25.

90) ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.25.

91) Idem, p.25

permite regressar ao que era a pureza inicial deste tipo de sistema, com o objectivo de corrigir o “estado degenerado das coisas”.⁹²

Na essência da formação do Morgadio em Portugal, está a fusão do direito romano com o dos povos mais antigos, em que a “avoenga”, ou seja, o reconhecimento do património ou herança dos antepassados é o primeiro resultado desta fusão, e que mais tarde os privilégios atribuídos ao filho mais velho (primogenitura) vem completar, uma vez que na sociedade da época havia a necessidade da criação de um chefe de linhagem. Assim sendo o que parecia coerente num primeiro período, é destruído pela introdução de legislação que transforma o Morgadio num “direito de excepção”.⁹³

As ideias transmitidas pela legislação pombalina vão prevalecer nos escritos do final do século XVIII e inícios do século XIX.⁹⁴

Alguns estudos sobre as origens dos Morgadios, baseiam-se sobretudo nos pormenores da lei pombalina e não no carácter histórico dos mesmos, estas obras acentuando a ideia de que “o Morgadio se encontrava decadente e de que a legislação pombalina o vem recuperar para o presente.”⁹⁵

A revolução liberal vem desencadear inúmeros debates e escritos sobre o tema propondo a abolição total dos vínculos, essa diferença de posições entre liberais e conservadores vai gerar conflitos em diversas regiões pelas propostas de reforma apresentadas.

Foram várias as formas de difusão de imagens do Morgadio, no caso da literatura é sobretudo através de Camilo Castelo Branco ou Eça de Queiroz que a personagem do Morgado é apresentado na grande maioria das vezes como o “depravado, abstencionista no cuidado das terras, e cruel para a família”⁹⁶ reflexo sobretudo de um exacerbado autoritarismo e pouca sensatez.

Contudo a antiga nobreza, de uma forma geral, continuou a revelar um enorme fascínio pelas figuras românticas dos “chefes de linhagem”, fazendo com que este tipo de personagem também figurasse nas obras dos mesmos autores, que muitas vezes criticavam os Morgados.⁹⁷

O Romance de Aquilino Ribeiro(1885-1963), “A Casa Grande de Romarigães”, escrito em 1957, pode ser considerado a nível literário um retrato decadente de uma família morgada, repleta de rivalidade entre irmãos, ignorância e esbanjamento, desenhando em traços largos o que era a imagem do Morgadio.⁹⁸

No século XX, dá-se um abrandamento da polémica política, em que o tema da vinculação é retomado nos escritos do “Integralismo Lusitano”⁹⁹ e mais tarde já no Estado Novo em alguns “projectos do Salazarismo”.¹⁰⁰ Os republicanos recusam o romantismo dos escritos sobre o tema da vinculação, baseando-se sobretudo na crítica liberal desencadeada sobre o tema.

Os Morgadios foram extintos em Portugal no reinado de D. Luís I, por carta de lei de 19 de Maio de 1863, embora tenha subsistido o Morgadio da casa de Bragança, no qual estava incluído e herdeiro da coroa, perdurando este até 1910 ano da implantação da república.¹⁰¹

A região do Algarve não foi excepção do restante território Português,

92) ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.27

93) Idem.

94) Idem.

95) Idem, p.28

96) Idem

97) Idem, p.30

98) Idem

99) Revisão feita pelo historiador do pensamento integralista que é Fernando CAMPOS, das teses de D. António de Almeida “O pensamento contra revolucionário em Portugal (séc. XIX)”, vol. 2, pp. 159-188, Lisboa, ed. José Fernandes Jr., 1933, citado por ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.30.

100) ANDRADE, Abel (1940) “O casal de família protege a família portuguesa”, congresso do mundo Português. Actas, memórias e comunicações do Congresso Nacional de Ciências da População – Tomo 2, vol. XVIII, pp. 412 – 417, s.l., Comissão Executiva dos centenários, citado por ROSA, Maria de Lourdes (1995), p.30

101) [consulta 01/2010] www.Wikipédia.org

em que a nobreza algarvia no que diz respeito à organização do seu património reflectiu iguais práticas de vinculação dos seus bens ou parte deles, sob a forma de Morgado, ou correntemente chamado na região de “capela”. “Denominados de Capelas, Morgados ou Vínculos, com diferentes formas, mais ou menos antigos, diferente dimensão ou rendimento, com maiores ou menores obrigações, a prática do Morgadio generalizou-se entre a nobreza do Algarve nos séculos XVI a XVIII”,¹⁰² dando origem a “*propriedades agrícolas de grandes dimensões, por vezes com várias centenas de hectares, onde eram praticadas as culturas de sequeiro e regadio, cultura arvense, a criação de gado bovino, cavalar e porcino, etc.*”¹⁰³

Nestas propriedades além das habitações próprias, possuíam ainda habitações para os assalariados agrícolas permanentes e periódicos, silos, adegas, pocilgas e estábulos entre outros elementos que compunham uma propriedade completamente auto-suficiente do restante território, e que impulsionava de forma significativa a economia da região, pela sua dimensão e complexidade enquanto unidade territorial.

Com o final dos Morgadios, e o passar do tempo grande parte destas famílias abandonaram o Algarve, a favor da Corte e dos cargos públicos na Índia e no Brasil.

No século XIX, já após o desmembramento dos grandes Morgadios, seguiu-se em muitos casos a venda dos respectivos prédios a novos proprietários, alguns deles também fidalgos e com estruturas fundiárias notáveis, outros provenientes do comércio e da indústria.¹⁰⁴

Na grande maioria dos Morgadios, estes foram total o parcialmente “*aforados*”¹⁰⁵ em “*courelas*”¹⁰⁶ e “*fazendas*”,¹⁰⁷ o que permitiu a fixação de trabalhadores necessários para o cultivo dos novos prédios, desencadeando uma maior valorização da terra entre a população crescente, que não conseguiria trabalhar em parcelas de grandes dimensões apesar de não ter outro modo de vida e subsistência.

No Algarve, o núcleo principal deste tipo de propriedade agrícola, baseado numa vinculação familiar de Morgadio, situava-se “*numa zona limitada, a oriente pela ribeira do Arade, a Ocidente por uma linha Norte-Sul passando pela Figueira, e a Sul pela estrada Lagos-Portimão, onde se inscreviam os Morgados do Reguengo, de Arge e da Torre*” todos eles pertencentes ao concelho de Portimão, que serão objecto de estudo e análise ao longo do trabalho.¹⁰⁸

102) CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz (1999), “A Nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditária e civil - Morgadios”, in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p.294.

103) AA.VV.(1988), “Arquitectura Popular em Portugal”, p.141.

104) CAVACO, Carminda (1976), volume 1, p.132.

105) **Aforar** - Dar ou receber por meio de foro, ou seja, pagamento anual pago pelo arrendatário ao senhorio.

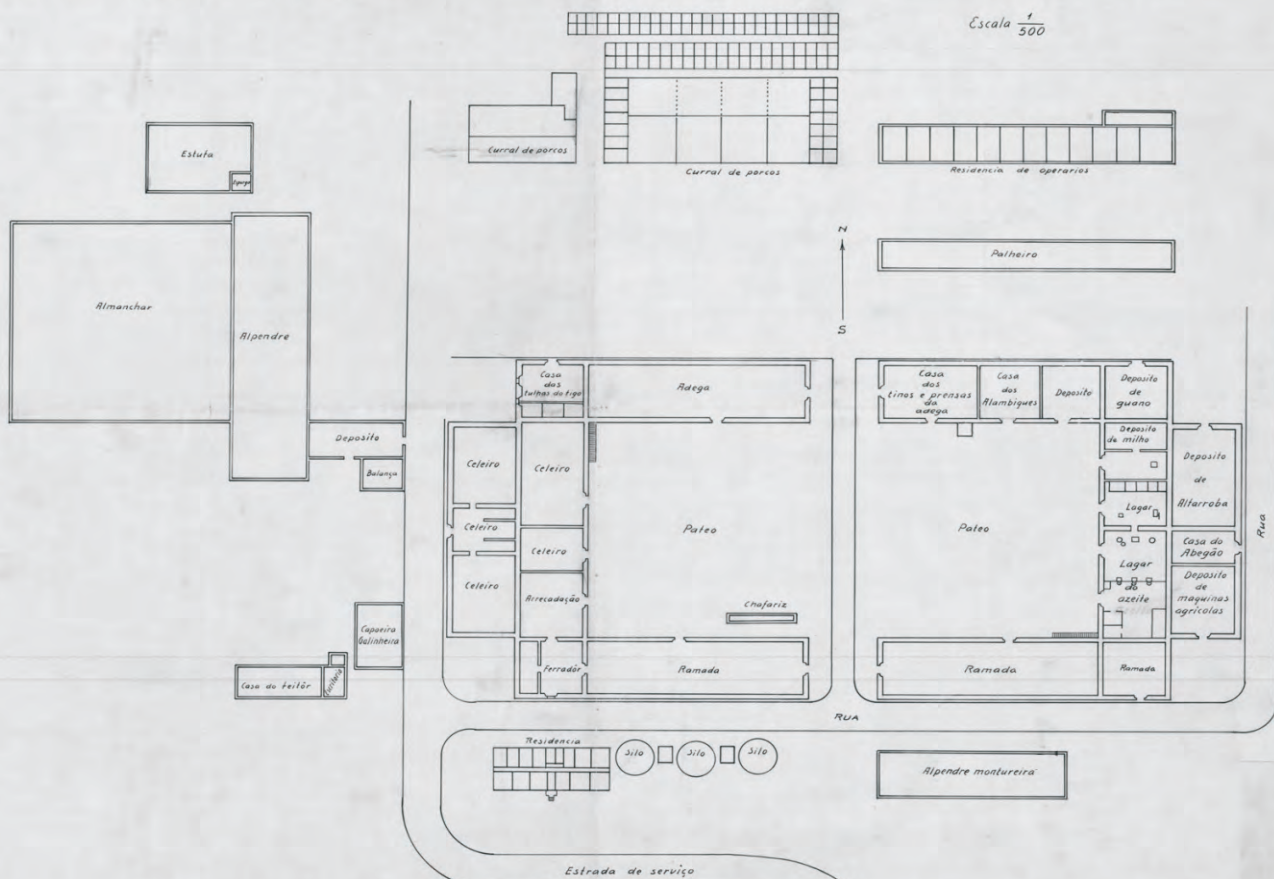
106) **Courela** - Parte de terra destinada a cultivo, ao termo courela corresponde a antiga medida agrária de 100 braças.

107) **Fazenda** - herdade destinada a uma grande cultura.

108) CAVACO, Carminda (1976), volume 1, p.141.



Instalação agrícola situada na propriedade denominada Reguenga da Fréguezia e Concelho de Partimão Distrito de Faro da Firma Reguenga Boina & Arge L^{da}





3.2 Modelo de estrutura fundiária e organização da propriedade rural

O uso dos solos e a propriedade rural alterou-se ao longo dos séculos em Portugal e o Algarve acompanhou igualmente essa tendência geral transformação, adoptando diversas formas de administrar a sua propriedade rural independentemente das suas dimensões.

A dimensão da estrutura fundiária no Algarve, constituiu desde sempre motivo de discussão, tendo ficado mais evidente a sua classificação como uma região de pequena e média propriedade. Assim sendo, foi claramente representada pela pequena e média propriedade, e pelo seu peso esmagador em relação à grande propriedade, em que a pequena área de propriedade correspondiam igualmente reduzidas áreas de exploração.

Contudo, uma atenta observação do espaço rural e do mosaico de culturas, revela-nos um desenho que deixa transparecer algumas diferenças, sobretudo através da “composição e distribuição dos arvoredos, da densidade dos muros de alvenaria, adobe e pedra solta ou dos renques de piteiras e opúncias, que estabelecem a divisão entre propriedades e sugere fortes contrastes das malhas fundiárias.”¹⁰⁹

A dimensão das propriedades dependia muitas vezes da produtividade da terra, embora por vezes apresentassem valores de rendimento muito semelhantes, revelando composições prediais muito diferentes. Na serra, por exemplo, era bastante comum a existência de prédios mais vastos, reflexo do menor valor das terras e da sua difícil trabalhabilidade, ao contrário dos situados nas várzeas onde abundam casos de partilha extrema, fazendo com que se verifique um elevado número de prédios por proprietário embora com dimensões bastante mais reduzidas.

“A partir do século XIX, procurou-se por várias vezes determinar a dimensão média da propriedade” no Algarve. Passar da área dos prédios para a da propriedade era um pouco arriscado, o que na época todos sabiam: uma propriedade tanto podia reunir vários prédios, como ser partilhada por vários proprietários” tornando a sua determinação pouco esclarecedora e concisa.¹¹⁰

109) CAVACO, Carminda (1976), volume 1, p. 125.

110) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 42



Presume-se segundo alguns estudos, apontados por Félix e Silva, em 1906, que nomeadamente na Serra Leste algarvia, quer seja em resultado de herança ou mesmo na tentativa de manter as propriedades indivisas no papel, a cada proprietário ficaria destinado um talhão de terra, com quatro metros de largo por dez ou doze de comprimento.

“De acordo com o que Silva Lopes escreveu em 1841, a prática do “*aforamento*”¹¹¹ e sub-aforamento fora até então recorrente, do que resulta o facto da província não ter herdado grandes casas do passado, mas uma propriedade bastante repartida”, excepto no caso dos grandes Morgadios que eram aforados por grosso e sub-aforados em courelas.¹¹²

Porém, segundo alguns autores como F. Weinholtz, no decorrer do século XIX, o aforamento caiu em declínio, deixando de existir nas grandes propriedades da região a figura do “*enfiteuta*”¹¹³, seja através da venda de foros ao estado, ou da instituição de corporações e de particulares, havendo cada vez mais um maior número de arrendamentos. Consequentemente, as propriedades tomaram dois rumos diferentes, “*ficando na mão dos antigos foreiros*”, inevitavelmente apresentavam um desenho mais repartido, ou ficando no domínio dos antigos senhorios, havendo uma maior possibilidade de permanecerem intactas, visto que embora já não lhes pertencesse continuariam seus arrendatários.¹¹⁴

Mesmo que a prática do aforamento e sub-aforamento tenha contribuído para a fragmentação dos territórios dos grandes Morgadios existentes outrora no Algarve, há indicações de que houve uma vontade dos proprietários em gerirem toda a propriedade sem recorrer a aforamentos, o que se revelou infrutífero devido à sua grande extensão e à falta de mão de obra que se tornava cada vez mais difícil.

Nos vários documentos consultados surgem muitas vezes referências avulsas dessas propriedades um pouco por todo o Algarve, das quais hoje

111) **Aforamento** - acto ou efeito de receber o foro, pensão anual paga ao proprietário das terras.

112) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 41

113) **Enfiteuta** - Pessoa que tem o domínio útil do prédio por convenção do dono, em troca de um foro, ou seja, de uma pensão anual paga ao senhorio directo.

114) RADICH, Maria Carlos (2007), p.41

pouco resta, como as propriedades da, “*Quarteira, Reguengo, Matamouros, Ludo, Lameira, Tapada, Torrejão, Lontreira*” citadas por Bivar, num documento no qual o autor refere ainda uma lista anónima de algumas propriedades de grandes dimensões, uma localizada nos arredores de Lagos, outra em Portimão, referindo-se provavelmente aos Morgadios existentes no concelho, e outra ainda na região de Silves, duas em Faro e uma em Albufeira, esta última certamente uma das maiores com uma área superior a 3000 hectares, uma vez que as outras deveria rondar os 1000 e 2000 hectares de área.¹¹⁵

Como refere Gerardo Pery “*não temos elementos dos quais se possa conhecer o número de explorações agrícolas e a sua grandeza*” este facto desencadeou em alguns autores outro tipo de justificações para a dimensão das propriedades.¹¹⁶

Tomás Cabreira, procurou mostrar, baseando-se no trabalho de outros autores, que a dimensão das explorações agrícolas prendia-se com um factor ambiental determinante que iria ocasionar a maior ou menor área das explorações. A água era o factor que melhor poderia explicar que se tivessem construído umas e outras, “*assim onde a água era abundante, desdobravam-se por ordem decrescente de dimensão, a lavoura que surgia afastada do litoral*” onde havia água surgiam as hortas, de várias dimensões, embora tendendo sempre para a pequena dimensão.¹¹⁷

Nos grandes Morgadios, onde se praticava essencialmente a cultura de sequeiro, a sua vasta dimensão reflecte a pobreza dos solos onde a água escasseava frequentemente por largos períodos, recorrendo-se à abertura de poços de forma a contornar essa realidade. A cultura de regadio também se verificava nestes vastos territórios, embora situada nas zonas baixas, de aluvião perto das ribeiras onde se construíam tanques de rega, poços e aquedutos de forma a elevar a água para a rega.

A forma como se articulava a propriedade e a exploração, era bastante diversa no Algarve, o que nem sempre revelava uma coincidência entre estes dois aspectos, ou seja, o arrendamento a prazo, segundo Weinholtz em 1891, não estava muito difundido na época e a forma mais generalizada de articular as explorações residia mais frequentemente numa cedência sem prazo, em troca de parte das colheitas.¹¹⁸

A partir da década de trinta a situação sofreu alterações. Em 1931, Oliveira Marques, citando Bento Carqueja, revelava que no Algarve 50% das suas explorações eram por conta própria, 35% por arrendamento e 15% em parceria. A parceria começou a apresentar grande viabilidade. Ao parceiro-cultivador ficava destinada a menor parte, proporcional às produções e ao parceiro-proprietário competia o pagamento dos impostos, a cedência de casa e de semente.¹¹⁹

Este tipo de método desenvolveu-se nas propriedades de grandes dimensões, como os Morgadios, uma vez que assegurava que a propriedade ficasse sempre nas mãos do mesmo proprietário, sem este ter necessidade de vender ou dividir, retirando rendimento das terras sem a necessidade de ser tão participativo na administração agrícola, uma vez que estas ficavam a

115) BIVAR, José de Almeida Coelho de (1910), “Resposta à seguinte circular dirigida aos agrónomos distritais incumbindo-os de indicarem as regiões e sub-regiões em que podem ser divididos os respectivos distritos”, Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 9º ano, nº5, pp. 24-25, citado RADICH, Maria Carlos (2007), p.43

116) PERY, Gerardo A (1875), “Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias”, Lisboa, citado RADICH, Maria Carlos (2007), p.43.

117) CABREIRA, Tomás (1918), “O Algarve Económico”, Lisboa, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 43

118) WEINHOLTZ, Manuel de Bivar Gomes da Costa (1891), “Memória sobre a Economia Rural da 9ª Região Agronómica”, Dissertação apresentada ao concelho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Tavira, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 43

119) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 44

cargo do parceiro-cultivador. Para este, ficava frequentemente 1/5 das colheitas, derivando daí a designação de quinteiro, pessoa encarregada dos trabalhos e vigilância das quintas. No entanto, por vezes, a parceria podia também significar a divisão a meias ou em terças, era ainda possível uma parceria que envolvesse só parte das culturas da propriedade, ou ficando cada parceiro responsável por diferentes etapas da produção, como a apanha da alfarroba, ou a colheita e secagem do figo, essa parceria podia ser ainda restrita ao gado, aos pomares ou à vinha.¹²⁰

A forma de administrar estas propriedades, baseada numa desmultiplicação de um vasto território em pequenas culturas, efectuava-se pela parceria anteriormente referida ou pelo arrendamento podendo as duas serem conjugadas, em que a propriedade era fragmentada pelo proprietário que posteriormente a cedia em parcelas a parceiros ou rendeiros. Este método permitia a ausência do proprietário das propriedades por períodos mais longos, uma vez que o proprietário dos Morgadios na sua grande maioria vivia na cidade e ocupava-se de outras actividades, como o comércio e a indústria, abrangendo o poder em diversos sectores da região. Na ausência do proprietário, a recolha das rendas e quotas de parceria eram feitas por um feitor que assumia o papel de administrador da propriedade.

Contudo, é possível perceber através de algumas referências, o que ocorria nas grandes propriedades, se havia ou não a sua desmultiplicação, de que forma e a que nível de culturas, como é o caso da “vastíssima propriedade” da Quarteira, pertencente ao conde de Azambuja, que albergava “numerosos caseiros”.¹²¹

Assim sendo, é possível concluir que certamente as que melhor foram administradas tendo como base arrendamentos e parcerias, conseguiram manter ao longo de gerações os seus limites territoriais sem grandes alterações. Alguns planos documentados na época, apontavam para a existência de uma unidade administrativa, reflectida em projectos que eram transversais a toda a propriedade, como o projecto de 1885, para a Quarteira, que previa a plantação de 500 hectares de cana de açúcar apesar da sua área estar na grande maioria dividida em foros.¹²²

Outro exemplo da forma de administração com vista a salvaguardar a unidade destas propriedades é o caso do Reguengo do Alvor, adquirido em 1847 por João Maria Eugénio de Almeida, do qual foram “arroteados”¹²³ 300 hectares de um total de 1100, logo no ano seguinte à sua compra, uma parte cedida a “lavradores-arroteadores”¹²⁴ e outra parte por conta própria.

Assim sendo o projecto inicial traçado por J. M. Eugénio de Almeida, que consistia em formar uma boa exploração agro-pecuária, foi reformulado e não chegou a concretizar-se totalmente, uma vez que a propriedade foi totalmente arroteada em 1854, passando a subsistir através de um regime de arrendamento.¹²⁵

No que diz respeito a outros Morgados, como o da Lameira, entre Silves e Alcantarilha, apenas surgem referências da existência de “rendeiros”¹²⁶, ficando em aberto qual a dimensão destas culturas e de que forma se organizavam.¹²⁷

120) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 44

121) LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1878; 1889), “Portugal Antigo e Moderno”, Dicionário, vols. VIII e XI, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 44.

122) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 44.

123) **Arroteados** - proveniente do termo arrotear, acto que consiste na preparação de um terreno inculcto para a prática de agricultura e pode incluir o abate de árvores em florestas virgens e eliminação das suas raízes ou a drenagem de pântanos. O arroteamento constituía uma prática muito usual devido à necessidade, de por vezes haver a necessidade de se abandonar as áreas de cultivo já exaustas substituindo-as por outras ainda não cultivadas. Esta prática levava geralmente à destruição de vastas áreas florestais e de importantes ecossistemas.

124) **Lavradores-arroteadores** - Lavradores que tinham como objectivo o tratamento e limpeza das terra de modo a cultivá-las.

125) FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime (1987), “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista de Regeneração”, Análise Social, vol. XXIII, 5º, p. 865-904.

126) **Rendeiro** - aquele que dá ou toma de arrendamento propriedades rústicas.

127) MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1890), “O Algarve e a fundação patriótica de uma colónia industrial agrícola”, Porto, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 45.

No século XIX, a grande exploração consistiu assim um caso raro no Algarve, embora tenham surgido alguns exemplos nomeadamente na proximidade de Castro Marim, num terreno de 400 hectares, cedido à Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal em 1875, não havendo dados do termo da mesma. Uma outra situação foi a da Campina de Faro com 71 hectares incluindo 21 destinados a regadio, tendo esta sido rapidamente parcelada em “*courelas*”¹²⁸ e arrendada, embora tenha resistido em paralelo a exploração directa.

Os elementos que caracterizavam a propriedade no Algarve e a forma como estes territórios eram explorados, deixam transparecer o modo como a estrutura social do Algarve rural se organizava.

Assim sendo, no topo da sociedade rural encontravam-se os grandes proprietários, na maioria provenientes de Morgadios, instituídos na região nomeadamente a partir do século XV. De origem remota, obtiveram em grande parte as vastas terras da região por doação real como recompensa aos feitos prestados ao reino, aquando a conquista do Algarve, advindo a denominação de “*Reguengo*”¹²⁹ a este tipo de propriedades resultantes da reconquista.

As grandes propriedades, assentes em Morgadios atravessaram assim várias gerações até ao fim da instituição dos mesmos. O poder dos capitalistas provenientes das indústrias e do comércio, originou novos proprietários para estas extensas propriedades, que até então viviam administradas à luz de uma política autoritária e absolutista em muitas situações no limite da escravatura.

Com o fim da instituição dos Morgadios, a 19 de Maio de 1863, e da política agrícola por estes praticada muitos dos Morgadios caíram e foram vendidos. Os novos proprietários eram sobretudo provenientes da burguesia, que viram na compra de terras a obtenção de um título de nobreza, desencadeando uma nova política de administração destas terras a partir do século XIX, baseada no aforamento total ou parcial destas propriedades em courelas e fazendas mediante o pagamento de foros ou parcerias com os proprietários.

Esta nova realidade permitiu a fixação dos trabalhadores necessários para o cultivo dos novos prédios, desencadeando uma maior valorização da terra entre a população crescente. A medida adoptada permitiu ainda a salvaguarda e a manutenção destas propriedades, formando um mosaico de culturas de reduzida dimensão a que normalmente está associada a paisagem algarvia.

Carlos Maria Eugénio de Almeida, constitui um desses capitalistas, que comprou em meados do século XIX, aos Silva Pessanha descendentes do instruidor do Morgadio D. Fernando de Meneses e D. Joana da Costa sua mulher (cédula testamentária 12.03.1626, em Portimão) o Morgado de Arge e Boina. Anos mais tarde, em 1847, deve-se a seu filho João Maria Eugénio de Almeida, 1º conde de Arge, a compra em hasta pública do Reguengo do Alvor, adquirindo assim o poderio absoluto da propriedade rural e agrícola da região, fixando na sua posse o Morgado do Reguengo, Arge, Boina e Alvor,

128) *Courela* - Parte de terra destinada a cultivo, ao termo *courela* corresponde a antiga medida agrária de 100 braças de comprimento por 10 de largura. (1 braça= 1,10 m)

129) *Reguengo* - Real, pertencente ao património do rei. Terra que por conquista ou por confiscação era incorporada no património real, constituindo um direito ou um foro pertencente à coroa.

formando um total de cerca de 4000 hectares.

O Reguengo do Alvor adquirido era constituído por uma propriedade com 1100 hectares que no “*momento da aquisição dispunha de uma casa para habitação do caseiro, um armazém, duas alpendoradas com palheiro (uma arruinada), pouquíssima terra cultivada (por um rendeiro da Fazenda Nacional) e uma grande extensão de mato.*”¹³⁰

Devido ao mercado fundiário nem sempre ser ter sido abundante, como seria desejável, suscitou a necessidade de novas estratégias e alguma uma reflexão. Numa primeira fase, entre 1847 e 1855, J. M. Eugénio de Almeida esteve motivado para a exploração directa na agricultura e para o comércio dos produtos agrícolas, orientando-se sobretudo para as propriedades no Algarve ou próximas de Lisboa, pela sua boa localização e proximidade com bons portos. A propósito dos 4000 hectares adquiridos em Portimão, escrevia: “*Os prédios que excedem a renda de um conto de reis, são raros no nosso Paiz e ainda mais raros nessa província. Os meus, que, unidos como estão, se podem considerar um só prédio, já hoje rendem alguns contos de reis e ainda há rendas para aumentar muito como a de Boina e Arge e ainda todos os meus prédios têm um campo vastíssimo para exploração que lhes pode dobrarumas poucas de vezes a renda, situados junto do melhor porto do Algarve e do porto de carregação dos géneros dessa Província. Grande parte deles são banhados pelo rio que forma esse porto. Tenho nesses prédios uma ribeira perene de água que os fertiliza e que bem dirigida e aproveitada, pode ser um manancial fecundo de riqueza; tenho um Convento situado no melhor porto desse rio, tenho os salgados dele que se podem cobrir de marinhas [...] V. S. a que sabe que os géneros privativos do Algarve não tem entre nós outra província que lhes faça concorrência; [...] que a riqueza das populações estrangeiras e a facilidade dos meios de comunicação da Europa tornam cada vez maior a procura desses géneros e mais subido o seu preço; [...] que os vinhos do Algarve, desprezados por tanto tempo, porque o seu mau fabrico anulava as qualidades preciosas que a natureza deu à uva, principiam [...] a anunciar um futuro cheio de fortuna.*”¹³¹

Além dos recentes capitalistas, como J. M. Eugénio de Almeida, outros eram os proprietários que estavam no topo da sociedade rural do Algarve, como o 25º Senhor da Azambuja, 15º de Quarteira, em que a tendência geral deste grupo de proprietários foi a de confiar a exploração das suas terras a caseiros, ou rendeiros.¹³²

No patamar inferior dos proprietários de topo, surgiam os “*empresários-proprietários*” ou sociedades com terras concedidas, verdadeiros capitalistas agrícolas que dispunham de sofisticados meios de exploração, como motores a vapor e alfaias modernas importadas. Apesar deste tipo de explorações terem alguns rendeiros e quinteiros, a sua administração continuava centralizada e administrada pelo próprio, ou confiada a administradores com formação superior.

Decorrente dos grandes proprietários surgiram as figuras de grandes rendeiros e feitores, que tomavam de renda grandes propriedades, que posteriormente arrendavam ou davam parceria em retalhos, recolhendo

130) FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime (1987), “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista de Regeneração”, *Análise Social*, vol. XXIII, 5º, p. 897.

131) Carta a António de Abreu Couceiro, Portimão, Junho de 1855: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta nº 1791, citada por FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987-5º, 865-904

132) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 45.



destes rendas e quotas.

Abaixo destas estavam os médios proprietários, cuja propriedade oscilava entre os 15 a 40 hectares, recorrendo muitas vezes ao trabalho de “jornaleiros”¹³³ para ajudar na sua exploração. O facto de este tipo de propriedade não ter trabalhadores a tempo inteiro, resulta numa situação precária para a maioria dos campos, situação que a par do encarecimento do trabalho manual, a partir de 1888, veio reforçar. A estes factores pode ainda juntar-se o facto do médio proprietário aspirar um padrão de vida bastante superior às suas possibilidades.¹³⁴

Contudo, contrariamente a estes factores de precariedade existentes na maioria das médias propriedades, estavam as propriedades onde a viticultura predominava, podendo a propriedade rural ser combinada com o comércio oferecendo valores mais rentáveis, como no caso de algumas destas propriedades existentes em Lagoa e Olhão.

No decorrer da análise das dimensões das estruturas agrícolas que compunham o mosaico de Paisagem no Algarve, deparamo-nos com situações e estruturas sociais bastante diversas. Na base da hierarquia, estava o pequeno proprietário, igualmente agricultor, que trabalhava nas suas terras com a ajuda exclusiva da família, ao trabalho agrícola era por vezes acrescentado um pouco de artesanato feito de palma ou esparto do qual se faziam capachos, esteiras ou cordas, ficando normalmente a cargo das mulheres da família assim como a confecção de chouriços, conseguindo através da venda de alguns destes produtos um rendimento extra.

O pequeno “proprietário-agricultor”, tinha muitas vezes a necessidade de trabalhar em outras propriedades como jornaleiro, ou a sua mulher como lavadeira.¹³⁵

Num patamar inferior da hierarquia rural, estava o “agricultor-rendeiro”¹³⁶, ou “agricultor-parceiro”, que embora não tivesse terra própria prestava serviço como jornaleiro, em que o artesanato feito em casa consistia mais uma fonte de rendimento indispensável para a sua subsistência e da família. Segundo F. Weinholtz, os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras eram a classe rural em maior número no Algarve. Abaixo destes estavam os jornaleiros rurais cujo número decrescia, uma vez que procuravam cada vez mais outro tipo de trabalhos mais estáveis, nomeadamente na indústria conserveira e de cortiça.¹³⁷

A vinha era a cultura que ainda oferecia ao jornaleiro algum trabalho, dessa situação nasceram no Algarve diversos movimentos emigratórios para o Alentejo e para Espanha. Segundo Fonseca e Reis as condições dos assalariados no Algarve começava a dificultar as grandes propriedades, razão pela qual levou alguns dos grandes proprietários rurais, como Eugénio de Almeida, a prescindir da exploração por conta própria.¹³⁸

O proprietário rural era por vezes o industrial, o comerciante e o proprietário urbano, fazendo chegar os produtos agrícolas provenientes do Algarve a todas as partes do país e estrangeiro.

Esta diversidade representava uma cultura administrativa bastante particular, em que um pequeno proprietário rural podia ser rendeiro, caseiro

133) **Jornaleiro** - Trabalhador pago a jornal (jornal = salário correspondente a um dia de trabalho)

134) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 46.

135) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 46.

136) **Rendeiro** - Aquele que dá ou toma de arrendamento propriedades rústicas.

137) WEINHOLTZ, Manuel de Bivar Gomes da Costa (1883), Dissertação sobre a cultura da figueira no Algarve, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 47.

138) FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime (1987), “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista de Regeneração”, *Análise Social*, vol. XXIII, 5º, p. 865-904

ou jornaleiro.

Assim sendo falar da Paisagem do Algarve, de forma geral significa falar da dimensão das suas propriedades. A grande propriedade do Morgadio é reflexo da propriedade de grande dimensão, que surgia um pouco por todos os concelhos do Baixo Algarve, situando-se estas quase exclusivamente na Orla, tirando partido das melhores terras, menos isoladas, e mais próximas das cidades e dos portos comerciais.¹³⁹

A entrada de Portugal na primeira Grande Guerra, não alterou muito a organização da propriedade rural, embora se verificasse um decréscimo da mão de obra rural, e aumento do trabalho industrial, nomeadamente na indústria conserveira e de fumeiro.

Para concluir, o modo como a grande propriedade rural no Algarve, se organizou entre o século XVIII e XX, ficaria incompleto sem referir a figura de Júdice Fialho, que no seu tempo foi um dos grandes capitalistas da indústria em Portugal e certamente o maior da indústria conserveira na qual teve maior destaque. Este facto que não impediu que ao longo da década de vinte, Júdice Fialho se tornasse também, no “*maior proprietário agrícola do Algarve, com explorações disseminadas pelos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Lagoa, Albufeira e Portimão, nomeadamente o Morgado da Boia, o Morgado do Arge e o Morgado do Reguengo*” como as mais importantes propriedades compradas.¹⁴⁰

Em 30 de Dezembro de 1929, comprou ainda a “*Sociedade de responsabilidade limitada Quinta da Quarteira, Limitada*”¹⁴¹ que dispunha de um imenso capital social na região.

“*No rio Seco, arrabaldes de Faro tinha a propriedade rural dos Salgados, na qual sobressai a Casa dos Salgados, a habitação dos reideiros e os dois silos, construídos nos finais do século XIX*”, com o objectivo de armazenar cereais e forragens. No Morgado do Arge, e no Morgado do Reguengo, em Portimão, surgem igualmente silos muito semelhantes aos anteriormente descritos (fig. XX) que foram provavelmente construídos na mesma época, visto as propriedades pertencerem ao mesmo dono.¹⁴²

No domínio agrícola Júdice Fialho implementou diversas experiências e novas técnicas para com elas melhorar a produtividade das suas propriedades, como por exemplo o desenvolvimento dos arrozais e das marinhas de sal. As suas propriedades eram geridas pelo próprio João António Júdice Fialho que detinha “*os mai amplo e ilimitado podere, podendo alienar e arrendar sem consulta da assembleia geral*”, administradas como uma empresa à imagem da sua indústria conserveira.¹⁴³

O património Júdice Fialho, manteve-se frutífero e equilibrado durante o regime de Salazar e na década de 60, quando despontou o turismo do Algarve o seu rendimento era colossal, contudo seria a partir dessa década também que se verificou um crescente declínio das suas empresas que se extinguíram completamente após o 25 de Abril de 1974.¹⁴⁴

139) CAVACO, Carminda (1976), volume 1, p.128.

140) MARTINS, J. SILVA (1973-1975), citado por RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira (1999), “*O Império Fialho*”, in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p.406.

141) Idem, p. 406.

142) LAMEIRA, Francisco I. C. (1997), citado por RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira (1999), “*O Império Fialho*”, in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p. 406

143) Jornal “*O Algarve*” de 12/03/1930 p.3, artigo 7º, citado por RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira (1999), in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p. 406.

144) RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira (1999), “*O Império Fialho*”, in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p. 412.



3.3 Usos do solo e evolução da Paisagem

De forma a melhor contextualizar o território rural em que os morgadios em estudo estão inseridos, pretende-se traçar uma descrição da forma como eram utilizados os solos no Algarve e a evolução dessa Paisagem, nomeadamente num período que compreende sensivelmente a implantação dos Morgadios no Algarve e os primeiros passos depois do final dos mesmos, entre o século XIX e início do século XX.

No Algarve além de uma diferenciação entre as várias Paisagens naturais, expressa através das diferentes condições ambientais, como a natureza dos solos e do relevo, a Paisagem agrícola que utiliza como contexto o espaço rural, imprimiu no território ao longo dos tempos através das culturas praticadas, novas formas e diferentes desenhos na Paisagem. Assim sendo, os sistemas agrícolas utilizados são o reflexo dos recursos naturais do espaço rural em que estão inseridos.

A estrutura de demarcação com a qual identificamos hoje os sistemas de cultura e Paisagem do Algarve, foi provavelmente construída de forma mais evidente durante todo o século XIX, sempre influenciada pela presença ou ausência da água em determinada região. Assim sendo onde a água abundava surgiam as hortas, onde se cultivava a batata, o feijão, as couves, o melão e alguma arboricultura variada, onde predominavam os citrinos como a laranja, todas estas culturas fortemente dependentes do regadio.¹⁴⁵

Pelo contrário nos planaltos mais secos, onde a água era escassa recorria-se a uma cultura arvensa de sequeiro, plantada anualmente nos campos em oposição à praticada nas hortas. Além do típico pomar de sequeiro, constituído pela figueira, amendoeira e alfarrobeira, eram plantados nos campos intercalares alguns cereais, como o trigo, o centeio, a cevada e algumas leguminosas.¹⁴⁶ Semelhantemente, ao que acontecia nas hortas, a cultura praticada no campo conciliava culturas em simultâneo, como no caso do figueiral e do trigo que surgiam muitas vezes associados, sem que fique claro a qual cultura o agricultor dava especial importância.

145) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 43

146) Idem, p.71



O termo cultura arvense representa um “*processo de cultura em espaços abertos pelo fogo em terrenos matosos*”, ou seja por meio de queimadas. Este sistema era frequentemente utilizado nas regiões da serra e em encostas com densa vegetação, em que o mato era cortado, queimado e por último espalhadas as cinzas de modo a fertilizar os campos, lavrando-se depois.¹⁴⁷ Este método por ser uma prática bastante invasiva impulsionou a destruição de diversos ecossistemas alterando completamente a Paisagem do Algarve.

De uma forma geral parece dever-se predominantemente a estes dois modelos de cultura, o sequeiro e o regadio, pela relação que tinham com a água, o desenho da Paisagem rural nomeadamente a partir do século XIX. “*Cada um destes sistemas apresentava as mais variadas combinações, através de reduções ou ampliações das culturas praticadas, que no caso da cultura arvense, passava por pousios mais ou menos longos.*”¹⁴⁸ A gestão entre as diferentes culturas era bastante comum de forma a rentabilizar ao máximo a produtividade da terra nas diferentes zonas da região.

Na serra e terras altas, compostas sobretudo por Sobreiros e Azinheiras, onde por vezes surgiam nas zonas mais férteis culturas cerealíferas, “*semeava-se no primeiro ano o trigo, nos dois seguintes o centeio, a cevada ou a aveia, aos quais se seguia dois ou três anos de “pousio,*”¹⁴⁹ havendo sempre uma rotação mais ou menos descontínua. Nesta zona as habitações situavam-se na proximidade das culturas devido ao relevo acidentado que imprimia algumas dificuldades na mobilidade.¹⁵⁰

No caso das zonas mais baixas, como no Barrocal e em grande parte da Orla, a cultura predominante era a de sequeiro, composta por um pomar de oliveiras, amendoeiras, alfarrobeiras e figueiras esta última espécie em maior predominância. De forma a gerir as culturas efectuavam-se rotações de forma mais contínua, com períodos de descanso da terra mais curtos, podendo num período de dois anos alternar uma maior quantidade de culturas. No Barrocal

147) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 49

148) Idem, p. 48

149) Pousio - descanso dado a uma terra cultivada, que durante um determinado período fica inculta.

150) RADICH, Maria Carlos (2007), p. 49

e no Litoral era ainda cultivada fruta, este tipo de cultura era bastante recorrente e dispensava a habitação constante no campo.

A ocupação humana e da paisagem do Barrocal, torna-se mais intensa, a partir do final do século XVI, período de depressão económica, proporcionando um aumento das culturas de oliveiras e alfarrobeiras nesta região do Algarve.¹⁵¹

As culturas que dominavam a Paisagem do Algarve, no século XVIII, revelavam uma Paisagem aparentemente imóvel que durante largo tempo foi descrito como praticamente inculto, como refere Lacerda Lobo, citado por Maria Radich, que entre Dezembro de 1790 e Janeiro de 1791, percorreu em viagem o Algarve, em cuja Memória (1812) dedicou especial atenção ao estado da paisagem e agricultura, escrevendo o seguinte: *“É para sentir que um Reino tão fértil e de clima tão aprazível esteja todo inculto: porque sendo a sua superfície de 216 léguas quadradas, apenas se observa mal cultivada uma tira de terra contigua ao Mar: o resto, que bem amanhã podia trazer a prosperidade de muitos dos nossos Portugueses e aumentar a riqueza do Estado, serve só de morada a veados e outros quadrúpedes.”*¹⁵²

No final do século XIX, início de 1900 o cenário da Paisagem rural já é bastante distinto revelando uma mudança significativa em relação ao século anterior, como refere Almeida Figueiredo, referindo-se ao Algarve da seguinte forma *“a zona do Litoral, duma largura variável entre 5 a 15 quilómetros e com relevo muito pouco acidentado, está toda cultivada [...] contrastando com esta cultura tão variada da zona do litoral, vê-se a zona das montanhas quase completamente inculta e coberta de mato, excepto em torno de algumas pequenas aldeias dispersas no fundo dos vales; é apenas de longe em longe que se cultiva um pouco de trigo nalguma parcela de terreno arroteado.”*¹⁵³

A anterior citação revela de modo geral o aspecto da Paisagem no começo do século XX, em que apenas a zona da serra, provavelmente referindo-se à zona de Monchique e Alcoutim, apresentava ainda espaços incultos, num tipo de povoamento disperso em *“lugares de casas juntas”* onde surgem algumas culturas de trigo, montados e algumas hortas perto das ribeiras. A faixa que o autor descreve como sendo a mais cultivada, pela dimensão referida, corresponde provavelmente à zona do Barrocal, onde estavam inscritas as grandes propriedades de Morgadio, nesta altura já na sua grande maioria arroteadas.¹⁵⁴

Ao que tudo indica a imagem traçada por Lacerda Lobo, de um Algarve entre 1790 e 1791, foi sendo alterada ao longo do século seguinte, como refere Balbi num ensaio sobre Portugal publicado em 1822, que de forma sucinta o Algarve estava na maior parte inculto.¹⁵⁵ Contudo, com o avançar do século XIX, surgem diversos textos revelando a situação contrária, tanto no litoral como nas zonas interiores, como refere Silva Lopes em 1841 referindo-se ao concelho de Silves, *“a cultura das terras vai em progressivo melhoramento; encontram-se formosos os extensos figueirais, olivais e vinhas em serras e planícies que, não há muitos anos estavam cobertos de matos; não menos tem aumentado os pomares de fruta de espinho, principalmente*

151) COSTA, Margarida Jordão (2004).

152) LOBO, Constantino Botelho de Lacerda (1812), “Memória sobre a Agricultura do Algarve e melhoramentos que pode ter”; Jornal de Coimbra, vol. I, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 7.

153) FIGUEIREDO, Filipe Eduardo de Almeida (1900), “Le sol arable et le climat”, B. C. Cincinnato da COSTA; D. Luis de CASTRO (dir.), Le Portugal au point de vue agricole, p. 51- 103, Citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 7.

154) Idem, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 7

155) BALBI, Adrien (1822), “Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d’ Algarve comparé aux autres états de l’Europe et suivi, Paris, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 8

de laranja, que é de guapa qualidade.”¹⁵⁶

De uma forma geral entre o final século XIX e o início da I Guerra Mundial, a Paisagem não sofreu grandes alterações, o Barrocal, onde se situavam os grandes Morgadios da região, continuavam sobretudo cultivados nomeadamente através de uma cultura que intercalava o sequeiro, o regadio e o aproveitamento de alguns sapais para o cultivo de arroz. O interior serrano continuava maioritariamente inculto, à excepção de Monchique onde surgiam alguns retalhos de cultura e algum montado em torno de um vasto terreno inculto.

Em 1891, a Memória sobre a 9ª Região Agronómica, aponta a situação das culturas de alguns concelhos, nomeadamente Lagoa, Portimão e Tavira, referindo-se a esses concelhos dizendo “*não há uma nesga inculta.*”¹⁵⁷ Esta situação surge ainda referida em diversas monografias sobre algumas freguesias do Algarve, em que Ataíde Oliveira refere, que ainda no início do século XX, Alvor era uma freguesia “*primorosamente cultivada*” e que em S. Bartolomeu de Messines o “*alferce*”¹⁵⁸ e a charrua têm produzido verdadeiros milagres.¹⁵⁹

Na primeira década do século XX, a indústria da cortiça que se desenvolveu no Barlavento Algarvio proporcionou uma nova fonte de rendimento e desafogo económico, o desenvolvimento desta indústria proporcionou um aumento da população com a atracção de inúmeros operários corticeiros especializados. Este facto repercutiu-se igualmente na paisagem agrícola da região, com o aumento dos espaços arroteados, que levou ao “*arranque de muito penedio e a surriba de terras.*”¹⁶⁰

Os terrenos incultos existentes em algumas freguesias, não ficavam de todo desaproveitados, deles eram retiradas diversas matérias primas, como pigmentos para a indústria da tinturaria, ou canas para serem utilizadas para pentes de teares, que eram exportados para a Holanda e Bélgica, assim como a piteira que além de servir para a divisão das culturas, a fibra retirada das suas folhas era utilizada para fabricar cordas, cestos e tecidos.¹⁶¹

A par das matérias-primas anteriores, retiradas dos terrenos incultos, a designada palmeira de vassouras ou palmeira-anã que cobria grande parte da Paisagem, como descreve Lacerda Lobo “estas plantas são infinitas no Algarve; toda a casta de terreno, seja bom, seja mau as cria espontaneamente e em demasia” foi sendo utilizada de forma crescente no fabrico de vassouras, capachos, ceiras, cestos e esteiras que tinha mercado em Portugal e no resto da Europa.¹⁶² A vasta procura desta matéria-prima a par da extensão da lavoura foi expulsando do Algarve esta espécie, como notou Ferreira Lapa, já em 1868, vislumbrando-se hoje apenas alguns exemplares.¹⁶³

A ocupação do território do Algarve baseia-se sobretudo na herança árabe e romana, sobretudo nas culturas da vinha, nas culturas de regadio baseando-se numa horticultura intensiva, assim como uma grande variedade de citrinos como o “*limoeiro, a laranjeira azeda, a alfarrobeira e o pomar extensivo como a amendoeira, figueira e oliveira*”. Segundo Castro Caldas, citado por Margarida Costa, “*estes povos divulgaram a arte de construir poços e generalizaram a utilização de uma gama de soluções mecânicas para a*

156) LOPES, João Batista da Silva (1988), “Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve, Faro, 2 tomos, (1ª edição: 1941), citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 9

157) WEINHOLTZ, Francisco de Almeida de Bivar (1891), “Memória sobre a Economia Rural da 9ª Região Agronómica”, Dissertação apresentada ao Concelho Escolar do Instituto de agronomia e veterinária, Tavira, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 10

158) Alferce – enxada de pico, ou picareta utilizada na agricultura.

159) OLIVEIRA, Francisco X. de Ataíde (1907), “A Monografia de Alvor”, Porto.

160) LOURO, M. F. do Estanco (1928), “O Livro de Alportel”, Lisboa, 1º vol., citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 10.

161) LOPES, João Batista da Silva (1988), “Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve, Faro, 2 tomos, (1ª edição: 1941), citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 18

162) LOBO, Constantino Botelho de Lacerda (1812), “Memória sobre a Agricultura do Algarve e melhoramentos que pode ter”; Jornal de Coimbra, vol. I, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 18.

163) LAPA, J. I. Ferreira (1868), “Tecnologia Rural, ou Artes químicas, agrícolas e florestais, Lisboa, citado por RADICH, Maria Carlos (2007), p. 18

rega, como a nora de tracção animal” bastante utilizada nas hortas do Litoral e na zona do Barrocal, onde os solos calcários possibilitam extensos aquíferos, permitindo elevar a água para reservatórios ou aquedutos onde é dividida através de canais para as diferentes courelas de horta ou de pomar.¹⁶⁴

Os sistemas de rega adoptados também contribuíram para estruturar as Paisagens, foram ao longo dos tempos abandonados conduzindo à sua crescente destruição e a um empobrecimento da Paisagem rural algarvia e do seu Património vernáculo construído.

A economia do Algarve Litoral e sobretudo do Barrocal, baseou-se até meados do século XIX na produção do figo, amêndoa, passas, no azeite e no vinho, surgindo referidas estas culturas por diversos autores como Duarte Nunes de Leão: *“as principais fazendas do Algarve são os figueiraes e deitãose os homens mais a elles que a outra couza porque se dão em toda a terra, e he novidade de cada ano, e mais certa que o pão”*¹⁶⁵ e por Frei João de S. José: *“no Litoral, não se tem gente quem na altura da colheita não apanha figueiral seu ou arrendado.”*¹⁶⁶

As culturas de sequeiro e de regadio desenhavam dois aspectos distintos da Paisagem agrícola algarvia, um característico das áreas correspondentes aos planaltos e aos relevos e outro comum das zonas de aluvião, embora surgissem muitas vezes lado a lado dentro da mesma propriedade, como acontece nas grandes propriedades de Morgadio em estudo, designados diversas vezes como os grandes logradouros concelhios, pela sua proximidade e importância no abastecimento das zonas urbanas.

Os territórios dedicados à cultura de sequeiro, eram ocupados maioritariamente pelos pomares de sequeiro mistos, homogêneos na composição e na idade das árvores, estas encontram-se distribuídas de forma dispersa, sem um ordenamento rígido, revelando uma certa indiferenciação nos limites das parcelas. Junto das parcelas de sequeiro, surgiam ainda algumas culturas arvenses de sequeiro, como a fava, o trigo, e a ervilha. Estas eram cultivadas como culturas intercalares nos pomares de sequeiro, ou em sistemas de cultivo intensivo, formando parcelas individualizadas, com rotação de culturas, onde as plantas se distribuía de forma mais ou menos ordenada.¹⁶⁷

As hortas encontravam-se nos arrabaldes das povoações, pela natureza dos solos serem normalmente de aluvião e com grande disponibilidade de água necessária para as culturas de regadio assim como para um rápido escoamento dos produtos. Junto das povoações surgiam ainda os *“ferragiais”*¹⁶⁸, que consistiam numa pequena seara destinada sobretudo para a pastagem e alimento para alimento do gado.¹⁶⁹

A diversidade da Paisagem algarvia impossibilita grandes generalizações, contudo a amplitude espacial parece ser um elemento transversal a todas as propriedades rurais, à excepção das hortas. O espaço aberto confere na Paisagem uma comunhão entre as pastagens, sem ter em consideração a propriedade das terras possibilitando o uso comum entre os pastos, no intervalo entre a colheita e a sementeira.

As propriedades que eram cultivadas todo o ano, nomeadamente na

164) CASTRO, Caldas, E., (1994), (1998) citado por COSTA, Margarida Jordão (2004).

165) LEÃO, Duarte Nunes de (2002) “Descrição do Reino de Portugal”, citado por COSTA, Margarida Jordão (2004).

166) Frei João de S. José (1577), “Corografia do Reyno do Algarve”, citado por COSTA, Margarida Jordão (2004).

167) COSTA, Margarida Jordão (2004).

168) ferragiais - Campo de cereais; campo de ferrã; pastagem.

169) MAGALHÃES (1970), citado por COSTA, Margarida Jordão (2004)

zona onde existiam hortas, não havendo pasto, estas eram fechadas evitando a entrada do gado com recurso a cercas de madeira, “*bardos*”¹⁷⁰ e “*valados*”¹⁷¹. Nos campos intercalares, onde normalmente eram plantados cereais como o trigo, só eram abertos ao gado após findar a colheita.¹⁷²

A produção de figo manteve-se como a principal actividade agrícola e comercial, da região do Algarve nos séculos XVII e XVIII, a par de expansão da vinha e do olival, nomeadamente a partir do século XVIII. O desenvolvimento destas culturas deveu-se sobretudo à compra das grandes propriedades agrícolas nas proximidades dos grandes centros urbanos, por alguns membros da classe mercantil, burgueses que vão procurar desenvolver nas suas propriedades os produtos agrícolas que negociam, como o vinho e o azeite.

A expansão da vinha e do olival dá-se pelo aforamento e subaforamento dos logradouros concelhios, em que mais do que uma substituição de culturas, será uma criação e recomposição das vinhas perdidas em meados do século XVII.¹⁷³

No final do século XX, podemos afirmar que as culturas que desenhavam a Paisagem do Algarve eram predominantemente frutícolas, em que frutos secos como figos, amêndoas, alfarrobas, a par das uvas, azeitonas, laranjas e limões constituíam a base da riqueza agrícola e da Paisagem do Algarve. Destaca-se sobretudo como cultura principal a figueira, em torno da qual se desenvolveu a indústria dos “fumeiros.”¹⁷⁴

Os fumeiros e as fábricas de conservas alcançaram no Algarve, um vasto crescimento durante a I Guerra Mundial, a enorme procura de produtos alimentares conserváveis, desencadeou e estimulou o elevado desenvolvimento da economia e da indústria da região.¹⁷⁵

Entre os pontos enunciados no decorrer do texto, importa referir que a grande transformação da Paisagem do Algarve, no espaço de alguns séculos foi a vasta diminuição dos espaços incultos, dando lugar a intensos arroteamentos da Paisagem rural que a transformariam determinadamente nos séculos seguintes.

170) *bardo* – cancela.

171) *valado* – pequeno muro, sobretudo construído com pedra solta proveniente da despedrega dos terrenos.

172) MAGALHÃES (1970), citado por COSTA, Margarida Jordão(2004).

173) MAGALHÃES (1988), citado por COSTA, Margarida Jordão (2004)

174) *fumeiros* - consistiam numa indústria de transformação e preparação do figo para exportação.

175) COSTA, Margarida Jordão (2004)





Conclusão, parte I

Os processos histórico-económicos e culturais que levaram à instituição das grandes propriedades de Morgadio no Algarve, predominantemente no Barrocal algarvio, estabelecem uma relação directa, com o que hoje reconhecemos como Paisagem característica desta região.

O crescimento demográfico do séc. XIX na região, a par do triunfo das ideias liberais, que culminou, em 1910 com a Implantação da República, desencadeou no Algarve acções de arroteamento e aforamentos de incultos concelhios e de particulares. O arroteamento de grande parte destes territórios, levou à multiplicação e fragmentação destas vastas propriedades em parcelas bastante menores, dando origem a um mosaico de culturas sem grandes contrastes, muito semelhante ao que hoje caracteriza a zona do Barrocal algarvio.¹⁷⁷

Contudo este processo de dissolução do desenho das propriedades rurais de Morgadio, não foi linear e sofreu retrocessos, nomeadamente através da Campanha do Trigo iniciada em 1929, pelo Estado Novo. Alguns destes vastos terrenos que foram sendo sucessivamente arroteados e parcelados, voltaram ao poder e à exploração de um único dono.

João António Júdice Fialho, importante capitalista ligado à indústria conserveira da região, tornou-se ao longo da década de 20 “o maior proprietário agrícola do Algarve, com explorações disseminadas pelos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Lagoa, Albufeira, e Portimão, nomeadamente o «Morgado da Boina», o «Morgado do Arge», o «Morgado do Reguengo»¹⁷⁸ e o Morgado da Torre, sendo estes os mais importantes da região do Algarve e que constituem objecto de estudo na segunda parte desta dissertação.

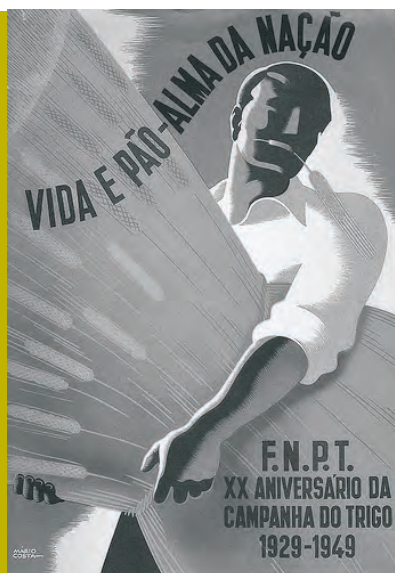
O Estado Novo, ao contrário da 1ª República, que defendia o liberalismo económico, preferiu intervir na economia através de uma política de protecção da produção nacional, contra a concorrência estrangeira, baseando-se num sistema no qual o governo exercia o poder de orientação e

“(...) é indigno sacrificar as obras do passado sem ter em conta as vantagens que os cidadãos tiram das moradas antigas dos seus antepassados (...)”¹⁷⁶

176) “De Re Aedificatoria”, (2004), tradução francesa de P. Caye et F. Choay, p.140-141, citado por CHOAY, Françoise, (2005), p.7.

177) CAVACO, Carminda (1976), volume 1, p.132.

178) RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, “O Império Fialho”, in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p.406.



de decisão em matéria económica.

A Campanha do Trigo, iniciada em 1929, que reflectia a nova política económica, tinha como principal objectivo garantir o auto-abastecimento do país, e "*dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e a mais importante de todas as indústrias e como primeiro factor de prosperidade económica da Nação*". Para incentivar o cultivo do trigo, foi criado um subsídio de incentivo e atribuídas uma série de regalias a quem o cultivasse. Deve-se a este período a construção de diversas infra-estruturas destinadas à produção, nomeadamente os silos de grandes dimensões "construídos nos finais do século XIX, com a finalidade de guardar cereais e forragens"¹⁷⁹ que pontuam a Paisagem de alguns dos grandes Morgadios.

Embora se tenham verificado aumentos da produção e até excedentes, no ano de 1932, a Campanha do Trigo foi responsável pela acentuada alteração da Paisagem do Algarve. Verificou-se o abandono do sistema tradicional de rotação de culturas e deixaram-se de cumprir os prazos mínimos de pousio, o que provocou a exaustão das terras, originando a erosão dos solos e destruição das florestas. Os acréscimos de produção foram conseguidos principalmente à custa do aumento da área cultivada e não do rendimento.¹⁸⁰

A Campanha do Trigo prosperou no Algarve, até à década de 50, verificando-se gradualmente um decréscimo desta actividade rural até ao seu termo, em 25 de Abril de 1974.

As clareiras deixadas pelos grandes Morgadios, foram divididas em unidades bastante menores em extensão e em valor, formando manchas bem definidas e delimitadas, por muros de pedra solta, renques de piteiras ou figueiras da índia, que alcançaram maior desenvolvimento e expressão no Barrocal.¹⁸¹

Os Morgadios que após as Campanhas do Trigo não foram vendidos ou

179) LAMEIRA, Francisco I. C., (1997), citado por RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, "O Império Fialho", in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), p.406.

180) [consulta 01.2010] <http://dalmeida.com>

181) CAVACO, Carminda (1976), volume 1, p.133.

arroteados, mantiveram-se até há escassos anos como grandes logradouros concelhios negligenciados, assinalando na Paisagem extensas parcelas. Na maioria dos casos, aos Morgadios que perderam a sua actividade agrícola, foram atribuídos novos usos que permitiram controlar a vasta extensão dos mesmos. Às propriedades que não foram arroteadas, foram-lhe atribuídas novos usos, foram sobretudo transformadas em Cooperativas Agrícolas e em Reservas de Caça, sendo esta última actividade a que teve maior expressão. Tirando partido do crescente desenvolvimento, aliado ao turismo cinegético na região, as Reservas de Caça, nomeadamente Reservas de Caça Turística, tiveram a sua maior expressão no Algarve no final da década de 80¹⁸², em que os territórios do Morgadios pelas suas características constituíram os territórios preferenciais para a localização desta actividade.

O solo amplamente esgotado pela actividade agrícola, o relevo pouco acentuado, os baixos custos inerentes à actividade cinegética para o proprietário do Morgadio, mas sobretudo a vasta dimensão que as propriedades de Morgadio ofereciam foram os principais factores que permitiram o total enquadramento da actividade cinegética nestes territórios. No que dizia respeito à caça residente, o preço para usufruto destas reservas era normalmente pago pelo número de peças capturadas, na caça migratória era pago por caçada, independentemente do número de peças. A alimentação dos animais residentes, de forma a garantir que estes não abandonavam o território, era feita pelo único trabalhador do Morgadio, um encarregado que vivia com a família na propriedade.

O uso dos Morgados como reservas de caça prosperou durante largos anos, alguns deles até aos dias de hoje. Assistindo-se actualmente a um novo momento de mudança com a queda da actividade cinegética.

A análise do Morgadio como se tratasse de uma unidade de Paisagem, é entendida neste estudo como a expressão significativa da evolução de um território, traduz em cada elemento a obra sucessiva de gerações no esforço para a humanização e adaptação destes territórios às suas necessidades e modos de vida. A Paisagem é assim o elemento que melhor traduz uma cultura ao longo de gerações, em que *“todas as paisagens se integram em paisagens mais abrangentes”* até formarem o todo global.¹⁸³

A Paisagem do Morgadio é assumida como um território estratificado, obra de gerações de agricultores, de pastores e sobretudo de homens, composta por uma série de elementos intrinsecamente ligados à produção agrícola, que actualmente face às actividades mais recentes tem tomado novos rumos, respondendo a novas procuras.

Pouco restou do pomar de sequeiro e dos elementos naturais que compunham originalmente as grandes propriedades rurais de Morgadio. Primeiramente, através da intensa exploração agrícola desencadeada pelas Campanhas do Trigo, referidas anteriormente, que adelgaçou os solos e destruiu grande parte da vegetação local, e posteriormente, sobretudo, a partir da década de 60, pelo desenvolvimento turístico na região que transformou intensamente algumas destas Paisagens, em resorts e campos de golf, com o objectivo oferecer um novo espaço turístico, no âmbito das

182) Por exemplo os Morgados do Reguengo e do Arge, em Portimão, foram transformados em Reserva de Caça Turística no ano de 1988.

183) [consulta 01.2010] TELLES, Gonçalo Ribeiro, “Conservar a Paisagem!”, in <http://raizes.blogs.sapo.pt>

novas tendências.

Das Paisagens rurais, das formas e práticas que cimentaram o equilíbrio ecológico e territorial da região do Algarve, que crescentemente têm perdido a sua identidade, restam escassos elementos arquitectónicos singulares. Dispersos um pouco por toda a Paisagem, estes elementos revelam sobretudo uma implantação simples e prática no território, uma maneira “naturalmente” inteligente de relação como o território.

Para que se clarifique a importância do objecto de estudo desta dissertação, importa esclarecer sobretudo a noção de Património, assente já numa leitura integrada longe da simplista associação entre ideia de Património com monumento.

A alteração do conceito de Património, tem vindo sofrer alterações ao longo do tempo, em conformidade com as alterações culturais, políticas, sociais e económicas. Consequentemente, a condição do Património passou a abranger, diversificadas manifestações culturais, sejam estas de suporte material, natural ou intangíveis. A uni-las está o reconhecimento da sua capacidade de representar valores e necessidades que estabeleçam vínculos entre o presente e o passado, dando assim coerência a um mundo em constante transformação, legitimando a sua afirmação como entidade única, original e autónoma.¹⁸⁴

O Património torna-se desta forma, um conceito aberto, não só de assimilação de novos conteúdos, configurações e significados, mas também de reestruturação dos consolidados pela tradição.¹⁸⁵ Assim sendo, ao conceito de Património, estão hoje associadas, as mais diversas e particulares formas de arquitectura, seja esta erudita, popular, ou meros elementos arquitectónicos que “fazem funcionar” uma Paisagem, como moinhos de vento e azenhas, fornos de cal, eiras, silos, poços, que fizeram outrora parte de práticas técnicas, culturais e sociais.

O conceito de Património, está cada vez mais sujeito a uma popularização, que se deve sobretudo a classificações aparatosas como a de turismo cultural. Não se verifica contudo uma alteração dos instrumentos teóricos e operativos de identificação, verifica-se o recurso a novos conceitos, como o de sustentabilidade, que se refere sobretudo aos aspectos culturais, sociais, e económicos de salvaguarda dos locais. “Salvaguardar a identidade patrimonial de um lugar, é identificar os elementos que o compõem” não entrando contudo no conceito referido por Françoise Choay de “fetichismo patrimonial”, baseado na valorização excessiva dos testemunhos do passado, de carácter nostálgico e passadista.¹⁸⁶

Contudo, nenhuma sociedade consegue permanecer igual é construída ao longo do tempo. A sua inscrição no tempo implica evolução na sua forma de vida, movimento esse que implica muitas vezes transformações e mudanças nas temáticas que são necessárias e imprescindíveis para o desenvolvimento futuro.

Reconhecer a importância dos elementos arquitectónicos singulares, que surgem dispersos pelos territórios dos Morgadios e que perante o contexto actual podem parecer obsoletos, uma vez perdida a sua utilidade

184) CHOAY, Françoise, (2005)

185) Idem.

186) Idem.



perante uma sociedade industrializada, pode revelar soluções e formas de leitura simples de abordagem ao planeamento e ao ordenamento territorial de uma Paisagem. Estes elementos, quando identificados, tornando-se eles próprios geradores de planeamento e de interpretações para o futuro de um território que se encontra aparentemente estagnado.

Na Parte II da dissertação procede-se à identificação e levantamento dos elementos compositivos da Paisagem, tomando como unidade de Paisagem o Morgadio no concelho de Portimão, pela sua dimensão e por surgir nas escassas publicações sobre o tema, como outrora o mais importante conjunto de Morgados no Algarve.

O resgate de registos que crescentemente têm vindo a desaparecer, e a identificação dos elementos arquitectónicos que identificam as nossas Paisagens rurais é, uma atitude de modernidade, em que “*a arquitectura e todo o património edificado, incluindo as paisagens, duplicam o valor do património imaterial que lhes está associado*”.¹⁸⁷ Trata-se não só de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura, através da recuperação da sua matriz, como garantir que acções futuras possam respeitar o equilíbrio do território e sobretudo reconhecer os elementos que dele fazem parte, e que oferecem eles próprios as ferramentas para a criação de novas intervenções.

O desafio é sobretudo perceber: De que forma um território como o do Morgadio, permitiu tão diversa alternância de usos ao longo do tempo? e qual será o seu destino? Que território é este que através da sua capacidade “*minimal*” permite receber novos programas sem que os elementos do passado tenham obrigatoriamente de desaparecer? De que forma a identificação e salvaguarda dos elementos arquitectónicos singulares que compõem a Paisagem, pode influenciar os programas futuros e a forma de abordagem aos mesmos?

187) CHOAY, Françoise, (2005)

- AA.VV. (1988), "Arquitectura Popular em Portugal", volume III (zona 5:Alentejo, Zona 6: Algarve), Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa.
- AA.VV. (2008), "Materiais, Sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão", edição Comissão de Coordenação a Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, Faro.
- ALVES, João Emílio (2005), "Sobre o património rural: contributos para a clarificação de um conceito". Cidades, Comunidades e Territórios. Lisboa: ISCTE. Nº 8.
- ANDRADE, Abel (1940), "O casal de família protege a família portuguesa", Congresso do Mundo Português. Actas, Memórias e Comunicações do Congresso Nacional de Ciências da População, t. 2, vol. XVIII, pp. 412–417, s.l., Comissão Executiva dos centenários.
- BALBI, Adrien (1822), "Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d' Algarve comparé aux autres états de l'Europe et suivi", 2 tomos, Paris.
- BARATA, F. T. e MASCARANHAS, J. M. de. (2002), "Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega / Valverde". Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrâneos. Universidade de Évora, Évora.
- BIVAR, José de Almeida Coelho de (1910), "Resposta à seguinte circular dirigida aos agrónomos distritais incumbindo-os de indicarem as regiões e sub-regiões em que podem ser divididos os respectivos distritos", Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 9º ano, nº5.
- CABRAL, F. C (1993), "Fundamentos da Arquitectura Paisagista", Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.
- CABREIRA, Tomás (1918), "O Algarve Económico", Imp. Libanio da Silva, Lisboa.
- CARAPINHA, Aurora (2005), "Escrita na Paisagem" in "Escrita na Paisagem – festival de Performance e Artes da Terra", colecção B, mimesis, Évora.
- Cartas e Convenções Internacionais (1996), MC-IPPAR, Lisboa.
- CARVALHO, M. A. Cruz de (1994), "Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso do vale da Ribeira de Seda – Raia". Universidade de Évora, Évora.
- CASTELLS, M. (2003), "O Poder da Identidade", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CASTRO, Caldas, E (1994), "Evolução da Paisagem Agrária" in Paisagem, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- CAVACO, Carminda (1992), "Portugal Rural da tradição ao Moderno", Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, Lisboa.
- CAVACO, Carminda (1976), "O Algarve Oriental, As vilas, o campo e o Mar", Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, 2 volumes, Faro.
- CHOAY, Françoise, (2005), "Património e Mundialização", Casa do Sul Editora, Centro de História de Arte da Universidade de Évora, Évora.
- CHOAY, Françoise (2006), "A Alegoria do Património", Edições 70, Lisboa.
- CONCELHO DA EUROPA (2000). "Convention Européenne du Paysage et Rapport". Florença 20.X.2000. T–Land, Estrasburgo.
- CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz (1999), "A Nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditárias e

- civil—Morgadios” Lisboa.
- COSTA, Margarida Jordão (2004), “As Quintas da Campina de Faro, Levantamento e Caracterização”, Relatório de Estágio de Arquitectura Paisagista, Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia e Recursos Naturais, Faro.
- FARIA, J. (1990) “Estudo Hidroclimático da Região do Algarve. O Clima de Portugal” fascículo XXVII. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.
- FERREIRA, José, Alberto (2005), “Abertura” in “Escrita na Paisagem – festival de Performance e Artes da Terra”, colecção B, mimesis, Évora.
- FIGUEIREDO, Filipe Eduardo de Almeida (1900), “Le sol arable et le climat”, B. C. Cincinnato da COSTA, D. Luis de CASTRO (dir.), “Le Portugal au point de vue agricole”.
- FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime (1987), “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista de Regeneração”, *Análise Social*, vol. XXIII, 5°.
- Frei João de S. José (1577), “Corografia do Reyno do Algarve”, ed. por GUERREIRO, Manuel Viegas, “Duas Descrições do Algarve do século XVI”, em *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, III, Lisboa, 1983.
- HENRIQUES, Magda (2005), “Arte e Paisagem e Cultura” in “Escrita na Paisagem – festival de Performance e Artes da Terra”, colecção B, mimesis, Évora.
- HOUAISS, António, (2005), “Dicionário Houaiss da língua portuguesa”, TOMO XVI, Temas & Debates, Lisboa.
- ICOMOS (1985), “Declaração do México”, Conferencia Mundial sobre Políticas Culturais, México.
- ICOMOS (1982), “Declaração de Tlaxcala sobre a revitalização a revitalização de pequenas aglomerações”, 3° Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Património Monumental, Tlaxcala.
- LLANO, Pedro de (1996), “Arquitectura Popular en Galicia. Razón e Construcción”, Santiago, Colexio de Arquitectos de Galicia.
- LAMEIRA, Francisco I. C. (1997), “Faro - Edificações Notáveis”, 2ª edição, Câmara Municipal de Faro, Faro.
- LAPA, J. I. Ferreira (1868), “Tecnologia Rural, ou Artes químicas, agrícolas e florestais, Lisboa.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1878; 1889), “Portugal Antigo e Moderno”, Dicionário, vols. VIII e XI.
- LEÃO, Duarte Nunes de (2002), “Descrição do Reino de Portugal”, Centro de História da Universidade, Coleção Clássicos da Historiografia, nº3, 3ª edição, Lisboa.
- LOBO, Constantino Botelho de Lacerda (1812), “Memória sobre a Agricultura do Algarve e melhoramentos que pode ter”, *Jornal de Coimbra*, vol. I.
- LOPES, João Batista da Silva (1988), “Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve”, 2 tomos, Faro. (1ª edição: 1941)
- LOURO, M. F. do Estanco (1928), “O Livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural”, edição Ministério da Agricultura, Lisboa.
- MAGALHÃES, M. R. (2001), “A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade”, Editorial Estampa, Lisboa.
- MAGALHÃES (1970), “Algarve Económico durante o séc. XVI”, edições Cosmos, Lisboa.
- MAGALHÃES (1988), “Algarve Económico: 1600 – 1773”, Imprensa Universitária nº 69, Editorial Estampa, Lisboa.
- MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), “O Algarve da Antiguidade aos nossos dias”, edições colibri, Lisboa, Abril de.
- MARTINS, Joaquim P. de Oliveira (1885), “A Legislação Pombalina”, O Marquês de Pombal, Obra Comemorativa do Centenário.
- MARTINS, J. Silva (1973-1975), “Estruturas Fundiárias em Portugal Continental”, Prelo, volume 1, Biblioteca de economia, Lisboa.
- MENDES, J. C. e M. R. Guerreiro (1990), “O Clima em Portugal – Estatísticas Climáticas em Portugal Continental (Período 1951-1980)”, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.
- MENDONÇA, N. (1989), “Para uma poética da paisagem”, Dissertação de Doutoramento no ramo das Artes e Técnicas da Paisagem (policopiado). Universidade de Évora, Évora.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1890), “O Algarve e a fundação patriótica de uma colónia industrial e agrícola”, Porto.
- OLIVEIRA, Francisco X. de Ataíde (1907), “A Monografia de Alvor”, Porto.
- PERY, Gerardo A. (1875), “Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias”, Imprensa Nacional, Lisboa.

PESSOA, Fernando, PINTO, José, ALEXANDRE, José (2004), "Plantas do Algarve com interesse ornamental", edições Afrontamento—Porto e CCDRALg.

PRATS, L. (1997), "Antropologia y patrimonio", Editorial Ariel S.A., Barcelona.

RADICH, Maria Carlos (2007), "O Algarve Agrícola INotícias Oitocentistas", edição Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa.

RIBEIRO, O. LAUTENSACH, H. e DAUVEAU S. (1988), "Geografia de Portugal. II – O Ritmo Climático e a Paisagem", Sá da Costa, Lisboa.

RIBEIRO, Orlando; LAUSENTACH, Hermann (1989), "Geografia de Portugal", volume III, Lisboa.

RIBEIRO, Orlando (1987), "Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico"; Coleção Nova Universidade; edições João Sá da Costa, Lisboa.

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira (1999), "O Império Fialho" in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999) "O Algarve da antiguidade aos nossos dias" – Elementos para a sua história, edições colibri, Lisboa.

ROSA, Maria de Lurdes (1995), "O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linguístico", editorial Estampa, Lisboa.

SALGUEIRO, T. B. (2001), "Paisagem e Geografia", in Finisterra XXXVI, Lisboa.

SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008), "Estoi – Paisagem e Património no meio rural", Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora.

SILVANO, F. (2003), " Patriamonalização do Espaço e Afirmação identitária – construção cultural de paisagens na Área Metropolitana de Lisboa" in Al-madan, Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº. 12, Almada.

TELLES, Gonçalo, Ribeiro (1982), "A Propósito do Ecosistema Urbano e Conservação da Natureza" in "Conservação da Natureza". SEA, Lisboa.

TELLES, Gonçalo, Ribeiro (1993), "Paisagem Global" in "Paisagem". Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

TELLES, Gonçalo, Ribeiro, (2003) "As Autarquias e o Ordenamento da Paisagem – A "Morte" da Paisagem" in Al-Ulnã. Arquivo Histórico de Loulé, nº 9, Loulé.

UNESCO (2003), "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial", Conferencia Geral, 32ª sessão, Paris.

UNESCO (1996), Document d'Information: "Rapport de la Réunion d' Experts sur les Paysages Européens de Valeur Universelle Exceptionnelle Culturel et Naturel", Vienne, 21 Avril 1996.

WEINHOLTZ, Manuel de Bivar Gomes da Costa (1891), "Memória sobre a Economia Rural da 9ª Região Agronómica", Dissertação apresentada ao Concelho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Tavira.

WEINHOLTZ, Manuel de Bivar Gomes da Costa (1883), Dissertação sobre a cultura da figueira no Algarve (manuscrito).

// SITES

[consulta 11.2009]
<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Landscape>

[consulta 01.2010]
<http://www.dalmeida.com>

[consulta 11.2009]
<http://www.igespar.pt/patrimonio/projectos/divulgacao>

[consulta 11.2009]
<http://www.inga.min-agricultura.pt>

[consulta 1.2010]
<http://www.raizes.blogs.sapo.pt>

[consulta 01.2010]
<http://www.wikipédia.org>

1 //

Caso de estudo: Morgadio no concelho de Portimão

1.1 Localização e enquadramento territorial // 1.2 Historiografia //
1.3 O Morgadio como unidade de Paisagem

1.1 Localização e enquadramento territorial







1.3 O Morgadio como unidade de Paisagem

“As unidades de Paisagem constituem áreas relativamente homogêneas, que denotam a estreita relação entre as características ecológicas do território e as actividades que nele se desenvolveram ao longo dos tempos, sendo a sua leitura um exercício de síntese, que agrupa um conjunto de factores ecológicos e arquitectónicos que estruturam e caracterizam a Paisagem.”²⁰

Entender o território do Morgadio enquanto unidade de Paisagem, deve-se sobretudo à complexidade e vasta dimensão que este tipo de Paisagens apresentam, a relação entre a evolução formal – de uma vasta propriedade para um retalhado mosaico de culturas – e as características ecológicas e arquitectónicas que estes territórios poderão estabelecer com o restante território do Algarve, sobretudo na faixa que corresponde ao Barrocal Algarvio.

Enquadrar o estudo do Morgadio enquanto uma unidade de Paisagem, permite-nos criar um paralelismo e ampliar uma leitura e tirar algumas conclusões do que poderia ser a génese da Paisagem da região.

O estudo do Morgadio, está assim neste capítulo directamente relacionado com a leitura do território nas suas diversas componentes através do estudo detalhado dos levantamentos existentes, assim como de desenhos, imagens e mapas, que possam apoiar a leitura do território.

Assim sendo, os textos que se seguem servem sobretudo de apoio à leitura dos desenhos em anexo, referentes à análise da área, nos quais se inscrevem os Morgadios outrora existentes no concelho de Portimão que constituem o caso de estudo na parte II desta dissertação.

20) [consulta 02.2010]
<http://www.isa.utl.pt>

ORTOFOTOMAPA | Estrutura vegetal e agrícola (desenho 0)

A observação da estrutura vegetal e agrícola, através da fotografia aérea da década de 60, revela-nos que existia na época uma maior concentração de solos cultivados nas áreas arroteadas que pertenciam ao Morgado da Torre, sobretudo junto da Ribeira da Torre. Este facto revela uma maior importância dada à cultura de regadio em detrimento do pomar de sequeiro, onde o arvoredo se apresentava predominantemente disperso e em áreas bastante maiores, como podemos observar na vasta área que corresponde prédios do Reguengo e do Morgado do Arge. No Morgado do Reguengo é possível observar, através do desenho traçado, a existência de alguma cultura de regadio ao longo do limite da Ribeira de Boia.

CADASTRO (desenho 1.1 / 1.2)

Os limites cadastrais que delimitam os morgadios do concelho de Portimão, sofreram ao longo dos tempos algumas alterações, estes vastos prédios foram sobretudo suprimidos em outros menores, tornando-se assim difícil definir quais seriam de facto os seus limites iniciais.

A análise da cartografia militar existente do concelho de Portimão que corresponde ao ano de 1951, 1979 e 2005, não nos permite determinar grandes alterações na dimensão e na área dos morgadios, excepto no caso do Morgadio da Torre onde se verifica a existência de prédios menores que resultaram do arroteamento total deste Morgadio.

O levantamento cadastral disponível, realizado pelo Instituto Geográfico Português, é relativamente recente e constituiu a fonte principal deste ponto do trabalho, o que permitiu precisar com clareza a dimensão actual e o número de prédios inseridos na área em estudo. A toponímia dos lugares, existente na cartografia militar, foi outro elemento fundamental para analisar a evolução e as alterações nos limites desta unidade de Paisagem.

É possível observar, através da observação do cadastro actual, que o Morgado do Reguengo e do Arge mantiveram nos seus limites praticamente intactos, visto não terem sido parcelados e terem, ao longo do tempo, adquirido funções que permitiram manter os seus limites.

O Morgado da Torre estabelece, nesta análise, o paradigma face aos anteriores, onde se verifica um total parcelamento da propriedade em prédios de menores dimensões, revelando um mosaico de culturas semelhante ao que se pode encontrar um pouco por todo o Barrocal Algarvio e que caracteriza a região.

A dimensão dos prédios arroteados no Morgado da Torre, revela que estamos na presença de terrenos mais férteis e produtivos, em que a existência de água surge em maior abundância e onde é praticada essencialmente a cultura de regadio, ao contrário do Morgado do Reguengo e

do Arge, são caracterizados por uma grande percentagem de incultos, onde predominava essencialmente o pomar de sequeiro.

CAMINHOS E MUROS (desenho 2.1/2.2/2.3)

A análise da evolução dos caminhos (entre 1952 e 2005) na área que compreende os três Morgadios, revela-nos que houve um acentuar dos caminhos periféricos nos limites dos Morgados do Reguengo e do Arge. No Morgado da Torre, pelo contrário, face ao seu arroteamento em prédios menores apresentou gradualmente um maior número de caminhos de acesso aos prédios menores e de áreas urbanizadas. Na maioria dos casos os caminhos de pé posto e veredas deram lugar às actuais estradas pavimentadas de acesso às propriedades. A linha de caminho-de-ferro que atravessa a Quinta do Morgado da Torre a Norte, foi construída no início do século XX, mantém-se activa até aos dias de hoje.

Os muros surgem inseridos neste ponto, porque além de delimitarem propriedades acompanham o percurso dos caminhos. Inicialmente construídos em pedra solta sem argamassa, utilizando pedras proveniente da despedrega dos terrenos deram posteriormente lugar aos muros de alvenaria, mais altos e compactos que se desenvolverem ao longo das estradas mais recentes.

A construção da Via do Infante, A22 (entre 1990 e 2003) dividiu longitudinalmente o Morgado do Reguengo e a zona Sul do Morgado do Arge. Este atravessamento constituiu sobretudo uma ruptura na continuidade visual destas Paisagens mas sobretudo um maior isolamento face ao restante território.

LINHAS DE ÁGUA (desenho 3.1/3.2/3.3)

Os Morgadios em estudo surgem delimitados a Oeste pela Ribeira da Torre e a Este pelo Rio Arade, entre estes limites encontra-se ainda a Ribeira de Boina que estabelece o limite entre o Morgado da Reguengo e o Morgado do Arge.

A hidro-morfologia destes territórios surge ainda estruturada por diversos Barrancos criados pela natureza topográfica dos terrenos, que originaram mais tarde, a partir da década de 60, diversas barragens de dimensões variadas, nomeadamente no Morgado do Arge, que serviram para abastecer a cidade de Portimão.

No Morgado do Reguengo também se verificou a construção de algumas barragens, de menores dimensões sobretudo para a rega dos recentemente construídos Campos de Golfe do Morgado do Reguengo.

A faixa Sul do Morgado da Torre, que foi outrora zona de aluvião da Ribeira da Torre, com marinhas de sal e arrozais, foi posteriormente aterrada para a construção do complexo Turístico da Tapada da Penina e do

Aeródromo Municipal de Portimão, alterando completamente a morfologia hidrográfica e a génese da Paisagem, como é possível verificar através da sobreposição dos desenhos.

EDIFICAÇÕES (desenho 4.1/4.2/4.3)

O conjunto das instalações do Morgado, situava-se normalmente no ponto mais alto da propriedade, e correspondia a um conjunto de edifícios de grandes dimensões, organizado em torno de um grande pátio, como é possível observar nos Morgados do Reguengo (113x50m) e da Torre (40x35m).

No Morgado do Arge a organização espacial deste núcleo, desenvolve-se de forma diferente, ao longo do caminho que lhe dá acesso verificando-se edifícios em ambos os lados.

Nestes conjuntos arquitectónicos agrícolas localizavam sobretudo armazéns, estábulos, adegas, cobertos, silos, as pocilgas. O edifício mais notável deste conjunto é claramente do Morgado do Reguengo, com um pátio ao centro, em forma de U, com uma cobertura inteiramente em terraço, acessível, a qual correspondia às necessidades de seca de cereais, e dos frutos, adaptando-se perfeitamente às condições climáticas da região.

Além do núcleo principal do Morgado, verifica-se ainda um pouco por toda a propriedade no interior dos seus limites várias habitações, dispersas, destinadas a abrigar os trabalhadores do Morgado, fossem estes permanentes ou sazonais.

A partir de 1960, nas áreas situadas a Sul do Morgado do Reguengo, que poderão ter sido arroteadas a partir deste, surgiram algumas concentrações habitacionais urbanizadas, maioritariamente ocupadas por cidadãos estrangeiros, nomeadamente no Monte Judeu, na Aldeia de São João de Alcalar e no Belmonte, onde se verificou o maior crescimento urbano entre 1979 e 2005.



2 //

Arquitecturas produtivas e elementos singulares

Prólogo // O Moinho de Vento // O Moinho de Água // O Poço // A
Nora // O Forno de Cal // O Forno de Pão // O Eirado e a Cisterna // O
Silo // A Eira



Prólogo

Denominadas nesta dissertação de “arquitecturas produtivas”, estão provavelmente mais próximas do termo “arquitecturas de vida”, são sobretudo elementos singulares que, por se inscreverem no domínio do vernáculo, abrangem não apenas a forma física de prédios, estruturas e espaços, mas a forma como foram utilizados e compreendidos ao longo de gerações, assim como as tradições e as associações intangíveis lhe estão associadas.

A construção vernacular é o modo tradicional das comunidades se abrigarem. Embora seja o resultado do trabalho do Homem, é também, uma criação do tempo. “O património vernacular edificado é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, de sua relação com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo.”²¹

Devido à homogeneização da cultura e da transformação socioeconómica global, o Património vernacular edificado, onde se inscrevem alguns dos elementos singulares que compõem a Paisagem do Morgadio, apresenta-se extremamente vulnerável, enfrentando sérios problemas de desequilíbrio e dificuldades de integração devido à sua obsolescência.

Estas estruturas que se apresentam com detalhe são as máquinas que transformam e gerem os alimentos, são sistemas de produção, seja por captação ou armazenamento. São elementos singulares, que fazem parte de um conjunto, que se inscreve sobretudo no âmbito da produção, transformação e actividade agrícola, são “máquinas” na Paisagem que fazem funcionar o território e que utilizam simultaneamente os recursos nele disponíveis. São “máquinas” de uma escala diferente, que integravam outrora funções essenciais à sobrevivência do Homem, mas sobretudo uma cultura e uma identidade. A função desempenhada por estas “máquinas”, por mais curioso que pareça, pode hoje ser assegurada por um pequeno objecto ou electrodoméstico (por exemplo moagem dos cereais feita nos moinhos ou a

21) ICOMOS (1999), “Carta sobre o Património Vernacular Edificado”

decantação da água da chuva, feita pelo eirado).

Estes elementos construídos não são portanto edifícios, não são habitações (ex. um forno de cal), se bem que nalguns casos possam ser habitados (por exemplo os moinhos). Torna-se difícil, integrá-los numa categoria, quando estas se confundem e muitas vezes não funcionam dissociadas umas das outras.

“Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações.”²² Um forno de cal, um moinho de vento, um moinho de água, um silo são construções e não habitações; a eira, o forno do pão, são construções e não habitações. Essas várias construções estão, porém, no âmbito de nosso habitar, um âmbito que ultrapassa as construções sem se limitar ao acto de habitar.

“Algumas destas construções oferecem ao Homem um abrigo. Nelas, o Homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência.

As construções que não são uma habitação ainda continuam a determinar-se pelo habitar uma vez que servem para o habitar do Homem. Habitar seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir. Habitar e construir encontram-se, assim, numa relação de meios e fins.”²³

Apresenta-se nesta segunda parte, um inventário incompleto das estruturas arquitectónicas que além do seu valor próprio - qualidade formal e técnica associada - são o vestígio de um conjunto vital e orgânico de sistemas e redes. São estruturas emergentes, que denunciam um sistema amplo e complexo, nalguns casos mais ou menos visíveis. Uma vez extintas as redes que faziam funcionar a Paisagem, prevalecem apenas os elementos, o que faz com que um Moinho, uma Nora ou um Forno de Cal se tenha tornado em algo obsoleto.

Interessa reconhecer que estes são sobretudo sistemas absolutamente sustentáveis, que denunciam um profundo conhecimento do território e aproveitamento inteligente dos recursos naturais, que atravessaram gerações e cujo seu funcionamento poderia, hoje, ser facilmente enquadrado na actualidade (exemplo da captação da água das chuvas através do Eirado).

22) HEIDEGGER (1951), “Construir, Habitar, Pensar”, p.1.

23) *Idem*, p.2.





O Moinho de Vento // desenho 5

Os Moinhos de Vento, denominados também de Moinhos de Verão - época em que o seu exercício era mais intenso - intercalavam a sua actividade com os Moinhos de Água nos períodos de estio. Fazem parte do conjunto de elementos singulares que estão intrinsecamente ligados à produção agrícola e em estreita relação com a Paisagem.

A escolha do melhor local para a implantação do Moinho, não era de forma alguma alheio ao conhecimento do território, procurando sempre o cimo dos serros mais elevados de forma a maximizar o aproveitamento dos ventos. “O melhor vento que a gente tinha era o Norte, que a gente só utilizava quatro ventos: Norte, Levante²⁴, Castelhana (Este) e Viração (Sul)”²⁵.

Era bastante comum encontrar dois Moinhos no mesmo cerro, – Moinho branco e Moinho preto - aos quais eram atribuídas funções diversas. Ao Moinho branco – por ser caiado – estava destinada, a moagem de grão para consumo humano, ou seja trigo e milho. O Moinho preto – que apresentava a alvenaria de pedra à vista sem reboco nem caição, daí a origem do nome – destinava-se à moagem de cevada, centeio e aveia para consumo animal.

Dentro da tipologia dos Moinhos de Vento fixos de torre, destaca-se o Moinho de cabresto²⁶, cujo sistema de tracção que faz girar a capota, corresponde à tipologia mais vulgarmente utilizada no Algarve.

Os Moinhos de Vento apresentam apenas dois pisos, “num edifício ligeiramente cónico, implantando-se normalmente num terreno circular, sendo rodeado de cerca de 18 marcos de pedra, com cerca de 40 cm de altura e colocados de forma equidistante entre si”. Estes marcos tinham a finalidade de firmar a corda utilizada para fazer rodar a capota do Moinho, de forma a colocar as velas na direcção do vento.²⁷ A colocação e a dimensão das quatro velas do Moinho dependia da força do vento, e tinham de estar constantemente a ser ajustadas, “o moleiro do Moinho de Vento tinha de estar sempre atento ao serviço.”²⁸

24) Levante – vento proveniente do deserto do Sara, sopra de este ou de sudeste e é extremamente seco e quente.

25) Sr. Custódio Campos (antigo moleiro). Testemunho recolhido junto ao Moinho Branco de Cachopo, Tavira.

26) Moinho de cabresto – sistema de tracção por meio de uma corda ou vara lançada ao fochino do mastro.

27) RIBEIRO, Vítor, “Moinhos de vento”, in AA.VV (2008), p.148

28) Sr. Custódio Campos (antigo moleiro). Testemunho recolhido junto ao Moinho Branco de Cachopo, Tavira.

Este tipo de Moinhos, eram construídos com os materiais disponíveis na subunidade onde se localizavam, como o caso dos Moinhos de Taipa de Monchique ou dos Moinhos de alvenaria de calcário do Barrocal onde se inscreve a área em estudo.

Posteriormente poderiam ser ou não rebocados e caiados de branco, de forma a terem um maior destaque na Paisagem, raramente atingiam na zona do Algarve os 5m de altura. Inicialmente, a cobertura de grande parte dos Moinhos de Vento era normalmente feita por “um conjunto de caibros de eucalipto, (...) armados em cone e apoiados numa base constituída por um anel de madeira”, que posteriormente integrava uma cobertura feita de palha de centeio. Com o avanço da industrialização este tipo de cobertura foi sendo substituída por chapa de zinco.²⁹

Para evitar uma deslocação desnecessária ao Moinho, que ficava normalmente longe das povoações e em cerros bastante altos e de difícil acesso, o moleiro tinha alguns códigos de disposição das velas do Moinho, do conhecimento geral do povo que permitiam dizer se havia ou não cereal para moer ou se a mó estava a ser picada – “com o moer do trigo as mós iam ficando lisas e tinham de ser picadas, punha-se a vela em baixo para o público saber que o moleiro estava picando a mó, quando o moleiro não tinha trigo para moer, porque acabava o grão punha uma vela armada para cima, para o povo saber que o moleiro estava com falta de trigo, só uma vela em ponto pequeno”.³⁰

As mós utilizadas nos Moinhos eram de pedra calcária, provenientes de Paderne, concelho de Silves e serviam para moer cerca de trinta a quarenta arrobas de trigo, tendo posteriormente de ser picadas de modo a ganhar rugosidade novamente.³¹

Contrariamente ao Moinhos de Água, que pertenciam na sua grande maioria a grandes lavradores, a pessoas mais abastadas, que contratavam moleiros para trabalhar nos mesmos, por vezes incluídos em grandes propriedades, os Moinhos de Vento eram quase sempre do próprio moleiro.³²

Esta situação, explica de alguma forma o facto de nos Morgadios em estudo, localizados no concelho de Portimão, apesar de uma morfologia territorial favorável à implantação de Moinhos de Vento, não existe qualquer registo cartográfico e documental, de um único caso dentro dos limites da propriedade do Morgadio, verificando-se apenas a existência do Moinho de Vento da Senhora de Verde, junto ao limite exterior do Morgado do Reguengo. Este facto pode dever-se ainda à existência de diversas ribeiras e do Rio Arade, dentro dos limites do Morgado onde se localizavam alguns Moinhos de Água que eram claramente mais rentáveis e produtivos, para o Morgadio que os Moinhos de Vento.

29) RIBEIRO, Vítor, “Moinhos de vento”, in AA.VV (2008), p.150

30) Sr. Custódio Campos (antigo moleiro). Testemunho recolhido junto ao Moinho Branco de Cachopo, Tavira.

31) Idem.

32) RIBEIRO, Vítor, “Moinhos de vento”, in AA.VV (2008), p.149





O Moinho de Água // desenho 6

Na área de estudo, que inclui o “Morgado da Torre” a Oeste, o “Morgado do Reguengo” a Norte, e o “Morgado do Arge” a Noroeste da Cidade de Portimão, podemos verificar na carta militar (nº 594 correspondente ao ano de 1951) que o primeiro levantamento cartográfico militar existente da zona em estudo, a existência de alguns Moinhos de Água na região.

O primeiro exemplo que podemos assinalar, é o Moinho de maré localizado junto da foz da Ribeira do Arade, que delimita o Morgado do Arge a Oeste, denominado na mesma carta de “Moinho Novo”. Ainda na mesma carta, no Rio Arade que delimita o “Morgado do Arge” a Este, podemos verificar a existência de pelo menos mais cinco Moinhos de Água ao longo do Rio Arade.

Embora em avançado estado de ruína, o percurso traçado, pelos cerca de vinte Moinhos existentes ao longo do Rio Arade, entre Portimão e Silves, revela a importância que esta actividade tinha na região.

Ainda no levantamento cartográficos militar de 1951, verifica-se que existia outrora na zona do estuário da Ribeira da Torre, a Oeste do Morgado com o mesmo nome, mais um Moinho. Hoje já inexistente a “azenha do Alvor”, como era denominado, situava-se junto às salinas do Alvor, e “tinha dois engenhos funcionando em plena ria, e a trabalhar com água salgada proveniente das marés.”³⁴

Enquanto Moinhos de maré, à semelhança de tantos outros espalhados ao longo dos rios e ribeiras do Algarve, estes constituem maioritariamente edifícios isolados. A implantação dos Moinhos de Água, em locais mais afastados das povoações, exigia a integração no seu espaço ou nas imediações mais próximas a habitação do moleiro e a ramada, a uma cota superior, livres do efeito das cheias.

Dentro da tipologia genérica dos Moinhos de Água, existem dois tipos de mecanismo que se distinguem pela posição do seu “mecanismo motor”, ou seja a roda hidráulica que permite o seu movimento, podendo ser de “roda

“(…) o Moinho de Água era mais descansado, desde que havia água era sempre o mesmo compasso, a mó moía sempre no mesmo compasso desde quando começava até que parava, o Moinho de Água era mais fácil para o moleiro porque era sempre igual (...)”³³

33) Sr. Custódio Campos (antigo moleiro). Testemunho recolhido junto ao Moinho Branco de Cachopo, Tavira.

34) REYS, Vasco João (1999), p. 69

horizontal ou de roda vertical (ou azenhas)”. O Moinho de Água “de roda horizontal, de rodízio com penas”, corresponde ao exemplo mais comum em Portugal e no Algarve.³⁵

Muitas vezes denominados de Moinhos de Inverno, os Moinhos de Água faziam a sua temporada que se iniciava no final de Outubro, correspondendo ao início do Inverno, período em que o caudal das ribeiras ficava mais denso permitindo o funcionamento do engenho, terminando entre o final de Abril e o princípio de Maio, quando as ribeiras começavam a secar.³⁶

Os Moinhos de Água designavam-se vulgarmente de azenhas, por terem um engenho de azenha – “do árabe (as-sainâ), corresponde uma roda de irrigação, ou uma nora, colocados em movimento por um animal”.³⁷

Situadas junto de açudes artificiais, de quedas de água ou rápidos naturais, a sua força motora provinha do forte impulso da água. Muitas vezes pela falta das condições naturais para o movimento das azenhas, eram construídas levadas, para levar a água ao Moinho.³⁸

Contudo apesar da sua função principal destes engenhos, moer o grão, serviam também para recolher água do rio que através das levadas servia para irrigar os campos de cultivo.

As azenhas eram compostas por edifícios em alvenaria de pedra sem reboco para uma maior resistência. A roda vertical, era o seu principal engenho, em que a água recebida nas suas palhetas permitia o movimento da mó.³⁹

No conjunto dos Moinhos de Água, os Moinhos de maré, por serem a tipologia principal verificada na área em estudo, assumem neste estudo lugar de destaque. Tratavam-se de engenhos que aproveitavam o movimento das marés para se movimentarem. Eram construídos nos estuários dos rios, em terrenos de baixa cota, geralmente alagados. Junto dos mesmos existia uma caldeira, que era cheia durante a praia-mar. Na baixa-mar, a caldeira era aberta e a força da queda de água fazia mover o Moinho, através de uma roda horizontal.⁴⁰

Os Moinhos de maré tinham, em relação às azenhas, a vantagem de permitir um movimento mais regular independentemente das condições meteorológicas. Contudo, estavam dependentes da força das marés e da localização da caldeira, podendo apenas trabalhar algumas horas por dia.

Nas azenhas o movimento era dado por uma roda vertical accionada pela água nos Moinhos de maré era o movimento de uma roda horizontal que permitia o funcionamento das mós.⁴¹ Dentro da tipologia dos Moinhos de maré, de roda horizontal, podemos considerar dois tipos de engenhos diferentes, os de rodízio e os de rodete. No primeiro caso, o rodízio encontrava-se submerso; no segundo caso o motor encontrava-se submerso num poço construído para o efeito, em que o rodízio era móvel e podia subir ao longo do eixo.⁴² “Ligados aos engenhos que aproveitavam a água da maré, os rodízios também eram utilizados nas azenhas.”⁴³ Embora na área em estudo surjam algumas dúvidas na classificação da tipologia dos Moinhos de Água, nos limites dos Morgados, devido ao seu avançado estado de destruição, a sua localização no estuário do Rio Arade, na Ribeira do Arade e na Ribeira da Torre,

35) RIBEIRO, Vítor, “Moinhos de água”, in AA.VV (2008), p.136

36) Idem.

37) MACHADO, José Pedro (1991).

38) REYS, Vasco João (1999), p. 12

39) CHAVES, Luis (1989), citado por REYS, Vasco João (1999), p. 12

40) REYS, Vasco João (1999), p. 12

41) Idem, p. 13

42) CHAVES, Luis (1989), citado por REYS, Vasco João (1999), p. 13

43) TORRINHA, Francisco, (1946), citado por REYS, Vasco João (1999), p. 13



através da existência de alguns escritos, pode presumir-se que estes poderiam ser classificados de azenhas, ou Moinhos de maré de rodas horizontais de rodízio ou de rodete.

Inevitavelmente, com o advento da industrialização, a grande maioria dos Moinhos deixaram de trabalhar, conhecendo a destruição ao longo dos séculos XIX e XX, como são disso exemplo os Moinhos que existiam nos morgados em estudo, anteriormente referidos.

Deste tipo de edifícios importa a este estudo perceber, que as características do local onde os Moinhos de Água se implantavam, implicava no tipo de engenho adoptado, assim como na arquitectura do edifício, adaptando-se sempre a construção em função dos recursos naturais disponíveis, rentabilizando-os de forma inteligente e com o mínimo de esforço possível.



O Poço // desenho 6

O Poço consiste numa cova funda aberta no solo para captação e exploração de água para consumo, surge por vezes também denominado como furo, embora existam algumas diferenças entre ambos.

O clima seco do Algarve, devido ao fraco regime de chuvas, desencadeou desde a antiguidade a necessidade de cavar poços, de forma a obter água e prover as necessidades. Em muitas povoações sobretudo nas mais antigas e menos evoluídas, o poço desempenhava o papel de equipamento principal e estruturava o crescimento urbano.⁴⁴

Até à primeira metade do Século XX, a procura de água no Algarve foi inteiramente satisfeita a partir de engenhos artesanais. A captação de água subterrânea era efectuada a partir de poços escavados, com poucas dezenas de metros de profundidade, sendo a extracção efectuada recorrendo a picotas e noras. As ribeiras eram exploradas a partir de açudes e/ou transportadas por levadas. O armazenamento temporário da água captada era feito em tanques, e em cisternas.

Existem numerosas estruturas deste tipo espalhadas pelo Algarve, e na área em estudo, que constituem testemunhos patrimoniais das formas tradicionais de gestão da água, que gradualmente se tem vindo a degradar e a desaparecer.⁴⁵

O primeiro passo para a abertura e construção de um poço, consistia num ritual executado por um “vedor”, a quem competia detectar nascentes e lençóis freáticos passíveis de serem explorados, indicando o local certo para a abertura do poço.⁴⁶

“O vedor era uma pessoa, a quem se reconhecia a arte e o saber específicos que garantiam o sucesso da demanda”. O vedor indicava não só o local, como a profundidade que o poço teria de ter, até encontrar o lençol freático, indicando claramente todas as condições necessárias para a abertura de um poço.⁴⁷ Mais do que um mágico, o vedor, seria alguém com um profundo conhecimento do território e com capacidade de ler com

44) AA.VV, (1988), p.265.

45) [consulta 02.2010]
<http://www2.geo.ua.pt>

46) RIBEIRO, Vítor, “Poços”, in AA.VV (2008), p.188

47) Idem, p. 188.

grande clareza os sinais do território.

Assim sendo, muitos dos poços existentes nomeadamente nos Morgadios em estudo localizam-se junto das linhas de água, ribeiras e barrancos. Era igualmente nas zonas baixas e de várzea que se localizavam as hortas e as culturas que dependiam do regadio. Verificam-se contudo alguns casos isolados, da construção de poços a cotas mais altas.

No “Morgado do Reguengo”, verifica-se em vários pontos a mesma situação, e isso deve-se provavelmente, à existência de um aquífero no seu subsolo, denominado “Mexilhoeira Grande – Portimão”.⁴⁸

Após a escolha certa do local, precedia-se à abertura do poço até atingir o lençol freático. A “parede de suporte do poço constitui um muro perimetral”, em que os mais antigos eram “executados normalmente em alvenaria de pedra, sem argamassa de assentamento”, o que exigia alguma mestria na construção havendo artífices que se dedicavam apenas à construção dos mesmos. As pedras retiradas na abertura do poço serviam quase sempre para a execução das sua parede de suporte.⁴⁹

À medida que o poço ia ficando mais fundo, tornava-se necessário a colocação de tábuas na secção horizontal do poço para permitir a execução da parte superior do poço funcionando como andaime. Chegando ao nível do terreno a alvenaria de pedra que serviu de suporte ao poço, erguia-se mais cerca de 60 cm, formando um muro circular denominado gargalo. Ao poço era normalmente associado um aparelho de elevação da água, denominado de “picota ou cegonha”⁵⁰, que foram desaparecendo uma vez substituídos pelos “sistemas mecânicos que garantiam um caudal maior e mais constante, que dispensava a força humana.”⁵¹

De forma a satisfazer a crescente procura de água iniciada no princípio dos anos 60, surgiram novas técnicas de perfuração e captação de água subterrânea. Esta procura deveu-se sobretudo à introdução da agricultura de regadio em larga escala e pelo incremento do turismo na região. As novas técnicas introduziram a construção de captações com menos de 0.5 metros de diâmetro e, muitas vezes, com mais de 100 m de profundidade. Estas captações, denominadas “furos”, substituíram gradualmente os antigos poços escavados com profundidade normalmente inferior a 30m e passaram a suportar o aumento da procura de água verificada a partir dos anos sessenta até à segunda metade da década de oitenta.⁵²

48) [consulta02.2010]
<http://www.agroportal.pt>

49) RIBEIRO, Vítor, “Poços”, in AA.VV (2008), p.190

50) **picota ou cegonha** – consiste num engenho, de origem árabe, que serve para retirar água dos poços. É constituída por dois longos pedaços de madeira, um deles na posição vertical. O outro, perpendicular ao primeiro, tem numa das extremidade um peso e na outra um recipiente para retirar a água. Ao baixar o recipiente até ao poço e o peso existente na outra extremidade, estabelece um contra-peso e ajuda a içar o recipiente.

51) RIBEIRO, Vítor, “Poços”, in AA.VV (2008), p.191.

52) [consulta02.2010]
<http://www2.geo.ua.pt>



A Nora // desenho 6

A Nora é um engenho hidráulico utilizado para retirar água de poços. Possui uma haste horizontal acoplada a um eixo vertical que por sua vez está ligado a um sistema de rodas dentadas. Este sistema faz circular um conjunto de alcatruzes entre o fundo do poço e a superfície exterior. Os alcatruzes são presos a uma corda ou corrente, mergulhando de boca para baixo no poço subindo em seguida cheios. Quando atingem a posição mais elevada começam a verter a água para uma calha. O ciclo de ida e volta dos alcatruzes ao fim do poço para tirar água mantém-se enquanto se fizer rodar a haste vertical e o poço tiver água.

Nas propriedades com alguma dimensão da zona do Litoral e do Barrocal, onde eram praticadas culturas de regadio, aparece frequentemente associado a esta cultura agrícola a construção de noras.

Ao longo do Algarve existem diversos tipos de noras, embora com funcionamento idêntico, apresentam modelos diversos consoante as regiões. Assim, nos concelhos do Barlavento, onde se inscrevem os morgadios em estudo, predominam as noras de alcatruzes, com engenhos montados em poços e os respectivos círculos para o animal caminhar. Já a nora de elevação, com mina, para tirar água a balde pelo interior, é típica da região do Sotavento. Em Faro e Olhão, destaca-se a nora com um eixo ligado ao engenho, localizando-se de lado o círculo que o animal percorre para a activar.

Estes engenhos milenares utilizados para elevar a água e conduzi-la ao campo, suportam técnicas primitivas de irrigação que fazem parte da história agrícola do Algarve. Estes engenhos de água, espalhados um pouco por toda a região, encontram-se hoje em desuso uma vez que o progresso obrigou à adaptação de sistemas mecânicos ou eléctricos de bombagem.

Introduzidas pelos árabes, as noras são instrumentos fixos e circulares usados para captar a água do subsolo para, posteriormente, ser utilizada nas culturas de regadio. Como foi possível verificar na área em estudo, o conjunto

da nora, a levada e o tanque formalizam frequentemente o limite da propriedade e encontram-se tal como os poços nas várzeas, junto das linhas de água, onde se situavam as culturas de regadio.

Associadas a uma imagem de estruturas “Caiadas de branco e compostas por uma roda que faz mover a corda, ou cadeia metálica, a que estão presos alcatruzes – baldes que transportam a água - as noras mouriscas conduziam a água às partes mais elevadas dos terrenos de cultivo”.⁵³

Inicialmente, usando engenhos de madeira estes foram gradualmente substituídos por uma engrenagem metálica. Os engenhos antigos eram normalmente accionados por mulas, burros ou machos que se deslocavam de olhos vendados num movimento circular à volta da nora, e posteriormente por motores eléctricos.⁵⁴

As noras, heranças árabes que contribuíram para a evolução da cultura de regadio no Algarve, são um exemplo do aproveitamento inteligente dos recursos naturais minimizando esforços desnecessários. Ainda hoje, continuam a fazer parte da riqueza paisagística da região.

53) [consulta02.2010]
<http://www2.geo.ua.pt>

54) SINTRA, Pascoal Filomena,
ESTEVEENS, José, COSTA, Miguel
Reimão (coord.), (2004), p.106





O Forno de Cal // desenho 9

O Forno de Cal é uma estrutura semi-enterrada de forma cilíndrica realizada em alvenaria de pedra, que tinha obrigatoriamente de apresentar uma resistência ao calor bastante superior à da pedra calcária. Tinha como função a produção de cal, através da cozedura da pedra calcária.

A cal constituía um dos ligantes fundamentais na execução das argamassas tradicionais para assentamento ou revestimento, assim como para pintura.

Os fornos de cal encontravam-se disseminados um pouco por toda a região calcária do Algarve, nomeadamente na zona do Barrocal, sobretudo em terrenos alugados ou familiares. Implantavam-se sempre na proximidade da matéria prima – onde havia filões calcários e pedreiras que permitiam a sua extracção - e da lenha para a combustão.

O mestre caleiro, detentor de um profundo conhecimento das pedreiras de calcários e mármore certos para a cozedura, seleccionava as pedras que considerava certas para a montagem do forno. Da qualidade das pedras dependia o tipo de cal que se pretendia obter, mas sobretudo a estabilidade do forno durante o processo de cozedura.

O “forno de cal intermitente” é referenciado como o mais comum, que se caracteriza por uma produção cíclica de cal num processo repetido de “enfornagem”, cozedura e “desenfornagem” do forno.⁵⁵

O acesso ao forno era efectuado por uma pequena abertura rasgada no terreno que envolve o forno, estruturada por duas alvenarias laterais de resguardo e de suporte para o terreno adjacente. Alguns apresentam ainda poiais laterais, para descanso dos caleiros que ali permaneciam e pernoitavam durante dias.⁵⁶

A combustão da lenha fazia-se na base do forno, que tinha a altura aproximada de 0.5 a 1m, sendo esta separada da parte superior do forno, que atingia entre 2 a 3 metros, por um lintel que servia de apoio ao

55) SANTOS, Marta, “Fornos de cal” in AA.VV (2008), p.179

56) Idem, p.179.

emparelhamento da pedra calcária.⁵⁷

Quando se pretendia o aumento da produção de cal, era dada preferência ao aumento do número de fornos relativamente ao aumento da dimensão dos mesmos, pois o diâmetro entre 1.50 a 2.50m, facilitava o processo de enforma das pedras de calcário, até à execução da abóbada.

A preparação do forno para a cozedura, assim como a seleção das pedras, pela sua dimensão e respectiva localização no forno cabia exclusivamente ao mestre-caleiro, assim como a enformagem do forno, que consistia na execução de um paramento circular em alvenaria de pedra solta, até à execução da abóbada de fecho.

A transformação da pedra calcária em cal viva, dava-se quando a rocha atingia uma temperatura constante aproximada de 1000°C. De forma a manter esta temperatura constante, o mestre-caleiro e os aprendizes alimentavam o forno, durante cerca de 70 horas de trabalho seguidas, o que exigia uma enorme esforço de mão de obra.

Com desenvolvimento da indústria, a transformação da pedra calcária começou a ser feita em fornos industriais, que oferecia uma maior rapidez nesta tarefa sem requerer tanta mão de obra nem uma vigilância constante.

Na área em estudo, uma vez que a natureza do solo é predominantemente calcário, verifica-se, através a existência da muitos fornos de cal nomeadamente sobre os terrenos que apresentam um solo “calcário, compacto e com afloramentos rochosos.”⁵⁸ Este tipo de solo surge, normalmente junto das linhas de água, o que faz com que a maior concentração dos fornos de cal, se concentre ao longo das ribeiras que delimitam os morgados, nomeadamente ao longo da Ribeira da Torre. A Sul do Morgado do Arge, surgem ainda alguns elementos devido à existência de uma pedreira dentro dos limites das propriedade.

Com o seu desuso, estas construções tornadas obsoletas foram caindo no esquecimento e desaparecendo dos mapas e da cartografia (por exemplo entre o levantamento militar de 1952 e 1979, verifica-se que grande parte dessas estruturas não são referenciadas na totalidade) os elementos que chegaram até aos nossos dias não passam de um amontoado da pedras, que pela natureza da sua construção se diluiu completamente na Paisagem.

57) SANTOS, Marta, “Fornos de cal” in AA.VV (2008), p.179

58) Carta de Solos da Portugal, 49-C, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, Secretaria de Estado da Agricultura, 1959.





O Forno de Pão // desenho 8

O Forno de Pão tradicional é uma construção em alvenaria, normalmente de planta circular, com cobertura abóbada. Apresenta uma base lisa onde se coloca primeiro a lenha a arder de forma a aquece-lo. Quando se atinge a temperatura adequada, encostam-se as brasas na entrada do forno, limpa-se bem a superfície e coloca-se o pão.

Os fornos de pão constituíram outrora elementos arquitectónicos, que pela sua importância no quotidiano das povoações, contribuíram para “conformação espacial do assentamento urbano”.⁵⁹

Dissociados, constituindo uma construção autónoma à escala do assentamento, polarizando um espaço externo muitas vezes pouco definido, os fornos de pão surgem maioritariamente adossados à habitação com a boca virada para o exterior, associados a um alpendre numa tipologia de transposição para a casa do fogo.⁶⁰

Através do pavimento, do poial e, por vezes da fomalha, reflectem a extensão do espaço doméstico para o exterior, sobrepondo-se a este, constituindo igualmente a extensão de um conjunto de funções próprias do espaço doméstico relacionadas essencialmente com a preparação e confecção dos alimentos.⁶¹

Apesar de haver uma memória mais difusa em relação à existência do forno do povo, ou comunitário, sabe-se através de alguns relatos, das existências deste tipo estruturas. Este tipo de forno, era utilizado pelos vários habitantes da povoação, localizando-se no centro da aldeia, o que inevitavelmente acabava por estruturar o crescimento espacial da povoação, em seu torno.

Resultado de um longo processo de transformações, o forno do pão “não caiado, de planta circular, com cobertura em abóbada de xisto e barro”, é provavelmente a tipologia de forno de pão mais antiga no Algarve. Com o passar dos tempos, e com a utilização de outro tipo de materiais, “generalizou-se o forno de planta quadrada em tijolo ou em fragmentos de

59) RIBEIRO, Vítor, “Fornos de pão e fomalhas”, in AA.VV (2008), p.184

60) SINTRA, Pascoal Filomena, ESTEVENS, José, COSTA, Miguel Reimão (coord.), (2004), p.43

61) Idem, p.43

telha reaproveitados e cobertura de duas águas.”⁶²

Até aos nossos dias prevaleceu, na grande maioria, a tipologia de forno individual, associado à unidade habitacional, reflectindo a estrutura dos núcleos familiares.

Embora o forno de pão esteja fortemente associado ao espaço doméstico, não deixa de fazer parte da unidade territorial, tal como os outros elementos arquitectónicos referidos ao longo deste estudo, constituindo mais um elemento fortemente associado ao património rural dos Morgadios e da paisagem rural do Algarve, que revela uma leitura do território, associada a um período e a um contexto social.

Nos Morgadios do Concelho da Portimão, o forno de pão surge na grande maioria adossado às casas dos trabalhadores do Morgado, em que normalmente a cada habitação, independentemente da sua dimensão, corresponde um forno.

62) SINTRA, Pascoal Filomena, ESTEVENS, José, COSTA, Miguel Reimão (coord.), (2004), p.43





O Eirado e a Cisterna // desenho 8

O Eirado caracteriza-se por um vasto terreiro, normalmente de forma rectangular ou quadrada, “ao nível do terreno, normalmente revestido com ladrilhos que formavam declives de forma a encaminhar a água das chuvas para um pequeno orifício, que comunica com o interior da Cisterna”, a água posteriormente armazenada durante o Inverno era retirada através de uma boca semelhante à dos poços.⁶³

De forma a contornar a recorrente escassez de água em algumas zonas do Algarve, adoptou-se um notável sistema de recolha de águas pluviais, precisamente através da construção de um eirado que encaminhava as águas para uma Cisterna.

Os Eirados apresentam-se delimitados por um muro relativamente baixo, que não excede um metro de altura, caiado abundantemente em que toda a superfície exterior, o chão inclusive, de forma a “quebrar a natural acidez das águas pluviais” que posteriormente eram encaminhadas para o interior da Cisterna.⁶⁴

O Eirado e a Cisterna surgem na proximidade ou anexado às habitações e apesar da sua utilidade como sistema de captação de água o seu aparecimento na região do Algarve está praticamente circunscrito à zona do Barlavento e principalmente do Barrocal, pelo tipo de clima que está associado a estas zonas.

No final do verão quando a Cisterna estava quase vazia, procedia-se ao esvaziamento e limpeza, e posterior caiação de forma a prepará-la para a recolha das águas do Inverno que se segue. De forma a garantir a qualidade da água da Cisterna, os proprietários, colocavam no interior da cisterna, uma eiró viva, para evitar a criação de fungos e de outros seres vivos, que colocariam em risco a degradação da água na Cisterna quando esta era indispensável, durante os longos períodos de seca estival.

Como acontece um pouco por todo o Barlavento algarvio, onde se situam os Morgadios em estudo, verificou-se nos Morgadios do concelho de

63) AA.VV. (1988), p.291.

64) Idem, p.291.

Portimão, que nas habitações destinadas aos trabalhadores do Morgado, dispersas um pouco por toda a propriedade, a existência de diversos exemplos da presença de um Eirado e Cisterna, junto das habitações. Durante os períodos estivais de seca das ribeiras e por vezes dos poços, água armazenada na cisterna, suportava o abastecimento das habitações, através da utilização da água captada pelo Eirado durante o Inverno anterior.

Através destes dados podemos verificar a importância que o clima estabelece na definição da forma das construções e no carácter que imprime às regiões. “Nada é improvisado, nada é arbitrário, antes pelo contrário tudo está devidamente justificado e verificado pela experiência.”⁶⁵

65) AA.VV. (1988), p.291.





O Silo // desenho 5 e 7

O Silo é uma estrutura agrícola, com origem milenar, normalmente de forma cilíndrica, destinada ao armazenamento dos produtos agrícolas, nomeadamente dos cereais, que eram geralmente depositados no interior do silo sem estarem ensacados. A dimensão e as características do silo dependem da finalidade a que se destina, tendo como objectivo principal a manutenção da qualidade do produto armazenado.

Os silos que ainda podemos encontrar na grande maioria dos Morgadios do Algarve, como os existentes na área em estudo, são os mais recentemente construídos que correspondem à Campanha do Trigo, promovida pelo Estado Novo. Assim sendo, os silos agrícolas representam um período posterior ao conjunto de edifícios que compõem o Morgado, assim como uma mudança no tipo de cultura praticada, sobretudo baseada no pomar de sequeiro.

A Paisagem destes territórios, também sofreu uma forte transformação, uma vez que foi em grande parte desflorestada do tradicional pomar de sequeiro, abrindo espaço a grandes campos de cultivo de cereais.

A Campanha do Trigo, ao mudar o tipo de prática agrícola dominante nos Morgadios, exigiu a construção de novas infra-estruturas e edifícios que permitissem dar resposta a uma agricultura de maior amplitude, que exigia uma grande capacidade de armazenamento.

Os silos existentes no Morgadio do Reguengo e do Arge, destinavam-se ao armazenamento de cereais e forragem⁶⁶, caracterizando-se na grande maioria por construções de forma cilíndrica, com cobertura em telhado de duas águas com cerca de 12m de altura.

Na área de estudo, verificou-se ainda uma outra tipologia de silo, caracterizada por um volume paralelepípedo, sensivelmente com a mesma altura do anterior, que reúne no seu interior um conjunto de cinco depósitos, provavelmente destinados ao exclusivo armazenamento de forragem para os animais.

66) Forragem - Ferrã, verde, erva, pasto para alimento de toda a espécie de gado.

Estes edifícios, ligados à produção agrícola, surgiam na grande maioria agrupados em conjuntos de dois ou mais edifícios, que pela sua escala sobressaíam na paisagem como “elementos dominantes e de maior presença, no conjunto das instalações dos Morgadios.”⁶⁷

Embora na maioria dos Morgadios do Algarve os silos tenham sido destruídos uma vez perdida a sua utilidade, nos Morgadios em estudo, ainda podemos verificar a existência de cerca de cinco silos cilíndricos e um edifício paralelepípedo, que corresponde no seu interior a um conjunto de cinco depósitos.

O nome do local, “Malhada Velha”⁶⁸, onde se encontra este último conjunto de cinco depósitos que constroem um único silo, indica em conjunto como a ramada adossada ao alçado oeste do edifício, que o local onde este se implanta seria destinado ao abrigo e pastagem dos animais do Morgado, e que este silo seria única e exclusivamente para armazenamento, da forragem destinada ao alimento do gado do Morgado.

Os silos identificados surgem maioritariamente, nas zonas mais altas do Morgado, em planaltos soalheiros e bem ventilados, livres da humidade. Estavam localizados junto dos edifícios principais do Morgado e nos limites da propriedade, contíguos aos principais acessos e rodovias, o que facilitava o transporte dos produtos armazenados.

Conclui-se assim que à imagem de tantos outros elementos que compõem a propriedade do Morgadio, embora pertencentes a um período mais tardio, os silos localizavam-se na propriedade de forma prática com o objectivo de minimizar esforços no armazenamento, utilização e posterior transporte das culturas depositadas.

67) AA.VV, (1988), p.262.

68) **Malhada** – local onde se localizava o curral do gado, ou onde pastavam os animais.





A Eira // desenho 5

A Eira é uma construção plana, de dimensões variáveis, onde os cereais, eram malhados e joeirados, depois de colhidos, com vista a separar a palha e outros detritos dos grãos de cereais.

As Eiras mais antigas eram feitas em barro e palha, pisado por cabras. Nas que prevaleceram até aos nossos dias o pavimento era normalmente de lajes de xisto, tijoleira de barro ou argamassa.⁶⁹

O número e a localização das Eiras um pouco por todo o território do Algarve, revela a estrutura dos diversos núcleos de produção e a dimensão das propriedades rurais, assim como as culturas praticadas.

Podem ser diferentes na forma: circulares, quadrangulares ou rectangulares. Situavam-se nos planaltos secos e mais soalheiros onde vento pudesse levar a palha deixando o grão, o que economizava a mão de obra.⁷⁰

Nos Morgadios em estudo, onde era praticava uma cultura de sequeiro, podemos verificar a existência de diversas Eiras, na sua maioria de grandes dimensões, e de forma quadrangular. Nos prédios de menores dimensões, que foram arroteados aos Morgadios, verifica-se a existência de diversas Eiras, de menores dimensões, quase sempre de forma circular, situando-se junto das habitações. Nos Morgadios em estudo, verifica-se que a existência de uma Eira numa propriedade, assim como a sua dimensão e forma, se relaciona directamente com a dimensão da propriedade, com o tipo de culturas praticadas e com a produtividade dos terrenos agrícolas.

69) SINTRA, Pascoal Filomena, ESTEVENS, José, COSTA, Miguel Reimão (coord.), (2004), p.122.

70) Idem, p. 123

Grelha de elementos



Conclusões finais

O Território do Algarve, estudado nesta dissertação através da análise da propriedade do Morgadio, foi ao longo do tempo alvo de diversas transformações na Paisagem. A Paisagem rural na qual incide este estudo, foi sendo conseqüentemente modificada, através de arroteamentos de terras e de campanhas agrícolas que transformaram gradualmente a morfologia dos terrenos e o mosaico de culturas praticadas. Segundo Pery, em 1875, a superfície produtiva do Algarve era estimada em cerca de 235 000 hectares e a área inculca a 236 000.⁷¹

Em 1952, data em que se verifica o primeiro levantamento cartográfico da área em estudo, no concelho de Portimão, a área de incultos do Algarve apresentava uma queda bastante acentuada, com 55800 hectares de área inculca, resultante na sua grande maioria da exploração agrícola em grandes propriedade e de superfícies que foram directamente cedidas pela floresta.⁷²

Esta diminuição das áreas incultas é compensada na maioria dos casos pelo aumento da agricultura de sequeiro, que se dissemina indiscriminadamente sobre terrenos naturalmente pobres e inaptos pela sua estrutura física, topografia e clima. O pomar de sequeiro constituía assim a melhor forma de utilizar os terrenos pobres declivosos e cascalhentos, através das raízes profundas das árvores de sequeiro que eram capazes de ir buscar a pouca humidade de que necessitavam às zonas mais profundas. Em 1951, o pomar de sequeiro ocupava no Algarve 77 500 hectares e o arvoredo frutífero misto, cerca de 22 600 hectares.⁷³

Em 1906, surgem os primeiros relatos em que se verifica na Paisagem rural do Algarve uma excessiva divisão da propriedade, através do arroteamento das grandes propriedades agrícolas em parcelas mais pequenas, nomeadamente nas zonas onde os terrenos eram mais produtivos.⁷⁴

A cultura do trigo em terrenos impróprios para o efeito é ainda anterior à Campanha do Trigo de 1929, continua após esta, e prolonga-se por mais

71) PERY, Gerardo A. (1875), "Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias", Imprensa Nacional, Lisboa, p.108.

72) RADICH, Maria Carlos (2007)

73) BRITO, Palma Sérgio (2009), p. 35.

74) SILVA, Filipe F. (1906), "Breve Estudo sobre a Serra Leste do Algarve", Dissertação Inaugural, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, p.34.

algum tempo. A prática de uma cultura cerealífera intensiva veio desencadear a erosão da maioria dos terrenos agrícolas e da Paisagem rural devido a rotações de cultivo curtas, insuficientes para o recompor dos terrenos.

A partir da década de 60, o crescimento da actividade turística na região, desencadeou a diminuição de grande parte da actividade agrícola, mas sobretudo o êxodo rural, abandonando os terrenos pobres e pouco produtivos que já não garantiam o sustento, as pessoas começaram a fixar-se sobretudo no Litoral onde o turismo assumia maior expressão e oferecia melhores oportunidades de trabalho.

A grande maioria das propriedades de Morgadio situadas no Barrocal que não foram arroteadas e divididas em parcelas menores, como sucede com os Morgados do Reguengo e do Arge, mantiveram-se até hoje como territórios parados praticamente sem actividade nem desenvolvimento, contrariamente ao Morgadio da Torre que pela natureza dos seus solos, e geomorfologia plana e abundante presença de água, foi sendo gradualmente dividido e parcelado, apoiando-se sobretudo numa cultura de regadio e de pomar de citrinos.

Na área que correspondia anteriormente ao Morgado da Torre, foi construído entre 1952 e 1979 o Aeródromo Municipal de Portimão, assim como um hotel que constituiu uma das primeiras unidades hoteleiras no concelho de Portimão. Juntamente com o aeródromo e o hotel, ambos ocuparam toda a parcela Sul do Morgado, a partir da N125, até aos Montes de Alvor, perfazendo cerca de metade da área do Morgado, onde se localizavam anteriormente as marinhas do sal e os arrozais.

Nas últimas décadas, a mutação da economia regional do Algarve, implicou um número crescente de visitantes e de imigrantes, para trabalhar ou viver a reforma. Esta nova realidade desenvolveu a necessidade de criação de novos conceitos de alojamento e turismo. Verificou-se uma diminuição do povoamento rural e o crescente povoamento urbano Litoral, no seio do qual se diferencia o povoamento turístico, situação que ultimamente tem vindo a reverter-se uma vez que as grandes parcelas rurais são agora alvo da construção dos grandes empreendimentos.

O futuro do Algarve é assim dominado pela banalização do núcleo turístico e pela nova geração dos centros turísticos, baseados num urbanismo em ambiente de resort, caracterizados por espaços com largas centenas de hectares situados na transição entre o Litoral e a Serra onde se localizavam outrora as grandes propriedades agrícolas de Morgadio.

A transformação destas paisagens é um factor inevitável, importa perceber como nos colocamos hoje perante as novas dinâmicas da Paisagem e de que forma é possível conciliar e integrar os elementos do passado com a realidade actual e futura.

A análise desenvolvida ao longo desta dissertação, sem assumir outro tipo de pretensões, procura sobretudo contribuir para o reconhecimento do Património arquitectónico rural da região do Algarve, que tem vindo a desaparecer de forma crescente, contribuindo para que no futuro perante as

novas dinâmicas da Paisagem este não seja ignorado.

A propriedade do Morgadio, pela sua dimensão e complexidade enquanto território, foi assumida neste estudo como uma unidade de Paisagem, o que permitiu enquadrar de forma clara o objecto de estudo desta investigação.

Com o desenvolvimento da investigação, a análise da Paisagem do Morgadio, revelou-se gradualmente, através de análise cadastral, como a matriz geradora de grande parte da Paisagem actual do Barrocal algarvio. Tornou-se cada vez mais clara a importância destas grandes propriedades fundiárias na evolução dos territórios rurais, constituindo eles próprios a gênese da Paisagem da região, o que permitiu ampliar a percepção deste território. O sentido deste estudo parece-me pertinente, uma vez que poderá contribuir para identificar e compreender as dinâmicas implicadas na para a transformação da Paisagem do Barrocal algarvio, assim como a sua evolução de um passado de grande propriedade rural, para um retalhado mosaico de culturas de pequenas dimensões e que futuramente irá inevitavelmente suportar novos usos estando sujeita a novas transformações.

A grande questão que fica em aberto é de que forma nos colocamos perante um território estratificado, repleto de elementos que fazem parte da identidade territorial da região? Como poderemos, futuramente, enquadrar estes territórios, assim como os elementos arquitectónicos que deles fazem parte, como moinhos de vento e de água, eiras, fornos, silos etc., sem que estes se transformem em meros objectos ornamentais de uma Paisagem rural tendencialmente urbanizada?

A Paisagem é o contexto onde emergem este tipo de estruturas arquitectónicas, que demonstram o anterior funcionamento do território rural, que foi integrando ao longo dos tempos novas realidades e usos, em que a actividade turística assume-se actualmente como grande factor de transformação contemporâneo.

Requalificar e restaurar os elementos arquitectónicos que pontuam os territórios rurais, com o objectivo de lhes devolver a sua função original, não faz actualmente qualquer sentido perante uma sociedade industrializada. Assim sendo, há sobretudo que reconhecer a importância deste Património e procurar novas estratégias de integração destas Paisagens no novo contexto socioeconómico em que vivemos, em que novas dinâmicas surgem gradualmente na região do Algarve e assumem uma posição determinante na transformação das Paisagens, reforçando a inércia para qualquer movimento relacionado com o passado.

AA.VV. (1988), "Arquitectura Popular em Portugal", volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa.

AA.VV. (2008), "Materiais, Sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão", edição Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, Faro.

BRITO, Palma Sérgio (2009), "O Território e Turismo no Algarve", Centro Internacional de Investigação e Território e Turismo da Universidade do Algarve, Edições Colibri, Lisboa.

CHAVES, Luis (1989), "Azenha", in "Verbo – Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura", Vol. III, Lisboa.

SINTRA, Pascoal Filomena, ESTEVENS, José, COSTA, Miguel Reimão (coord.), (2004), "Património rural construído do Baixo Guadiana", edição Odiana, Vila Real de Santo António.

HEIDEGGER (1951), "Construir, Habitar, Pensar", [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.

ICOMOS (1999), "CARTA SOBRE O PATRIMÔNIO VERNACULAR EDIFICADO", Ratificada pela 12ª Assembleia Geral, México, Outubro.

MACHADO, José Pedro (1991), "Rodizio", in "Grande Dicionário da Língua Portuguesa", Tomo V, Círculo de Leitores.

PERY, Gerardo A. (1875), "Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias", Imprensa Nacional, Lisboa.

RADICH, Maria Carlos (2007), "O Algarve Agrícola I Notícias Oitocentistas", edição Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa.

REYS, Vasco João (1999), "O Tempo das Azenhas – Azenhas e Moinhos de Maré do Rio Arade", Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico – Cultural do Concelho de Silves.

SILVA, Filipe F. (1906), "Breve Estudo sobre a Serra Leste do Algarve", Dissertação Inaugural, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

TORRINHA, Francisco, (1946), "Azenha", in "Dicionário da Língua Portuguesa", Porto.

// SITES

[consulta02.2010]
<http://www2.geo.ua.pt>

[consulta02.2010]
<http://www.agroportal.pt>

[consulta02.2010]
<http://www.isa.utl.pt>

A

AA.VV. (1988), "Arquitetura Popular em Portugal", volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa.

AA.VV. (2008), "Materiais, Sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão", edição Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, Faro.

ALVES, João Emílio (2005), "Sobre o património rural: contributos para a clarificação de um conceito". Cidades, Comunidades e Territórios. Lisboa: ISCTE. N.º 8.

ANDRADE, Abel (1940), "O casal de família protege a família portuguesa", Congresso do Mundo Português. Actas, Memórias e Comunicações do Congresso Nacional de Ciências da População, t. 2, vol. XVIII, pp. 412 – 417, s.l., Comissão Executiva dos centenários.

B

BALBI, Adrien (1822), "Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d' Algarve comparé aux autres états de l' Europe et suivi", 2 tomos, Paris.

BARATA, F. T. e MASCARANHAS, J. M. de. (2002), "Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega / Valverde". Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrâneos. Universidade de Évora, Évora.

BIVAR, José de Almeida Coelho de (1910), "Resposta à seguinte circular dirigida aos agrónomos distritais incumbindo-os de indicarem as regiões e sub-regiões em que podem ser divididos os respectivos distritos", Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 9º ano, nº5.

BRITO, Palma Sérgio (2009), "O Território e Turismo no Algarve", Centro Internacional de Investigação e Território e Turismo da Universidade do Algarve, Edições Colibri, Lisboa.

C

CABRAL, F. C (1993), "Fundamentos da Arquitectura Paisagista", Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

CABREIRA, Tomás (1918), "O Algarve Económico", Imp. Libanio da Silva, Lisboa.

CARAPINHA, Aurora (2005), "Escrita na Paisagem" in "Escrita na Paisagem – festival de Performance e Artes da Terra", colecção B, mimesis, Évora.

CARVALHO, M. A. Cruz de (1994), "Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso

do vale da Ribeira de Seda – Raia”. Universidade de Évora, Évora.

CASTELLS, M. (2003), “O Poder da Identidade”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CASTRO, Caldas, E (1994), “Evolução da Paisagem Agrária” in Paisagem, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

CAVACO, Carminda (1992), “Portugal Rural da tradição ao Moderno”, Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, Lisboa.

CAVACO, Carminda (1976), “O Algarve Oriental, As vilas, o campo e o Mar”, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, 2 volumes, Faro.

CHAVES, Luis (1989), “Azenha”, in “Verbo – Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura”, Vol. III, Lisboa.

CHOAY, Françoise, (2005), “Património e Mundialização”, Casa do Sul Editora, Centro de História de Arte da Universidade de Évora, Évora.

CHOAY, Françoise (2006), “A Alegoria do Património”, Edições 70, Lisboa.

CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz (1999), “A Nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditárias e civil – Morgadios” Lisboa.

COSTA, Margarida Jordão (2004), “As Quintas da Campina de Faro, Levantamento e Caracterização”, Relatório de Estágio de Arquitectura Paisagista, Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia e Recursos Naturais, Faro.

F

FARIA, J. (1990) “Estudo Hidroclimático da Região do Algarve. O Clima de Portugal” fascículo XXVII. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.

FERREIRA, José, Alberto (2005), “Abertura” in “Escrita na Paisagem – festival de Performance e Artes da Terra”, colecção B, mimesis, Évora.

FIGUEIREDO, Filipe Eduardo de Almeida (1900), “Le sol arable et le climat”, B. C. Cincinnato da COSTA, D. Luis de CASTRO (dir.), “Le Portugal au point de vue agricole”.

FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime (1987), “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista de Regeneração”, Análise Social, vol. XXIII, 5°.

Frei João de S. José (1577), “Corografia do Reyno do Algarve”, ed. por GUERREIRO, Manuel Viegas, “Duas Descrições do Algarve do século XVI”, em Cadernos da Revista de História Económica e Social, III, Lisboa, 1983.

H

HEIDEGGER (1951), “Construir, Habitar, Pensar”, [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.

HENRIQUES, Magda (2005), “Arte e Paisagem e Cultura” in “Escrita na Paisagem – festival de Performance e Artes da Terra”, colecção B, mimesis, Évora.

HOUAISS, António, (2005), “Dicionário Houaiss da língua portuguesa”, TOMO XVI, Temas & Debates, Lisboa.

L

LLANO, Pedro de (1996), “Arquitectura Popular en Galicia. Razón e Construción”, Santiago, Colexio de Arquitectos de Galicia.

LAMEIRA, Francisco I. C. (1997), "Faro - Edificações Notáveis", 2ª edição, Câmara Municipal de Faro, Faro.

LAPA, J. I. Ferreira (1868), "Tecnologia Rural, ou Artes químicas, agrícolas e florestais, Lisboa.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1878; 1889), "Portugal Antigo e Moderno", Dicionário, vols. VIII e XI.

LEÃO, Duarte Nunes de (2002), "Descrição do Reino de Portugal", Centro de História da Universidade, Coleção Clássicos da Historiografia, nº3, 3ª edição, Lisboa.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda (1812), "Memória sobre a Agricultura do Algarve e melhoramentos que pode ter", Jornal de Coimbra, vol. I.

LOPES, João Batista da Silva (1988), "Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve", 2 tomos, Faro. (1ª edição: 1941)

LOURO, M. F. do Estanco (1928), "O Livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural", edição Ministério da Agricultura, Lisboa.

M

MACHADO, José Pedro (1991), "Rodizio", in "Grande Dicionário da Língua Portuguesa", Tomo V, Circulo de Leitores.

MAGALHÃES, M. R. (2001), "A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade", Editorial Estampa, Lisboa.

MAGALHÃES (1970), "Algarve Económico durante o séc. XVI", edições Cosmos, Lisboa.

MAGALHÃES (1988), "Algarve Económico: 1600 – 1773", Imprensa Universitária nº 69, Editorial Estampa, Lisboa.

MARQUES, Maria da Graça Maia (1999), "O Algarve da Antiguidade aos nossos dias", edições colibri, Lisboa, Abril de.

MARTINS, Joaquim P. de Oliveira (1885), "A Legislação Pombalina", O Marquês de Pombal, Obra Comemorativa do Centenário.

MARTINS, J. Silva (1973-1975), "Estruturas Fundiárias em Portugal Continental", Prelo, volume 1, Biblioteca de economia, Lisboa.

MENDES, J. C. e M. R. Guerreiro (1990), "O Clima em Portugal – Estatísticas Climáticas em Portugal Continental (Período 1951-1980)", Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.

MENDONÇA, N. (1989), "Para uma poética da paisagem", Dissertação de Doutoramento no ramo das Artes e Técnicas da Paisagem (policiado). Universidade de Évora, Évora.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1890), "O Algarve e a fundação patriótica de uma colónia industrial e agrícola", Porto.

O

OLIVEIRA, Francisco X. de Ataíde (1907), "A Monografia de Alvor", Porto.

P

PERY, Gerardo A. (1875), "Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias", Imprensa Nacional, Lisboa.

PESSOA, Fernando, PINTO, José, ALEXANDRE, José (2004), "Plantas do Algarve com interesse ornamental", edições Afrontamento – Porto e CCDRALg.

PRATS, L. (1997), "Antropologia y patrimonio", Editorial Ariel S.A., Barcelona.

R

RADICH, Maria Carlos (2007), "O Algarve Agrícola I Notícias Oitocentistas", edição Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa.

REYS, Vasco João (1999), "O Tempo das Azenhas – Azenhas e Moinhos de Maré do Rio Arade", Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico – Cultural do Concelho de Silves.

RIBEIRO, O. LAUTENSACH, H. e DAUVEAU S. (1988), "Geografia de Portugal. II – O Ritmo Climático e a Paisagem", Sá da Costa, Lisboa.

RIBEIRO, Orlando; LAUSENTACH, Hermann (1989), "Geografia de Portugal", volume III, Lisboa.

RIBEIRO, Orlando (1987), "Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico"; Coleção Nova Universidade; edições João Sá da Costa, Lisboa.

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira (1999), "O Império Fialho" in MARQUES, Maria da Graça Maia (1999) "O Algarve da antiguidade aos nossos dias" – Elementos para a sua história, edições colibri, Lisboa.

ROSA, Maria de Lurdes (1995), "O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linguístico", editorial Estampa, Lisboa.

S

SALGUEIRO, T. B. (2001), "Paisagem e Geografia", in Finisterra XXXVI, Lisboa.

SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008), "Estoi – Paisagem e Património no meio rural", Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora.

SILVA, Filipe F. (1906), "Breve Estudo sobre a Serra Leste do Algarve", Dissertação Inaugural, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

SILVANO, F. (2003), "Patriamonalização do Espaço e Afirmação identitária – construção cultural de paisagens na Área Metropolitana de Lisboa" in Al-madan, Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº. 12, Almada.

SINTRA, Pascoal Filomena, ESTEVENS, José, COSTA, Miguel Reimão (coord.), (2004), "Património rural construído do Baixo Guadiana", edição Odiana, Vila Real de Santo António.

T

TELLES, Gonçalo, Ribeiro (1982), "A Propósito do Ecosistema Urbano e Conservação da Natureza" in "Conservação da Natureza". SEA, Lisboa.

TELLES, Gonçalo, Ribeiro (1993), "Paisagem Global" in "Paisagem". Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

TELLES, Gonçalo, Ribeiro, (2003) "As Autarquias e o Ordenamento da Paisagem – A "Morte" da Paisagem" in Al-Ulnã. Arquivo Histórico de Loulé, nº 9, Loulé.

TORRINHA, Francisco, (1946), "Azenha", in "Dicionário da Língua Portuguesa", Porto.

W

WEINHOLTZ, Manuel de Bivar Gomes da Costa (1891), "Memória sobre a Economia Rural da 9ª Região Agronómica", Dissertação apresentada ao Concelho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Tavira.

WEINHOLTZ, Manuel de Bivar Gomes da Costa (1883), Dissertação sobre a cultura da figueira no Algarve

(manuscrito).

// CARTAS E CONVENÇÕES

Cartas e Convenções Internacionais (1996), MC-IPPAR, Lisboa.

CONCELHO DA EUROPA (2000). "Convention Européenne du Paysage et Rapport". Florença 20.X.2000. T-Land, Estrasburgo.

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

ICOMOS (1999), "CARTA SOBRE O PATRIMÔNIO VERNACULAR EDIFICADO", Ratificada pela 12ª Assembleia Geral, México, Outubro.

ICOMOS (1985), "Declaração do México", Conferencia Mundial sobre Políticas Culturais, México.

ICOMOS (1982), "Declaração de Tlaxcala sobre a revitalização a revitalização de pequenas aglomerações", 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Património Monumental, Tlaxcala.

UNESCO (2003), "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial", Conferencia Geral, 32ª sessão, Paris.

UNESCO (1996), Document d'Information: "Rapport de la Réunion d'Experts sur les Paysages Européens de Valeur Universelle Exceptionnelle Culturel et Naturel", Vienne, 21 Avril 1996.

// SITES

[consulta 11.2009] <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Landscap>

[consulta 01.2010] <http://www.dalmeida.com>

[consulta 11.2009] <http://www.igespar.pt/patrimonio/projectos/divulgacao>

[consulta 11.2010] <http://www.inga.min-agricultura.pt>

[consulta 01.2010] <http://www.raizes.blogs.sapo.pt>

[consulta 01.2010] <http://www.wikipédia.org>

[consulta 02.2010] <http://www2.geo.ua.pt>

[consulta 02.2010] <http://www.agroportal.pt>

[consulta 02.2010] <http://www.isa.utl.pt>

// BIBLIOTECAS

Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, Portimão
Biblioteca Municipal António Ramos Rosa, Faro
Biblioteca Municipal de Lagoa, Lagoa
Biblioteca da Universidade do Algarve, Campus da Penha e Gambelas
Biblioteca da Universidade de Évora

// ARQUIVOS/CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Instituto Geográfico Português - delegações de Portimão e Faro
Instituto Geográfico do Exército, Lisboa
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve – delegações de Portimão e Faro
Arquivo Municipal de Lagoa, Lagoa
Centro de Documentação/Arquivo Histórico de Portimão, Portimão

// MUSEUS

Museu Municipal de Portimão

// EXPOSIÇÕES

Passeios Patrimónios da Terra, "dos ventos à produção de farinhas: os moinhos de vento", 7 de Fevereiro 2010, Cachopo, Tavira
Visita à exposição "moinhos de maré do ocidente europeu 2005", Palácio da Galeria, Tavira

// MORGADOS

MORGADOS	CONCELHO	FREGUESIA	CARTA MILITAR	SECÇÃO CADASTRAL	COORDENADAS	
					Latitude	Longitude
BARLAVENTO						
Morgados	Vila do Bispo	Budens	602	N	37.083056	-8.825556
Quinta do Morgado	Vila do Bispo	Barão de São Miguel	602	N, N1	37.091389	-8.781111
Morgado do Arge	Portimão	Portimão	594	F, F1, F2	37.188056	-8.515833
Morgado do Reguengo	Portimão	Portimão	594	C, C1, I	37.190833	-8.5525
Morgado da Torre	Portimão	Portimão Alvor	594	A, B, H, G	37.169722	-8.576389
Morgado	Monchique	Marmelete	585	B, G	37.285556	-8.633333
Morgado das Cavalarias	Lagoa	Lagoa	604	V, U	37.115833	-8.461389
Morgados	Silves	S. Bartolomeu de Messines	595	LQ, LR, LS, LL, LP	37.217222	-8.330556
Morgado da Lameira	Silves	Pêra	604	O, P, P1, N	37.142222	-8.361111
Morgado das Relvas	Silves	Pêra	604	S, S1, S2	37.101944	-8.3425
SOTAVENTO						
Morgado	Loulé	Salir	597	n / existe registo cadastral	37.233889	-8.043056
Morgado de Apra	Loulé	São Clemente	597	n / existe registo cadastral	37.173333	-7.956667
Quinta do Morgado	Loulé	São Sebastião	597	n / existe registo cadastral	37.183056	-8.026667
Morgado	Faro	Santa Bárbara de Nexe	607	n / existe registo cadastral	37.143889	-7.941389
Morgado	Tavira	Cabanas de Tavira	600	registo cadastral em execução	37.155833	-7.580278
Morgado	Tavira	Santa Maria	608	registo cadastral em execução	37.136667	-7.634444
Morgado	Alcoutim	Vaqueiros	582	008 (1), (2), (3), (4), (5)	37.403333	-7.705278



A.M.